

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS AGRÁRIAS**



DISSERTAÇÃO

**ESTUDO SOBRE OS ENTRAVES À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO EM SANTANA DA BOA VISTA.**

Flávio Marques da Cunha

FLÁVIO MARQUES DA CUNHA

**ESTUDO SOBRE OS ENTRAVES À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO EM SANTANA DA BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Mario Conill Gomes

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mario Conill Gomes

Prof. Dr. Helvio Debli Casalinho

Prof. Dr. José Geraldo Wizniewski

Dr. Marcos Flavio Silva Borba

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Pelotas, como instituição que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradecer também aos agricultores de Santana da Boa Vista, que através dos seus depoimentos, possibilitaram a obtenção de valiosas informações no sentido de cumprir os objetivos a que me propus. Ao Escritório Municipal da Emater de Santana pela contribuição e boa vontade em disponibilizar os materiais solicitados.

Agradeço ao prof. Dr. Mário Conill Gomes pela orientação prestada, e também, àqueles professores e colegas que possibilitaram que o conhecimento fosse partilhado no decorrer do curso. Um agradecimento para a colega Regina pelo desprendimento demonstrado na resolução de tarefas essenciais junto à secretaria do curso.

No plano pessoal, meus maiores agradecimentos à companheira Janice e aos filhos Ana e Gabriel, que incentivaram e compreenderam possíveis faltas de dedicação à eles neste período.

RESUMO

CUNHA, Flávio Marques da. **Estudo sobre os Entraves à Implantação de Projetos de Desenvolvimento em Santana da Boa Vista**. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A questão das dificuldades encontradas na implantação de projetos ou programas de desenvolvimento na região deste estudo, é algo que vem preocupando muito as autoridades locais, e, também àquelas que envolvem-se de alguma forma com a vida e o futuro do lugar. Santana da Boa Vista é um município localizado na chamada metade sul do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Serra do Sudeste. Tal região caracteriza-se pelos baixos índices sócio-econômicos apresentados, e esta situação fica agravada quando se sabe que as principais atividades econômicas da região são a pecuária e uma agricultura voltada ao autoconsumo. Esse fato aliado à limitações em termos de solos e relevo, faz com que o município estudado esteja entre aqueles com piores indicadores de desenvolvimento do estado. Os objetivos propostos avaliam os prováveis motivos que dificultam os processos de desenvolvimento da comunidade. Considera-se a forma de ocupação do território onde hoje situa-se Santana da Boa Vista, e, também, a maneira como se deu a formação do povo que a habita, como um destes prováveis entraves. Isso tudo está ligado à cultura dessas pessoas, e é através dela que busca-se a compreensão dessa rede de significados aos quais a questão cultural está ligada. Outra razão do entrave pode ser a importância que assume a política partidária na vida das pessoas, pois a sua exacerbação tem impedido inúmeras tentativas de ações coletivas no intuito de organizar e desenvolver a comunidade. Há ainda a consequência da adoção parcial da modernização e uma possível frustração em não atingir os patamares de regiões onde tal modelo foi

processos produtivos de baixo impacto ambiental, como determinantes de um grande potencial para a busca de um desenvolvimento sustentável e diferenciado para a região.

Palavras chave: Entraves. Cultura. Paternalismo.

Política partidária. Preservação ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT

CUNHA, Flávio Marques da. **Estudo sobre os Entraves à Implantação de Projetos de Desenvolvimento em Santana da Boa Vista.** 2006. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Many difficulties were found during the implantation of the development projects and programs of the area. This study is something that has worried the local authorities and also the ones who are concerned in some way about the future life there. Santana da Boa Vista is a county situated in the center of the state of Rio Grande do Sul, more specifically, on the southeast mountain range. This area has shown social and economic low rates due to livestock farming and subsistence agriculture. This fact exists according to the ground and relief. The studied county is among of the worst development indicators for the state. The proposal targets measure the probable motives that makes difficult the process of the community development. One of the reasons that this present work has been so hard is due to the territory occupation, where today Santana da Boa Vista is located, and also the way it was inhabited. Everything is linked to these people culture and throughout these culture that we search the comprehension of this meaning which the culture subject connected. Another reason to hamper can be the importance that party politics has in people's life as its overact has quited many collective tries in order to organize and develop the community. There is also the consequence in adopting partial of modernization and a frustration in not reaching the level of the region where such model was completed. The beauty and landscape, the preserved nature and the low impact productive process determinate a great potential in the search of support and different development for the area.

Keywords: Hamper. Culture. Paternalism. Party polic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do estado do Rio Grande do Sul, com a localização do município de Santana da Boa Vista.....	40
Figura 2	Regiões homogêneas da leitura da paisagem.....	60
Figura 3	Reunião para devolução do DRP	71
Figura 4	Apresentação do mapa da Leitura da Paisagem.....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema e Justificativas.....	14
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Limitações do Estudo	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 Modernização.....	19
2.2 A crise	23
2.3 Sustentabilidade e a Ética	25
2.4 Ocupação do território e formação da cultura local.....	29
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 Caracterização do contexto empírico.....	39
3.2 Considerações sobre metodologia.....	46
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
4.1 Descrição detalhada do Programa RS-Rural 2001	53
4.1.1 Leitura da Paisagem	58
4.1.1.1 Descrição da Região Homogênea 1.....	59
4.1.1.1.1 Aspectos Ambientais	59
4.1.1.1.2 Aspectos Econômicos	59
4.1.1.1.3 Aspectos Sociais.....	60
4.1.1.2 Descrição da Região Homogênea 2.....	61
4.1.1.2.1 Aspectos Ambientais.....	61
4.1.1.2.2 Aspectos Econômicos	61

	10
4.1.1.2.4 Pontos Marcantes	62
4.1.1.3 Descrição da Região Homogênea 3.....	62
4.1.1.3.1 Aspectos Ambientais	62
4.1.1.3.2 Aspectos Econômicos	62
4.1.1.3.3 Aspectos Sociais	63
4.1.1.3.4 Pontos Marcantes.....	63
4.1.1.4 Descrição da Região Homogênea 4.....	63
4.1.1.4.1 Aspectos Ambientais.....	63
4.1.1.4.2 Aspectos Econômicos	64
4.1.1.4.3 Aspectos Sociais	64
4.1.1.4.4 Pontos Marcantes	65
4.1.1.5 Descrição da Região Homogênea 5.....	65
4.1.1.5.1 Aspectos Ambientais.....	65
4.1.1.5.2 Aspectos Econômicos	65
4.1.1.5.3 Aspectos Sociais	66
4.1.1.5.4 Pontos Marcantes.....	66
4.1.1.6 Descrição da Região Homogênea 6.....	66
4.1.1.6.1 Aspectos Ambientais.....	66
4.1.1.6.2 Aspectos Econômicos	67
4.1.1.6.3 Aspectos Sociais	67
4.1.1.6.4 Pontos Marcantes	67
4.1.1.7 Descrição da Região Homogênea 7.....	68
4.1.1.7.1 Aspectos Ambientais	68
4.1.1.7.2 Aspectos Econômicos	68
4.1.1.7.3 Aspectos Sociais	68
4.1.1.7.4 Pontos Marcantes.....	69
4.1.2 Diagnóstico Rápido Participativo – DRP	69
4.1.3 Devolução / validação	70
4.1.3.1 Fatores Limitantes de Ordem Social / Assistencial.....	72
4.1.3.1.1 Deficiência de Infra-estrutura Social Básica	72
4.1.3.1.2 Deficiente Organização Social	72
4.1.3.1.3 Dependência Alimentar	72
4.1.3.2 Fatores Limitantes de Ordem Econômica / Produtiva	72

	11
4.1.3.2.2 Deficiência de Equipamentos Agrícolas	73
4.1.3.2.3 Perdas de grãos	73
4.1.3.2.4 Dependência de Insumos	73
4.1.3.3 Fatores Limitantes de Ordem Ecológico / Ambiental.....	74
4.1.3.3.1 Declividade das Áreas.....	74
4.1.3.3.2 Cobertura dos solos	74
4.1.3.3.3 Limpeza dos campos	74
4.1.3.4 Potencialidades	75
4.1.3.4.1 Acesso à terra	75
4.1.3.4.2 Presença de parcerias.....	75
4.1.3.4.3 Mão-de-obra familiar	75
4.1.3.4.4 Auto-suficiência alimentar	75
4.1.3.4.5 Diversidade produtiva	75
4.1.3.4.6 Práticas sustentáveis de produção	76
4.1.3.4.7 Complementação da renda familiar (pluriatividade)	76
4.1.4 Desejos da comunidade	76
4.1.5 Cadastramento	76
4.1.6 Ações de desenvolvimento planejadas	77
4.1.6.1 Infra-estrutura social básica	77
4.1.6.2 Geração de renda	77
4.1.6.2.1 Agroindústrias	77
4.1.6.2.2 Apicultura	78
4.1.6.2.3 Artesanato em lã	78
4.1.6.2.4 Animais de tração	79
4.1.6.2.5 Matrizes e reprodutor suínos	79
4.1.6.2.6 Avicultura	79
4.1.6.2.7 Vacas leiteiras	79
4.1.6.2.8 Distribuidor de esterco	80
4.1.6.2.9 Batedor de grãos	80
4.1.6.2.10 Equipamentos de tração animal	80
4.1.6.2.11 Secador de grãos	81
4.1.6.3 Manejo e conservação dos recursos naturais	81
4.1.6.3.1 Mudanças de árvores exóticas.....	81

	12
4.1.6.3.3 Cobertura vegetal	82
4.1.6.3.4 Correção do solo	82
4.1.7 Elaboração do projeto	82
4.1.8 Recebimento e entrega dos equipamentos	83
4.2 Avaliação do RS-Rural	84
4.2.1 Situação Atual das Ações Planejadas de Desenvolvimento	84
4.2.2 Avaliação do Programa / Análise das Entrevistas	91
4.2.2.1 Avaliação do programa na percepção dos atores sociais / aspectos positivos	91
4.2.2.2 Avaliação crítica do programa na percepção dos atores sociais.....	95
CONCLUSÕES	131
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS	147

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo desenvolve-se na Microbacia Arroio das Goiabas, englobando três comunidades do município de Santana da Boa Vista: Cerro da Picada; Rincão dos Mouras e Rincão dos Dutras. Estas comunidades foram alvo da aplicação do Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural/RS-Rural, iniciado no ano de 2001.

Santana da Boa Vista encontra-se no topo da Serra do Sudeste, na região sul do Rio Grande do Sul. Toda essa região é caracterizada por indicadores sócio-econômicos de baixo desempenho se comparados ao restante do estado. E dentro desse contexto, o município em questão destaca-se quanto às características mencionadas. As comunidades escolhidas para este trabalho, não por acaso, apresentam peculiaridades que as colocam também em posição de destaque no município em relação à situação sócio-econômica, tamanho de propriedades, tipos de explorações, ou seja, apresentam as características mais representativas da situação geral de Santana da Boa Vista.

O município de Santana da Boa Vista faz parte de uma região do estado do Rio Grande do Sul marcada por inúmeros conflitos para demarcação de fronteiras na época da ocupação do seu território, quando Espanha e Portugal ao disputarem esse espaço, deixaram a região com marcas profundas em termos da formação cultural dos seus habitantes. Esta formação, desde uma visão antropológica e nunca com abordagens racistas, deve ser criteriosamente analisada para ajudar na compreensão do comportamento dessas comunidades, contribuindo dessa forma para melhor interpretá-las.

Esta região tem então na história da sua ocupação, possivelmente, a origem de boa parte dos seus problemas. A economia da metade sul do Rio Grande do Sul, área compreendida abaixo da rodovia BR 290, onde situa-se o município deste estudo e em cujas comunidades deu-se a aplicação do Programa RS-Rural que será analisado ao longo do trabalho, sempre teve na pecuária extensiva, a sua principal atividade econômica. Isto, de certa forma aponta para uma tendência à pouca atividade agrícola, reduzida utilização de mão de obra, fraca industrialização, baixa circulação monetária, e, conseqüentemente, comércio fraco e pouca distribuição de riquezas. Não é difícil observar que tal situação criou um círculo vicioso onde a estagnação econômica foi o reflexo resultante.

A micro região onde está localizado o município de Santana da Boa Vista, é, segundo alguns indicadores socioeconômicos como o IDESE da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), e que será detalhado no capítulo da caracterização do município, o local onde as características acima citadas são mais pronunciadas. A análise deste índice mostra Santana da Boa Vista numa posição inferior em relação à região sul, que por sua vez, já é inferior em relação ao estado. Tal fato reflete bem a situação do município, dando um panorama representativo do mesmo e apontando para a existência de reais entraves ao seu desenvolvimento.

1.1 Problema e Justificativas

Considera-se que o problema cujo panorama foi explicitado nos parágrafos anteriores, é bastante relevante e fruto de preocupações intensas por parte das lideranças e cidadãos interessados na melhoria das condições de vida dos habitantes do lugar. Não obstante as iniciativas do poder público em dinamizar o desenvolvimento local, no caso de Santana da Boa Vista, há grande angústia e curiosidade em compreender o porquê de o município não conseguir dar seguimento adequado às ações ali iniciadas na intenção de desenvolvê-lo.

Mais especificamente, o que se coloca como problema a ser investigado

Programa RS-Rural na Microbacia Arroio das Goiabas iniciado no ano de 2001. É provável que tais dificuldades façam parte do elenco de entraves que tornam o município e região, referências em termos de baixos índices de desenvolvimento. Foi esta condição que fez da Serra do Sudeste, alvo de programas de desenvolvimento diferenciados, como o Projeto Área Piloto. Nele, foram escolhidas algumas áreas problemáticas em termos de desenvolvimento em todo o país, o que coloca a região estudada, segundo os índices socioeconômicos, em igualdade de condições com outras áreas deprimidas economicamente do Brasil.

Justifica-se também este estudo em virtude do grande potencial que o lugar apresenta para a implantação de um projeto diferenciado de desenvolvimento. Porém, para que haja a viabilidade da execução de tal projeto, é necessário que a população, e, principalmente as lideranças locais compreendam a importância de aproveitar o potencial do lugar, traduzido principalmente na grande beleza da paisagem e na natureza preservada, enfim, utilizem esse potencial aliado a ações de desenvolvimento cuja concepção não vá de encontro à cultura desse povo. Portanto, faz-se necessário compreender as razões da dificuldade colocada no problema da pesquisa, pois somente havendo tal discussão e posterior apropriação dos resultados pela população do lugar, juntamente com novos estudos e aprofundamentos julgados pertinentes, é que poderão surgir alternativas com maior chance de transpor os obstáculos ao desenvolvimento local.

É também pela importância que assume a preservação de determinadas características encontradas na região, que julga-se pertinente a realização do estudo em questão. Sabe-se que algumas peculiaridades da região estudada fazem dela um espaço privilegiado em termos de preservação ambiental, e, até mesmo, cultural. Isso lhe confere uma situação de valorização quando observada sob a ótica de um mundo em crise. Baseado nisso, qualquer esforço no sentido de evitar que a região siga o rumo de um desenvolvimento desfocado do ponto vista cultural e inadequado em termos de sustentabilidade, parece que é plenamente justificado.

Há na região deste estudo, uma curiosidade e angústia por parte das pessoas, que de uma forma ou de outra, acabam envolvendo-se com a vida da

seriam objeto para estudos maiores e mais complexos, isso têm-se que ter claro, porém, o presente trabalho pretende avaliar a importância que alguns desses fatores possam ter na formação de tal problema. Além da longa convivência na comunidade e dos vários projetos em que se participou na tentativa de melhorar as condições de vida daquela população, têm-se na análise do Programa RS-Rural, a mais importante ferramenta como auxílio para tentar compreender esta situação..

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar através dos resultados do RS Rural 2001 aplicado na Microbacia Arroio das Goiabas, as dificuldades impostas à implementação de projetos de desenvolvimento em Santana da Boa Vista.

1.2.2 Objetivos Específicos

Avaliar a influência da ocupação do território e a conseqüente formação cultural dos habitantes locais, na assimilação, adesão e engajamento nos projetos e/ou programas de desenvolvimento.

Verificar o grau de influência que as relações político-partidárias assumem no aprofundamento das dificuldades de construção de projetos de desenvolvimento comuns a toda comunidade.

Identificar através dos beneficiários do Programa RS-Rural, a criação de um sentimento de frustração e inferioridade dos atores locais, em razão da busca de um desenvolvimento produtivista modernizante, inadequado econômica, social, ambiental e culturalmente para a região.

1.3 Limitações do Estudo

Não é intenção deste estudo aprofundar-se na discussão de conceitos de desenvolvimento ou desenvolvimento rural, mas apenas avaliar algumas possíveis razões para que Santana da Boa Vista apresente certa dificuldade na adesão à programas que visem desenvolvê-la.

Evidentemente far-se-á um esforço no sentido de atingir os objetivos a que o trabalho se propõe, entretanto, ele deve servir de ponto de partida para novos estudos que venham a contribuir para a compreensão destes, bem como outros aspectos sobre o tema proposto. Da mesma forma, a abordagem do tema cultural, apesar de essencial para resolver o problema estudado, não tem a pretensão de ser esgotado no presente trabalho. O estudo da cultura pretende ser uma valiosa alternativa no sentido de entender a maneira como o povo do lugar vê o mundo, isto é, pretende auxiliar na compreensão das razões que a população local tem para agir da forma como age.

O estudo procura analisar e avaliar questões julgadas importantes para a resolução da questão proposta pela pesquisa, e, embora entenda que possam existir outras causas para o mesmo fenômeno, fixa-se naquelas em que a experiência empírica no local indica como de relevante interesse para a elucidação do problema proposto. Sendo o estudo de fatores limitantes ao desenvolvimento local o propósito principal deste trabalho, deixa-se claro não ter a intenção de discutir os modelos de desenvolvimento, ou ainda qualquer tipo de comparação entre tais modelos. Apenas infere-se ao grande potencial que o local tem para a proposta de um tipo de projeto de desenvolvimento que procure valorizar o que a região tem de mais rico; a sua paisagem preservada e a natureza ainda pouco comprometida em termos de degradação, além é claro, de levar em conta as características da cultura local.

2 REVISÃO DE LITERATURA

No presente capítulo, pretende-se recorrer a alguns autores que possam dar embasamento aos assuntos levantados por este estudo. Evidentemente que não se tem a pretensão de com esta pesquisa, ser definitivo quanto ao tema estudado, porém, lançar algumas contribuições no que concerne às dificuldades de implementar projetos de desenvolvimento em regiões como a deste trabalho.

Com esse intuito, abordar-se-á a questão da modernização e suas possíveis conseqüências, pois acredita-se que a mesma seja responsável por determinados desdobramentos na maneira como a população local encara o desenvolvimento. Menciona-se também a crise da civilização atual e como isso passa a exigir uma nova maneira de tratar o desenvolvimento, deixando de lado a velha idéia do crescimento ilimitado, para dar lugar à uma forma nova onde não sejam apenas as necessidades do homem que determinem os rumos a serem seguidos. É com esta concepção que surge o desenvolvimento sustentável, baseado numa ética diferente onde o homem é mais um elo na corrente da vida, como bem expressa o trecho atribuído ao Chefe Seattle e que serve de lema ao livro “A Teia da Vida” de Fritjof Capra: “ Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos da Terra. O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio. Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo.”

Também a questão histórica envolvendo a ocupação do território onde encontra-se hoje o município de Santana da Boa Vista, e a conseqüente formação do homem habitante desse espaço, é objeto da nossa revisão. Sendo tal tema de suma importância para a compreensão da cultura local.

2.1 Modernização

Referencia-se o processo modernizante que nos foi imposto através da chamada “Revolução Verde”. Tal processo ocorreu em virtude do interesse de alguns países buscarem encontrar um destino para os insumos agrícolas produzidos a partir da transformação da indústria bélica, realizada para evitar os problemas sociais decorrentes do desemprego que certamente ocorreria com o final da II Segunda Guerra Mundial.

Em conseqüência desse processo de modernização, e com o seu aprofundamento, além é claro, do modelo paradigmático desenvolvido em razão da idéia do progresso do homem às custas da destruição da natureza, fruto da revolução científica no século XVII e da revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, há o recrudescimento de uma crise civilizatória de proporções nunca vistas.

A fisionomia do estado do Rio Grande do Sul foi extremamente alterada pelo processo modernizante, onde as relações de produção assumem cada vez mais, um caráter capitalista, colocando o capital como fator preponderante no sistema produtivo. Analisando a nossa história recente, podemos verificar que a partir de meados da década de 1940, a agricultura começaria a sofrer um processo de “modernização”, o qual proporcionaria uma transformação radical nesse setor. Esse processo modernizante vinha no bojo de um plano muito bem articulado, visando, entre outras coisas, viabilizar a indústria bélica dos países “desenvolvidos” (principalmente EUA). Esse segmento havia experimentado enorme crescimento durante a Segunda Guerra Mundial, sendo necessário agora, encontrar uma maneira de não desativá-lo, tendo em vista o objetivo de evitar o desemprego e problemas sociais naqueles países. Forjou-se então um “plano de desenvolvimento” para os países do terceiro mundo, os quais tinham ainda as suas economias bastante dependentes do setor agropecuário e com uma industrialização apenas incipiente. Tal plano nada mais era do que adaptar aquela indústria de guerra, direcionando-a para a produção de insumos agropecuários (agrotóxicos, adubos sintéticos, etc.) e máquinas e implementos agrícolas.

Surgem novos processos produtivos tendo a mecanização como prática condicionante, estimulada com base em um sistema creditício subsidiado. Isso tudo causaria inúmeras conseqüências, como ver-se-á ao longo deste trabalho. Situando a realidade sul-riograndense daquele período, poder-se-á observar que da década de 1940 até meados dos anos 1950, o estado começa a mostrar sinais de exaustão do modelo de desenvolvimento até ali implementado, calcado nas atividades agropecuárias centradas no circuito exportador. Começam a aparecer uma série de entraves internos e externos ao seu desenvolvimento.

A par de problemas de infra-estrutura como transportes, comunicações e energia elétrica (sob controle de empresas estrangeiras), um despontaria pela gravidade em termos da dimensão que assume: o êxodo rural. Obviamente esse fenômeno é acompanhado de vários outros problemas que surgem do seu agravamento e que hoje assolam todas as médias e grandes cidades.

Numa mensagem do governador do estado do Rio Grande do Sul, Walter Jobim, em 1948, era já enfatizada a necessidade de tomar sérias medidas para conter “as crescentes levas de população excedentes que deixavam a zona rural”.

O resultado do processo de “Modernização Conservadora”, como assim o denomina Brum (1983), hoje é bastante conhecido e será objeto de outras observações durante este estudo, porém, o êxodo rural foi enormemente intensificado durante as décadas de 1960 e 1970, a ponto de transformar o perfil do estado que, de eminentemente rural, passou para urbano.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar-se nas várias conseqüências desse processo, mas fazer referências a algumas delas, principalmente àquelas mais ligadas a nossa área de interesse; tais como a degradação, crise ambiental, crise ética, contaminação, dependência, miséria, concentração de riqueza e propriedade, tendo por referência o contexto relativo ao município de Santana da Boa Vista.

Uma dessas conseqüências foi afetar a produção de alimentos, uma vez que o crédito era direcionado à culturas voltadas à exportação, quais sejam; soja, trigo

propriedades. Porém, com o estímulo do crédito subsidiado, grande parcela da agricultura familiar aderiu àquelas culturas, tornando-se dependentes e vulneráveis, pois que a cada frustração na lavoura, sucediam-se ciclos de descapitalização e endividamento. Em Santana, aparece em vários depoimentos durante a reconstituição histórica das comunidades por ocasião dos diagnósticos, o início do plantio de trigo, cultura essa que não era tradicional na região e atesta o aqui exposto. Principalmente quando o incentivo a esse plantio veio acompanhado do fechamento dos moinhos coloniais, eliminando totalmente a possibilidade de autonomia dos agricultores com relação à produção de farinha, ficando os mesmos à mercê das grandes empresas que ocuparam o espaço dos moinhos fechados.

Considerando que a produção de alimentos é, na sua maioria, produzida em explorações familiares, o processo modernizante passa a influir diretamente nesse segmento, sem esquecer a cada vez maior dependência desse agricultor em relação à indústria. O caráter capitalista do processo, faz com que ele plante toda a área disponível na propriedade, com o objetivo de obter um maior nível de ingresso econômico. Há dessa forma, um abandono das culturas de subsistência (TAMBARA, 1985).

A degradação ambiental provocada pela modernização, é hoje, comprovadamente uma das conseqüências mais danosas daquele processo. Poluição do solo, água e dos próprios produtos, além é claro, da contaminação direta do homem. Mas não foi somente a contaminação pelos agrotóxicos, pois o solo sofreu e sofre com o uso continuado dos adubos sintéticos solúveis, os quais ao desequilibrá-lo, terminam por alterar todo o ecossistema.

As técnicas agrícolas introduzidas ou intensificadas pela modernização foram extremamente degradadoras do solo, pois que as derrubadas-queimadas-lavrações já vinham esgotando a fertilidade desses solos há décadas, porém, com a utilização das máquinas e equipamentos para o preparo desse solo para as monoculturas, passa a haver também uma desestruturação física, o que predispõe enormemente à erosão. No Paraná, no auge desse processo, uma equipe de pesquisa do Projeto Noroeste apontou perdas entre 25,5 t/ha/ano e 187 t/ha/ano

de 1970, estimava-se a perda de 10 t de solo fértil para cada tonelada de grãos produzidos (AMADO e ELTZ, 1990). Ora, com as condições de solo e relevo existentes em Santana da Boa Vista, os efeitos desse processo seriam extremamente agravados, sendo porém amenizados pela fraca adesão do local àqueles preceitos.

Também efeito da modernização foi a dependência a que se submeteram os agricultores em relação à indústria. Através dos insumos utilizados e também pelas relações com as agroindústrias, que transformaram-nos em proletários à domicílio e sem qualquer direito trabalhista. Outra consequência foi a valorização das terras, tendência geral para toda a lavoura capitalista, ou seja, com o uso inadequado e excessivo dos insumos e equipamentos devido ao crédito fácil, houve uma super valorização das terras, e também, dos produtos para o consumidor, e as consequências disso são bastante conhecidas; diminuição do consumo, crise na produção, desemprego, miséria, ou seja, esse processo passa a retro alimentar-se em um círculo vicioso.

A penetração capitalista através da modernização também concentrou a propriedade da terra, na medida que o tipo de sistema produtivo introduzido era direcionado à monocultura em grandes áreas. Como já mencionou-se, atraídos pela expectativa de preços altos para os produtos e crédito fácil, os agricultores familiares abandonaram os seus sistemas tradicionais de produção, com maior equilíbrio com a natureza e diversificação de produtos, para lançarem-se a processos apoiados na exploração de monocultivos, altamente dependentes de insumos industriais. Quando havia frustração das safras, acabavam por perder suas propriedades em nome das dívidas contraídas junto aos agentes financeiros.

Todas essas pessoas que tornaram-se “sem terra”, juntamente com outras que buscavam melhores oportunidades, migraram para os centros urbanos. Incapazes de absorver esses contingentes populacionais dignamente, as cidades começam a apresentar os efeitos hoje tão conhecidos, tais como a proliferação de favelas, o incremento nos níveis de marginalidade, violência, etc..

Todo esse processo da modernização somente não conseguiu aniquilar a exploração de base familiar devido àquelas características apontadas por Chayanov, com ênfase em sua capacidade de reproduzir-se em situações onde a exploração capitalista experimenta limites e vulnerabilidade. Isso torna-se possível, pelo fato de que a produção familiar não contabiliza o custo da mão-de-obra, algo que lhe confere uma grande capacidade de suporte para operar em situações críticas (CHAYANOV, 1925 / 1974).

2.2 A crise

Há inúmeras evidências de que se atravessa uma crise civilizatória de grandes proporções. Entre elas, pode-se citar a degradação ambiental, a perda da diversidade biológica e cultural, a grave contaminação de alimentos em função do predomínio da racionalidade econômica no ordenamento das relações sociedade-natureza, a violência, o individualismo competitivo, etc. (GOMES,1999).

Essa crise tem origem naquilo que é chamado de sociedade de consumo, e está fortemente ligada a uma crise dos valores da cultura ocidental, Para Vidal, o homem viveu sempre em harmonia com a natureza durante séculos, porém, com o desenvolvimento tecnológico dos últimos 100 anos, fundamentando-se no equívoco da hipótese de recursos ilimitados e no dogma do poder da ciência, aumentou enormemente o uso desses recursos em prol do seu bem - estar, crescendo também, a capacidade de destruição e a tirania (VIDAL, 1987).

Nesse contexto de mundo em crise, de contestação do modelo hegemônico de desenvolvimento, fica mais que justificada a idéia de buscar outra maneira de desenvolver regiões onde aquele modelo não se instalou por inteiro, como é o caso do local do presente estudo.

O desenvolvimento da forma como é hoje compreendido, aparece referenciado no discurso de investidura no cargo, do presidente americano Harry S. Truman, em 1949. Com isso, ele criou um emblema para marcar uma era de

O subdesenvolvimento começou, portanto, em 20 de janeiro de 1949. Nesse dia, 2 bilhões de pessoas se tornaram subdesenvolvidas. Na realidade, desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros: um espelho que os deprecia e os envia ao final da cola, um espelho que reduz a definição de sua identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma minoria pequena e homogeneizante (Op. cit. p. 53).

Segundo esse autor, o modo de produção capitalista e o desenvolvimento industrial, até então, apenas mais um modo de produção, passou a ser a definição do último estágio do caminho único da evolução social (ESTEVA, 1997, p. 56)

Caracterizando a situação de Santana da Boa Vista em relação à condição “marginal” em que se encontra no tocante ao desenvolvimento, tem-se que para uma determinada localidade ser beneficiada pelo progresso do mesmo, primeiramente, ela precisa incorporar a condição de ignorante e subdesenvolvida (HOBART apud BORBA, 2002, p. 197). Ou ainda, que o desenvolvimento para acontecer, necessita que sejam criadas “anormalidades”, que, ao serem incorporadas pelo local, criam as condições para que a solução do problema criado venha de fora (ESCOBAR apud BORBA, 2002, p. 257).

O que se constata em Santana é que esse processo ficou incompleto, ou seja, as condições para que se desse a transição da agricultura tradicional para a moderna, foram alcançadas pela incorporação do discurso da inferioridade e do subdesenvolvimento pela comunidade. Porém, devido aos fatores já mencionados, o processo não completou-se, e a localidade preservou muitas das suas características tradicionais (BORBA, 2002). Esse autor, ao desenvolver o seu trabalho em Santana da Boa Vista, durante os anos de 2001/2002, propunha, um outro tipo de desenvolvimento para regiões que, como Santana, não incorporaram completamente os pressupostos da chamada Modernização. A constatação que ele faz no parágrafo anterior assume o caráter de objetivo no presente estudo, podendo ser uma das prováveis respostas ao problema desta pesquisa.

Pode-se afirmar que a gama de problemas globais que interferem e comprometem a biosfera e a vida humana, podem tornar-se irreversíveis. Esses

grande exemplo disso é a questão da estabilização da população, a qual somente poderá ser atacada quando o for também, a pobreza a nível mundial. Então isso nos remete à conclusão de que há solução para grande parte desses problemas globais e complexos, mas é necessário que haja uma radical mudança de percepção, principalmente nos nossos valores (CAPRA, 1996).

2.3 Sustentabilidade e a Ética

Para fazer frente a uma crise dessa magnitude, conclui-se que qualquer projeto de desenvolvimento que procure fugir a essa lógica predatória, onde sob o pretexto de um crescimento ilimitado, aceita-se sacrificar os recursos naturais cujo destino não teríamos o direito de dispor, teria que partir de uma ótica ecocêntrica, a qual evidentemente também considerasse o homem, porém, sem tê-lo como centro do universo. É por isso que dedica-se um capítulo também à sustentabilidade e à ética, pressupostos que devem nortear toda e qualquer proposta de desenvolvimento que vislumbre um outro paradigma, isto é, uma visão de mundo que não tenha apenas a satisfação dos desejos do homem como premissa preponderante.

Os aspectos comentados acima (modernização, crise civilizatória e sustentabilidade), não podem ser deixados de lado em nenhum programa de desenvolvimento rural atualmente, principalmente para entender-se as razões principais de ter-se chegado onde chegou em termos de degradação ambiental e perda da cultura local. A crise que atravessa-se hoje também nos remete à busca de soluções que levem em consideração, não só a melhora das condições de vida de comunidades rurais, mas também a capacidade delas manterem-se ao longo do tempo sem o esgotamento dos recursos naturais que são a sua maior riqueza.

O princípio da sustentabilidade surge em meio a uma enorme crise global, onde a racionalidade e os paradigmas que orientaram o modelo de crescimento, negavam a existência dos limites dos recursos naturais. A sustentabilidade tem como premissa básica, a natureza como suporte essencial para qualquer processo

A Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, teve como um dos resultados, a Agenda 21. Considerando-a como a face positiva da globalização, tem-se a co-responsabilidade e a co-gestão bastante estimuladas. Além de estimular também, uma série de valores que deverão ser considerados para atingir a sustentabilidade. São eles: *cooperação; igualdade de direitos e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis e democracia e participação.*

A sustentabilidade ambiental é definitivamente associada à sustentabilidade social, isso implica numa ética apoiada no combate à pobreza, à intolerância e à violência em nível planetário (CRESPO,1998). Como podemos constatar, esses preceitos são totalmente ignorados pelos países chamados “desenvolvidos”. Porém, como projeto, a Agenda 21 é válida. É o que poder-se-ia chamar de o programa possível dentro da noção de sustentabilidade, a qual é entendida como equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza satisfazê-las. Isso deixa bem clara a visão de que a natureza é uma fonte de recursos para satisfazer o homem.

A questão do desenvolvimento sustentável deve ser encarada, não só como um processo que leva em conta a capacidade da natureza como suporte, mas também, que trate do aspecto da redistribuição da pressão sobre os recursos, pois se houver apenas o crescimento econômico, certamente será insustentável (ALIER, 1998). Isso fica evidente na opinião de Sérgio Martins, quando ele coloca estar o Brasil entre as dez maiores economias do mundo, segundo o Produto Interno Bruto (PIB), e um dos mais injustos quanto à concentração de renda e exclusão social, caracterizando assim, um típico exemplo de insustentabilidade (MARTINS, 2000).

Como argumenta esse autor, a discussão em torno da harmonia entre a natureza e a atividade humana, tem mais de 100 anos, sendo que a corrente agroquímica sempre foi hegemônica. Mesmo assim, nenhum dos grandes problemas que ela se propunha combater, foram resolvidos. A fome é cada vez maior, a natureza está drasticamente comprometida e o sistema econômico daí advindo, causa mais desemprego do que oportunidades de trabalho (MARTINS, 2000)

Além do que, sabe-se que o mito do desenvolvimento econômico global é totalmente discutível, pois para estendê-lo aos países não industrializados, nos moldes de consumo por eles preconizados, necessitar-se-ia muitos planetas para suportá-lo. Ou, como respondeu Mahatma Gandhi, quando perguntado se devido à independência do seu país, a Índia chegaria a alcançar os níveis de vida da Grã-Bretanha: “Alcançar sua prosperidade levou a Grã-Bretanha a consumir a metade dos recursos do planeta. Quantos planetas necessitaria um país como a Índia?” (GANDHI apud GOODLAND, 1997, p. 19).

Outro aspecto de grande importância nesse tipo de estudo é o caráter local que o processo deve conter, isto é, o endógeno assume papel preponderante na construção social. Dentro desse enfoque, os conhecimentos cotidianos têm papel de destaque, pois no caso da busca de uma sustentabilidade baseada nos pressupostos da agroecologia, tais conhecimentos serão a base para, juntamente com tecnologias apropriadas de natureza ambiental, criarem-se as condições necessárias para formular ali, um modelo de desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Para caracterizar o tipo de desenvolvimento rural que propõe, Sevilla Guzmán sustenta o seguinte:

O conceito de desenvolvimento rural que aqui estamos propondo, amparado nos princípios da agroecologia, se baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem (2001, p. 36).

Imagina-se também, ser essa a melhor alternativa para regiões como Santana. Esse autor também deixa claro a pertinência de aliar esses conhecimentos autóctones com tecnologias externas adaptadas ao local, incorporando-as então, ao acervo de saberes e culturas do local. Essa observação assume destacada importância quando sabe-se que quem se depara com esses agricultores no seu dia-a-dia, tem que ter clara a idéia de que as condições de vida e também de produção dessas pessoas, às vezes constituem-se em situações de elevada penosidade, ou

considerar que nada precisa ser feito para que melhorem as suas vidas em termos de conforto, bem estar e, principalmente, que facilitem o seus trabalhos diários, que como foi mencionado, é bastante sacrificado.

A sustentabilidade baseada na agroecologia, como projeto de desenvolvimento para regiões “marginais” sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico como Santana da Boa Vista, tem que ter caráter endógeno, isto é, o local apropriar-se das suas riquezas e converter-se em sujeito do processo. Essa sustentabilidade deve alicerçar-se em algumas dimensões básicas; ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. Sendo essa última, sem a menor dúvida, a mais importante e que permeia por todas as demais (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Para esses autores, a dimensão ética deve propor novos valores, contrapondo-se aos já esgotados e que não levam em conta os limites do crescimento, pois o que corre risco de colapso, não é a natureza e sim a vida do planeta. Portanto, a ética para uma região miserável será aumentar a sua produção e a ética para regiões ricas, será frear o sobreconsumo e tudo aquilo que dele decorre, como o aumento do lixo, da poluição, da degradação, etc. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

A estratégia de desenvolvimento rural sustentável preconizada aqui, baseia-se na complementaridade de atividades e supõe recuperar práticas ecológicas e sustentáveis que realizavam-se na comunidade. Nesse contexto, o ecoturismo por exemplo, só é válido se conectado com as estruturas associativas do local, reforçando a solidariedade e buscando a complementação de renda e melhora do nível de vida dos agricultores.

Baseado neste contexto, busca-se uma proposta de desenvolvimento sustentável, fazendo com que esse potencial existente no local e manifestado nas suas belezas naturais, na sua biodiversidade, na pureza da água, e na vegetação preservada, seja o propulsor de todo um processo que não siga um modelo de desenvolvimento já decadente, mas sim, potencialize essa tendência à sustentabilidade, seguindo por um caminho novo, que dê valor aos recursos naturais

desenvolvimento diferenciado para tais tipos de comunidades é a preconizada por Borba (2002).

2.4 Ocupação do território e formação da cultura local

Primeiramente faremos breve contextualização da região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, onde está localizado o município de Santana da Boa Vista, pois somente entendendo a ocupação do estado, e, conseqüentemente, dessa região, pode-se analisar as peculiaridades, cultura e modos de vida dos seus habitantes.

O Rio Grande de então, e essa região em particular, era habitada por indígenas de diversas etnias e que viviam na era neolítica (pedra polida), confeccionando objetos de cerâmica e tecidos, iniciando um certo domínio sobre as técnicas agrícolas e criações de animais (VICENTINO,1996), e não podiam ser comparados com nativos de culturas mais avançadas como incas e astecas (MUJER apud BORBA, 2002). Exceção feita aos indígenas reunidos nas missões, que domesticados e catequizados pelos religiosos espanhóis, apresentavam uma série de atributos que terminariam por atrair a cobiça de caçadores de mão-de-obra. Muitas bandeiras originadas em São Paulo atacaram as missões jesuíticas aprisionando milhares de índios, que por estarem já “domesticados”, apresentavam maior valor comercial pela facilidade em adaptar-se aos trabalhos agrícolas (VICENTINO, 1996).

A integração do RS ao restante do Brasil colonial foi bastante tardia, Das viagens colonizadoras, recebemos o nome de “Rio Grande de São Pedro”, por volta do início do século XVI. Porém, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, ao passo que no restante da América portuguesa desenvolviam-se os engenhos de açúcar (PESAVENTO,1985).

Num primeiro momento, não pareceu importante à Portugal ocupar essa porção mais ao sul da colônia, porém, devido à sua condição de estado fronteiriço,

Europa. Isso acaba despertando o interesse da coroa que então resolve expandir as suas fronteiras mais ao sul, fundando bem próximo a Buenos Aires, a Colônia de Sacramento (Uruguai), uma forte guarnição militar para frear o avanço espanhol naquela região.

A exploração colonial baseava-se na extração de excedentes econômicos produzidos nas colônias, basicamente riquezas minerais e produção de açúcar. O RS, não enquadrando-se em nenhum desses casos, ficou à margem do processo por esse longo período. Somente no século XVII, houve as primeiras tentativas de expansão ao sul, através da caça aos índios pelos paulistas, os quais queriam substituir a mão-de-obra escrava em São Paulo, deslocada para o nordeste para os engenhos de açúcar.

Foi devido a esses conflitos com os bandeirantes, que as missões jesuíticas acabaram por retirar-se para a outra margem do rio Uruguai, levando os índios que sobraram, mas deixando os rebanhos de gado. Esses rebanhos abandonados no pampa, reproduzem-se e tornam-se xucros, formando uma reserva de gado que ficaria conhecida como “Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1985).

Quanto a essa questão, existe outra interpretação que sustenta ter sido o gado lançado nas vacarias como reserva futura. O objetivo era integrá-lo nas regiões desertas, encobrindo-o e propiciando que os caçadores fossem enganados. Dessa forma, em épocas difíceis, os jesuítas poderiam suprir as necessidades do seu povo (GONZAGA, 1996).

Em meio aos intensos conflitos pela posse desse território entre Portugal e Espanha, desenvolveu-se na região uma atividade bastante lucrativa e predatória, a caça ao gado xucro para a venda do couro, sebo e crinas (dos cavalos), já que a carne àquela época não tinha valor comercial.

As missões tornam-se unidades economicamente autônomas e lucrativas, produzindo erva-mate, gado, fiação, tecelagem, metalurgia e outras atividades produtivas, baseadas num forte regime de disciplina e organização bem ao modo

(...) a obra dos jesuítas não estava contribuindo, nos seus fins últimos e essenciais, para a colonização portuguesa aqui, ou espanhola nas demais colônias; e do sucesso de sua empresa teria certamente resultado uma organização, nação, civilização, ou dêem-lhe o nome que quiserem, muito diversa daquilo que Portugal ou a Espanha pretendiam realizar e realizaram nas suas possessões (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 93).

O grande problema surgido nessa época em relação aos índios, foi o choque entre as visões dos colonos e a da metrópole; os primeiros consideravam-os mão-de-obra, enquanto a metrópole via-os como povoadores da extensa área a ser ocupada. As missões entram como mais um complicador na questão, e o poder exercido por elas sobre os indígenas, acaba por gerar descontentamento da metrópole. E essa é provavelmente uma das causas da expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios (PRADO JÚNIOR, 1994).

O declínio do ciclo açucareiro no final do século XVII e o surgimento da mineração em Minas Gerais, deslocou os interesses para aquela região, fazendo com que houvesse intensa expansão em direção ao sul, constituída de paulistas e lagunistas com o intuito de “prear gado xucro” para abastecer o novo mercado.

Contudo, a coroa portuguesa tinha o interesse de fixar a posse desse território, por isso incentivou essa ocupação. Nesse período, destaca-se a figura do tropeiro, fazendo a comunicação do RS com o restante do país ao conduzir os rebanhos, principalmente de cavalos e mulas. Sobre esse assunto podemos observar algumas passagens descritas por Caio Prado Júnior ao analisar o Brasil colonial:

Enquanto para o Sul seguiam povoadores e soldados, vinham de volta as tropas de bestas que durante mais de um século constituirão o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império independente (PRADO JÚNIOR, 1994, p.254).

Esse autor coloca também, que até meados do século XVIII, quase a totalidade do trânsito nas capitanias do Centro-sul era realizado a pé nas costas dos escravos:

São as humildes e vigorosas bestas que resolveram o grande problema. Já me referi a este comércio de muares, que criados no Rio Grande ou introduzidos do Prata, se destinavam ao resto da colônia. Formavam-se naquela capitania as tropas, compostas muitas vezes de várias centenas de animais, não raro mesmo de mil, e marchavam daí para o Norte em setembro e outubro quando os pastos do trajeto começavam, sob a ação das chuvas, a vicejar. Às vezes seguiam diretamente até Sorocaba, termo da viagem; doutras, invernavam em Lajes, para recomeçar a marcha no ano seguinte (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 254).

As constantes disputas de fronteiras criaram a necessidade da existência de várias organizações militares na região e isso contribuiu para a formação de povoados pelo interior, embora a principal estratégia de ocupação pela metrópole tenha sido a distribuição de grandes extensões de terras aos chefes militares. Foi assim que iniciou a tão característica concentração de terras, não só aqui, mas em todo o Brasil, uma vez que os homens simpáticos à Coroa obtinham várias sesmarias, em seu nome, em nome da esposa e dos filhos (PRADO JUNIOR, 1994).

Foi já no século XVIII, que começou a distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado através das estâncias, doadas aos antigos tropeiros e militares. Essas imensas extensões de terras eram doadas com o intuito de preservar as fronteiras. As estâncias assim formadas, utilizavam como mão-de-obra, os peões (ex-tropeiros). Embora houvesse a presença de escravos nas estâncias, estes não eram a principal mão-de-obra. Com a decadência dos minérios, a economia termina por descobrir no charque, uma nova maneira de exploração da pecuária, sendo também a porta de entrada dos escravos negros na região (PESAVENTO, 1985).

Essa imensa quantidade de terra distribuída tinha alguns interesses bem definidos: a grande propriedade era o modo de produção mais adequado para garantir o controle sobre o lucrativo negócio do couro, também era a maneira com que Portugal contava para dominar o território ainda desocupado, e, ainda exercer a repressão sobre o regime anárquico da preia do gado alçado (GONZAGA, 1996).

A concentração de terras proporcionada pela distribuição das sesmarias, e, posteriormente, a consolidação das charqueadas como principal economia da região sul, principalmente representada pela região de Pelotas, terminam por formatar o latifúndio pastoril como a expressão da “elite econômica” de então, dando início à concentração de terras e riquezas nas mãos de uma minoria, tal como se conhece hoje.

Sobre essa questão da concentração e posse das terras, há interessantes depoimentos de Auguste de Saint-Hilaire, onde ele relata vários fatos ocorridos no início do século XIX, em suas viagens pelo território gaúcho. Um deles, ocorrido em região próxima a Santana da Boa Vista, no vizinho município de Piratini:

O mesmo terreno é dado seguidamente a várias pessoas. Mais freqüentemente ainda acontece que um pobre agricultor, inteiramente estranho aos litígios, se estabelece em um terreno, com permissão do Comandante, e quanto tem colocado aí seu gado e construído sua choupana, homens ricos de Porto Alegre e de outras partes obtêm títulos de sesmaria do mesmo terreno e pretendem expulsar aquele que o desbravou com sacrifício, substituindo-o por um administrador para auferir as rendas, sem se dar ao menor trabalho (SAINT-HILAIRE, 1997, p. 333).

Devido ao tipo de ocupação do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que as etnias formadoras dos habitantes dessa região, a qual está localizada na chamada metade sul do estado, ou seja, na porção formada por extensas áreas de campos nativos, e que contrapunha-se à parte norte formada por florestas sub-tropicais, acabaram por ter grande influência na cultura e modo de vida locais.

Também o padre Arlindo Rubert, escrevendo sobre a história das Freguesias de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista, deixa claro serem os indígenas, além de portugueses, espanhóis e negros, as raças formadoras da etnia dos gaúchos. É interessante o seu relato sobre a incorporação do negro na vida da estância:

Precisando os nossos fazendeiros do elemento escravo para o trabalho dos campos, bem cedo encontramos uma chusma desses infelizes, que eram vendidos nos mercados como bestas de carga e distribuídos pelas estâncias da vasta zona dos pampas (RUBERT, 1956, p. 8).

Essas características iriam influir enormemente na formação do gaúcho, que

os aventureiros e foragidos da lei, os espanhóis e os portugueses formavam então, a população da região, a qual, pela maneira de viver, vestirem-se com trapos, andarem sempre barbudos e melenculosos, e também, por não terem morada fixa, primeiramente foram chamados de gaudérios. Depois, já no final do século XVIII, passaram a ser tratados como gaúchos (MARQUES, 1987).

Eram cavaleiros errantes que vagavam pelos campos, sós, ou em bandos à procura de couro. Sabia-se pouco dessa gente que vivia pelo pampa, tanto no lado de cá, como no lado de lá do rio Uruguai, tipos mestiços que herdaram dos guaranis as habilidades para montar e para as lides pastoris. Como não adaptavam-se às regras que já emergiam, principalmente através da posse de sesmarias, os estancieros e a coroa, têm o interesse de desalojá-los do seu domínio para evitar a rapinagem e ameaça à propriedade privada.

Tratam então de incorporá-los à produção, pois eram mão-de-obra especializada para lidar com o gado, e, apesar de semi-bárbaros, apresentavam grande fidelidade aos patrões, característica marcante de sociedades pastoris.

Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm da moral senão idéias vulgares e, sobretudo, uma sorte de probidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefícios ou de quem os emprega ou neles deposita confiança (DREYS apud GONZAGA, 1996).

Com a privatização do campo e avanço do latifúndio, esses “gaúchos” foram transformados em peões ocasionais ou permanentes, através dos “conchavos” que eram acordos temporários entre patrões e peões, nada mais sendo que um subemprego caracterizado já por relações trabalhistas precárias.

Outra função desses homens foi lutar nas linhas de frente dos destacamentos militares fronteiriços. Com as constantes guerras na província, exigia-se um contingente expressivo de soldados com suficiente coragem e pobreza para arriscar a vida pela mística do heroísmo. Esse recrutamento feito pela burguesia rural usava certa astúcia ideológica, evocando lugares-comuns machistas e ufanistas (GONZAGA, 1996). Com o passar do tempo, esses gaudérios que não

denegridos pela burguesia rural, convertendo-se em grande ameaça à propriedade privada. O termo gaúcho começa a ser usado para designar os vários tipos de trabalhadores das estâncias: peões, diaristas, changadores, posteiros, etc.. Isso já começa a ocorrer no final do século XVIII, possivelmente retratando as nuances sociais da ocasião.

Em meados do século XIX, o termo gaúcho designando uma figura marginal está praticamente extinto, e, portanto, em condições de reaparecer como sustentação e imposição ideológica dos mesmos grupos que o tinham aniquilado. Essa transformação de gaúcho-pária em gaúcho-aristocrata durou várias décadas até adquirir o contorno pleno de virtudes civis e militares, o que depois de muitos desdobramentos e formulações, atinge o seu ápice apenas no século XX quando a oligarquia necessitou aglutinar forças em torno do seu projeto político (GONZAGA, 1996).

Conforme Abrão (1992), a cidade de Caçapava do Sul, de cujo município Santana da Boa Vista emancipou-se em 1965, surgiu no final do século XVIII numa “terra de ninguém”, localizada entre os rios Jacuí e Camaquã, onde havia intensa disputa de posse entre Espanha e Portugal. Este fato torna claro outro traço marcante desse povo; a constante ocorrência de conflitos evidenciou o seu lado guerreiro, o que dentre outras características importantes, evidencia um contraste enorme com a vocação produtiva verificada em outras regiões geográficas onde predomina a forma familiar de produção.

Nos espaços entre as estâncias, começa a formação de povoados (casario), habitados por ex-gaúchos e antigos moradores das estâncias. Aqueles que tinham algum ofício, eram contratados esporadicamente pelas estâncias ao redor, outros começaram pequenas lavouras de subsistência, e assim formaram-se os primeiros povoados na região, além é claro, dos povoados iniciados devido às concentrações militares. Essas pessoas seriam, provavelmente, os primeiros habitantes da região de Santana da Boa Vista. Outra característica é que as propriedades dessa região já não eram tão extensas como na época da distribuição das sesmarias aos chefes militares.

A origem de Santana está envolta em uma história cheia de heroísmo e religiosidade. Através de documentação e depoimentos de moradores e descendentes dos fundadores de Santana, consta que a área onde iniciou a formação da cidade foi doada por Jacinto Inácio da Silva por volta de 1820. Os primeiros moradores dessa região, afora índios e bugres, teriam estabelecido-se no final do século XVIII e início do século XIX. Naquele tempo, de acordo com escassa documentação, o local onde hoje está Santana, chamava-se Faxinal do Camaquam (RUBERT, 1956).

Por volta de 1819, Jacinto Inácio, um dos primeiros fazendeiros estabelecidos na região, teria saído para uma caçada embrenhando-se na mata fechada próxima a um arroio que hoje recebe o nome de Olaria. Afastando-se dos escravos que lhe faziam companhia, deparou-se com uma onça que zelava por seus filhotes dentro de uma toca de pedra. Consta que desferiu-lhe o último cartucho que possuía, e o animal ferido atacou-o com a fúria de quem protege a sua prole. Na luta com a onça, Jacinto já estava bastante ferido quando em último apelo, invocou a ajuda de Santa Ana, talvez lembrando-se de sua esposa cujo nome era Ana de Jesus. Nesse momento então, a sua cachorrinha avança sobre a fera, dando uma oportunidade para que Jacinto sacasse a sua faca e a enterrasse no peito do animal. E teria sido naquela hora terrível, pressentindo o fim próximo, que ele teria feito uma promessa; se sobrevivesse, doaria um terreno para que fosse construída uma capela para Santa Ana, o que de fato concretizou-se e deu origem a Santana da Boa Vista, explicando em parte a forte religiosidade do povo desse lugar. A toca onde vivia a onça encontra-se hoje no Parque Municipal Toca da Tigra e está aberto à visitação pública.

Foi somente a partir do século XIX, ao cessarem as guerras entre portugueses e espanhóis, que houve condições para estabelecerem-se algumas estâncias próximas à fronteira. Mesmo assim, o ambiente continuava conturbado por várias revoluções de caráter regional e nacional, tais como a farroupilha em 1835-1845, a federalista em 1893 e outras como a de 1923, episódios que faziam da região um local mais afeito às manobras militares do que às atividades produtivas.

O tipo de vida, a atividade extrativa e os constantes conflitos de fronteiras, principalmente entre Brasil, Argentina e Uruguai, forjaram um povo desconfiado, arredo à vida comunitária, e que até hoje, apesar da redução no tamanho das propriedades, mantêm as características e hábitos de latifundiários. A análise do contexto histórico do território onde situa-se a comunidade objeto do estudo, reveste-se de enorme importância quando se sabe que a ocupação dessa área, juntamente com os processos envolvidos na mesma, assumem caráter decisivo na formação dos habitantes da região.

Os traços culturais dos habitantes da região representam um tema de importância fundamental para os objetivos deste estudo. Revelam o contexto onde a ocupação da terra ocorreu, principalmente, por motivos militares e para marcação de posição, além de possivelmente servir de elo entre as principais povoações da época, entre elas, as capitais farroupilhas Caçapava do Sul e Piratini, além de Cachoeira do Sul, (ABRÃO, 1992). Isso tudo influenciou o modo de vida dessas pessoas, gerando características como desconfiança, individualismo e por consequência, extrema dificuldade de associação e trabalho em grupo, acarretando dificuldades na execução de programas que busquem incentivar as ações coletivas. Paradoxalmente, se, por um lado traz dificuldades na implantação de projetos que visem à organização grupal, por outro, pode ter sido um dos motivos da não incorporação dos valores da modernização da agricultura, resultando num aspecto positivo do ponto de vista da menor incidência dos efeitos do produtivismo.

Essas considerações terão relevância, à medida que forem analisados no estudo, os níveis de desenvolvimento social e econômico do município, onde tais características certamente tiveram grande importância. Na análise da cultura local, percebe-se na população da região, pouca disposição para o trabalho, e, talvez, isso seja fruto dessa raiz indígena, de povos mais acostumados ao extrativismo e com pouca intervenção na natureza (BORBA, 2002).

Aliás, essa característica foi de extrema importância para a preservação natural da região, fato muito positivo, à medida que acredita-se num outro modelo de desenvolvimento para o local. Um modelo que não degrade o ambiente e dê valor às

biodiversidade, o solo sem contaminação, ou seja, uma região pronta para seguir outro caminho de desenvolvimento, diferente daquele trilhado por regiões que buscam hoje, recuperar os danos sociais e ambientais causados por ele.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, primeiramente apresenta-se as características do local estudado e da região onde está inserido. No que concerne aos aspectos metodológicos, algumas considerações sobre o assunto são realizadas com o auxílio de uma revisão de literatura que abrange alguns pontos considerados essenciais para o perfeito entendimento do que se pretende em termos da metodologia a ser desenvolvida na atual fase da pesquisa.

3.1 Caracterização do contexto empírico

O município de Santana da Boa Vista possui uma área de 1616 km², localizado na Serra do Sudeste e cuja sede situa-se na Serra das Encantadas a uma altitude de 306 m. Com população de 8.623 pessoas, sendo 4.801 (56%) residentes no meio rural e 3.822 (44%) na zona urbana, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2000). Santana é circundada pelos municípios de Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Encruzilhada do Sul, Piratini e Pinheiro Machado.

Observando-se os dados populacionais do município, principalmente através das publicações do padre Elcy Arboitte de 1977 e reeditada em 1990, percebe-se um acentuado êxodo rural na década de 1970 quando há um decréscimo de cerca de 35% da população. Não por coincidência, esse fato foi generalizado e consequência da modernização e das ilusões de uma vida melhor na cidade. Analisando as entrevistas das pessoas mais idosas por ocasião do diagnóstico rápido participativo, elas referem-se a tal fato dizendo que as primeiras levas de gente que emigraram, a maioria para Porto Alegre e arredores, ainda encontraram empregos razoáveis, considerando é claro, que a capacitação dessas pessoas era limitada. Porém, já na década seguinte a situação foi modificando-se com as pessoas passando a engrossar os bolsões de miséria formados nas periferias das cidades maiores. Tal fato determinou a diminuição desse fluxo migratório, e hoje já

As pastagens nativas do Estado, e, particularmente de uma parcela da região de Santana, são um dos grandes patrimônios genéticos desse tipo de formação em todo o mundo. Pode haver em um metro quadrado de campo natural, até cerca de 150 espécies forrageiras aptas a serem consumidas pelos animais (SILVA, 2003). Sabendo-se a importância que tal diversidade representa para o desenvolvimento animal, pode-se avaliar o valor que esse ecossistema assume não só perante os aspectos sócio-econômicos do Rio Grande do Sul, mas também e principalmente, perante a situação ecológica tanto local como global.

A região da Serra do Sudeste, onde está situado o município de Santana da Boa Vista, apresenta um relevo ondulado a forte ondulado e de uma forma geral pode-se considerar que os seus solos tenham desenvolvido-se a partir de granitos e gnaisse. Como no restante do Estado, esses solos são, de maneira geral, ácidos e pobres em fósforo. Outra característica marcante dos solos da região de Santana é a pequena espessura agravada pela pedregosidade e afloramentos de rochas, isso tudo aliado à baixa tolerância de perdas por erosão hídrica, faz com que apresentem forte restrição para culturas anuais (STRECK, 2002). O relevo do Estado apresenta as maiores altitudes na região nordeste, onde atinge cerca de 1000m nos Campos de Cima da Serra. Afora essa, a região onde as altitudes atingem valores mais elevados é a Serra do Sudeste, onde ultrapassam os 400m.

Uma classificação interessante sobre a capacidade de uso dos solos, é a que apresenta oito classes de capacidade de uso, onde a classe I não teria limitações e a classe VIII seria inadequada para o uso agrícola. De acordo com tal classificação, os solos de Santana da Boa Vista apresentam somente 17,53% de aptidão para culturas anuais; 57,36% são adequados apenas para culturas perenes e silvicultura; enquanto 25,11% seriam impróprios para qualquer tipo de cultivo. Com isso se conclui que 82,47% dos solos de Santana têm restrições quanto à mecanização (LEPSCH apud BORBA, 2002).

O clima do Rio Grande do Sul é considerado subtropical na sua maioria, apresentando algumas micro-regiões com características de temperado nas partes de maior altitude (PAIM, 2003). A precipitação média da região é 1600 mm, sendo

que a distribuição não é uniforme, ocorrendo períodos de estiagem nos meses do verão.

A estrutura agrária do município apresenta uma predominância de unidades de produção características da agricultura familiar, ou seja, apresentam as principais peculiaridades que a definem: são administradas pela própria família; nelas é a família que trabalha diretamente, tendo ou não o auxílio de terceiros. Logo, gestão e trabalho são familiares, sendo, ao mesmo tempo, unidade produtiva e de consumo; ou ainda uma unidade de produção e reprodução social (DENARDI, 2001). Outra informação que colabora nesse sentido são os dados do IBGE de 1996, que embora sejam já um pouco antigos, nos mostram que não chegam a 8% os empregados remunerados na agricultura de Santana, uma característica marcante das unidades de produção de caráter familiar, e que mantém-se na época atual.

Das 2.241 unidades de produção, 86% possuem até 100 ha de área e 74% têm até 50 ha. Fica evidente a importância desse segmento para o desenvolvimento local do ponto de vista social, econômico, e ambiental. Numa visão econômica, pode-se afirmar que nesse setor está situada quase toda a produção de feijão, milho e outras culturas de autoconsumo. Porém, o fator ambiental destaca-se como o de maior relevância, uma vez que a preservação dos recursos naturais lhe confere uma dimensão bastante interessante nos dias de hoje, quando se prevê o esgotamento desses recursos, trazendo conseqüências não só ambientais mas de repercussão em todas as áreas da atividade humana.

Com a análise dos índices convencionais de desenvolvimento do estado, certamente Santana da Boa Vista encontra-se na faixa dos mais “pobres”. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, utilizado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), para Santana é 0,644 ocupando a 351ª posição em relação aos 497 municípios do Rio Grande do Sul, sendo menor do que o índice da região sul, que por sua vez, é menor do que o do Estado (0,754). O IDESE é um índice sintético, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, e como tal, possibilita a classificação das unidades geográficas quanto ao seu nível de desenvolvimento em relação a qualquer localidade do mundo. Este índice

saúde e saneamento e domicílio pontuados de 0 a 1, onde a posição mais favorável é a mais próxima do número 1. O IDESE é obtido através da média da pontuação de cada bloco. Adotando-se o mesmo critério aplicado pela ONU em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os municípios podem ser classificados em três níveis de desenvolvimento: alto ($>$ ou $= 0,800$), médio ($>$ ou $= 0,500$ e $< 0,800$) e baixo ($< 0,500$).

O fato de Santana apresentar a sua economia baseada na agricultura familiar, e, portanto, apresentar as suas relações econômicas com uma maior dependência de valores de uso do que de troca, fica oculto nas análises mais superficiais. Isso evidencia a diferença existente entre índices de desenvolvimento de populações urbanas e rurais, pois que a última pode possuir um grau de autonomia e qualidade de vida diferenciados em relação à primeira, expressados por exemplo, na qualidade e produção da própria alimentação (BORBA, 2002).

De acordo com Borba (2002), baseado nos estudos em que Toledo (1993) enumera algumas características do modo de produção camponês, vários elementos presentes na agropecuária familiar local aproximam-na de um caráter campesino, ou seja: a não incorporação maciça dos preceitos da “modernização da agricultura”, conferem-lhe características que tendem ao ecológico, ainda que seja por contingência. Isso se deu por vários fatores, dentre os quais; falta de recursos financeiros, pelo não alcance efetivo da propaganda na época em que esta foi mais agressiva, e pelo fator cultural.

Vários fatores nos levam à essa conclusão, tais como: 1) pequena dependência de insumos industriais provenientes de combustíveis fósseis, expressada no grande uso das trações animal e humana, e no aproveitamento da declividade do terreno para o uso da água (irrigação); 2) a pequena escala de produção, permitindo a adoção de modelos tecnológicos pouco agressivos ao ambiente; 3) uso da força de trabalho exclusivamente familiar; 4) a biodiversidade do sistema e as paisagens preservadas; 5) auto-suficiências alimentar e de sementes; 6) alta eficiência energética das atividades, medida pela razão entre as entradas e saídas de energia no sistema produtivo, e, finalmente; 7) o conhecimento local

Essa discussão acerca da produção camponesa, cujas características assemelham-se à praticada em Santana, vem de longa data, principalmente através dos estudos de Chayanov. Assim, enumera-se uma série de características que a definem: alto grau de auto-suficiência, baseada no trabalho familiar, a produção combinada de valores de uso e troca não busca apenas o lucro, e sim, a reprodução da unidade, são na maioria pequenos proprietários que têm na agricultura sua principal atividade, embora tenham criações de animais, artesanato, caça, pesca e trabalhos fora da propriedade.

Baseado na classificação que Guanzioli (2001) faz à respeito dos sistemas produtivos da agricultura familiar, pode-se enquadrar grande parcela das explorações de Santana da Boa Vista como pertencentes ao grupo de autoconsumo + milho e/ou feijão. Apenas deve-se salientar que o milho raramente tem fins comerciais, servindo tão somente para o consumo na propriedade, ao contrário do feijão, este sim, destinando o excedente para a comercialização. Outra particularidade é o fato de normalmente possuírem algumas poucas cabeças de gado com objetivo de poupança.

Contudo, essas considerações acerca das características da agricultura santanense não têm como objetivo principal, uma classificação mais aprofundada, sendo apenas uma forma comparativa das suas peculiaridades com os diversos sistemas de produção da agricultura familiar, onde o camponês está contido. Sobre isso, consideraremos o que diz Sacco dos Anjos;

(...) em muitas das sociedades (especialmente em vias de desenvolvimento) conservam-se ainda hoje expressivos segmentos de agricultores que conservam os traços de um campesinato clássico nos termos que trata a literatura específica sobre o assunto (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 41).

Então tem-se um local que não incorporou completamente o modelo hegemônico de desenvolvimento propalado pela modernização. E não o fez, pelas condições de solo, já que apenas 17,53% são aptos para culturas anuais mecanizadas, pela sua topografia acidentada, e também pelo fato de que as unidades de produção são de tamanho reduzido dispendo de escassos recursos para investimentos. Logo, Santana, por ter permanecido à margem desse

“progresso”, reúne condições para seguir outro caminho. Autores como Borba (2002), e Sevilla Guzmán (2001) defendem que essa marginalização apresentada por muitas comunidades rurais em relação à modernização, pode representar um grande potencial para o desenho de modelos alternativos de desenvolvimento, justamente por terem preservado muitos elementos de grande importância num mundo em crise.

As condições de “atraso” e “marginalidade” apresentadas por essas localidades quando olhadas sob o ponto de vista produtivista, é que fazem delas locais ideais para implementar modelos de desenvolvimento menos dependentes de insumos industriais, capazes de gerar produtos de alta qualidade através de processos também qualificados. Pode-se perceber que o município em questão, que realmente apresenta sérias limitações no seu desenvolvimento social e econômico de acordo com dados da FEE, ao tornar-se marginal sob a ótica do produtivismo, deixa clara a incapacidade desse em equacionar os entraves que limitações sociais, econômicas e ambientais proporcionam ao perfeito andamento daquele modelo.

A agricultura local caracteriza-se por apresentar a grande maioria da sua produção em propriedades de até 50 ha, com cerca de 86% das lavouras anuais e 88% das lavouras permanentes estando nesse extrato. A própria pecuária tem 66% da sua produção em unidades de até 50 ha (IBGE 1996). A principal cultura com fins comerciais do município é o feijão, com uma área de 2000 ha, sendo a metade produzida com fertilizantes químicos e metade sem fertilizantes. O sistema de 85% das lavouras é solteiro e 15% consorciado. Cerca de 25% da produção é para autoconsumo e 75% comercializado, e ainda 70% dos agricultores plantam em terras próprias e 30% são parceiros. Dados obtidos em relatórios anuais dos cultivos, elaborados pelo Escritório Municipal da Emater de Santana da Boa Vista em 2001.

Baseado nos mesmos relatórios da Emater, outra cultura importante para o município é o milho, que em 2001 apresentava 4000 ha plantados, sendo 60% adubados com fertilizantes químicos e 40% sem adubos. Não existem dados precisos sobre a quantidade de sementes crioulas utilizadas, mas pode-se afirmar,

grande maioria é de sementes híbridas. Em termos de destino da produção, apenas 25% é comercializado, sendo o restante para autoconsumo. O sistema de cultivo é 85% solteiro e 15% consorciado, e 70% plantam em terras próprias, com 20% em parceria e 10% arrendatários. No caso do milho, é emblemática a situação onde houve grande estrago provocado pela modernização, levada a cabo pela extensão, pesquisa e crédito rural. Com o incentivo ao uso das sementes híbridas, perdeu-se o material genético adaptado e melhorado por décadas pelos agricultores, fato que adquire uma dimensão maior quando se observa o tipo de lavoura ali praticada, ou seja, em terras fracas, com pouca ou nenhuma adubação e sem irrigação, o que torna completamente desnecessário e antieconômico o uso de sementes híbridas exigentes em alta tecnologia, tornando-os mais dependentes e descapitalizados.

Outra forte característica da agricultura santanense é o alto percentual do uso das trações animal e humana, como o apresentado naquela que é a cultura mais expressiva, tanto do ponto de vista econômico, como do cultural e social do município, que é a cultura do feijão. Nela são computados, 99% daquelas trações, contra cerca de 1% da tração mecânica, essa no preparo do solo, dados que são frutos dos levantamentos que a Emater do município realiza da situação dos cultivos anualmente, sendo os exemplos citados acima, referentes ao período de 1995 a 2000.

3.2 Considerações sobre metodologia

Para a professora Elisa P. Gonsalves, a questão metodológica “indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social”. Desse modo, estará tornando clara a sua maneira de ver o mundo, a sua postura epistemológica frente à relação sujeito-objeto (GONSALVES, 2001, p. 61).

O tipo de pesquisa desenvolvida analisa fenômenos cuja mensuração torna-se impossível através de métodos convencionais de pesquisa quantitativa. Busca-se o lado subjetivo dos mesmos, e para tanto, usa-se depoimentos que transformam-se

que tais depoimentos normalmente são mais consistentes quando provenientes de entrevistas gravadas, o que aliado à convivência junto às pessoas estudadas, permite uma maior espontaneidade de idéias, confiança e possibilidade da crítica. Fica claro também que depoimentos não são cabais, porém, em confronto com as demais técnicas de coleta de dados desse tipo de pesquisa, certamente os depoimentos provenientes de entrevistas gravadas abertas ou semi-estruturadas revestem-se de maior peso e cientificidade (DEMO, 2000).

Estudos como o presente, não podem ter a cientificidade reduzida à determinadas formas de conhecimento, ela desdobra-se em inúmeras questões. Uma delas diz respeito ao fato de tratar-se de uma realidade da qual fazemos parte enquanto seres humanos, o que dificulta qualquer tentativa de objetivação. Outro risco é descaracterizar a essência dos fenômenos sociais, a subjetividade, através da busca de objetivação própria das ciências naturais. E, também, que um método mais duro não pode se propor a explorar realidades tão específicas e diferentes, sem empobrecer seu próprio objeto (MINAYO, 1998).

A questão metodológica abrange concepções teóricas, técnicas de pesquisa e criatividade. As questões teóricas e as técnicas serão abordadas a seguir. Porém, a criatividade será exposta no decorrer do trabalho, pois através da experiência do pesquisador e da sua capacidade intuitiva, a que Maffesoli chama de “saber incorporado”, é que o caminho poderá ser criado, e, em sendo, a sua descrição poderá evidenciar um método (GONSALVES, 2001).

A pesquisa, enquanto trabalho intelectual, deve ser organizada segundo as seguintes perspectivas; a tecnológica, a metodológica e a epistemológica. A perspectiva metodológica é a que responde à pergunta POR QUE SE FAZ. A perspectiva tecnológica, responde à COMO SE FAZ. E a epistemológica responde à PARA QUE ou PARA QUEM SE FAZ (IBAÑEZ apud GOMES, 1999). Segundo Gomes (1999), sem as perspectivas metodológicas e epistemológicas, as técnicas de investigação não passam de procedimentos cujo uso estará restrito ao campo do como fazer, ou seja, não questionará a razão de se fazer determinado trabalho e nem quem será beneficiado por ele.

Buscando uma classificação dos tipos de pesquisa, segundo os objetivos que se pretende alcançar, uma boa opção é a pesquisa explicativa, sendo aquela que tenta identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e desenvolvimento de determinado fenômeno. Outra questão pertinente é quanto ao papel da população pesquisada. Faz-se necessária a sua efetiva participação nesse processo de geração de conhecimento, sendo um processo formativo através de uma pesquisa de cunho participativo (GONSALVES, 2001).

Numa outra abordagem, mais relacionada à coleta dos dados, pretende-se utilizar o estudo de caso, onde analisa-se um fenômeno a partir de uma unidade significativa e suficiente para essa análise. Essa técnica possibilita colaborar nas decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para a sua modificação (GONSALVES, 2001).

Para Triviños (1987), o estudo de caso é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade analisada profundamente. Esse autor cita Bogdan para classificar o estudo de caso em três tipos diferentes: Estudos de Casos histórico-organizacionais, Estudos de Casos observacionais e Estudo de Caso denominado História de Vida. Como no caso de outras classificações teóricas ou didáticas, essa também apresenta certa ambigüidade quando tenta-se enquadrar nelas, os casos reais. Analisando os conceitos das mesmas, observa-se que o caso em estudo tem características de pelo menos duas delas, podendo ser classificado como histórico-organizacional e observacional. Sendo que no primeiro caso, o pesquisador parte do conhecimento existente sobre a unidade estudada levando então em conta, o seu histórico. Já no segundo exemplo, categoria típica da pesquisa qualitativa, a técnica de coleta de dados mais importante é a observação participante (BOGDAN apud TRIVIÑOS, 1987).

O método qualitativo a ser usado no presente trabalho, traz a possibilidade de expressar as especificidades de um fenômeno em termos de sua origem e razão de ser (HAGUETTE apud GOMES, 1999).

Tal argumentação não tem como objetivo reforçar uma dicotomia entre

tratamento prioritariamente qualitativo, não há nenhum impedimento de qualquer ordem para que se lance mão de dados quantitativos se assim o estudo exigir. O conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõem, mas se complementam uma vez que a realidade abrangida por eles interage de forma dinâmica, afastando qualquer possibilidade de dicotomia (MINAYO, 1998).

A pesquisa qualitativa, segundo vários autores, tem suas origens nas práticas implementadas primeiramente pelos antropólogos, e depois, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades. A raiz antropológica deste tipo de pesquisa fez com que ela fosse conhecida como “investigação etnográfica”, o que de maneira simplificada poderia ser definida como o “estudo da cultura”. A razão deste tipo de pesquisa ter surgido nesse campo do conhecimento, certamente tem a ver com o fato de que as informações sobre a vida dos povos não poderiam ser quantificadas, mas sim interpretadas num contexto bem mais amplo do que aquele dos dados objetivos (TRIVIÑOS, 1987).

Faz-se necessário no entanto, salientar que não é pretensão deste trabalho, um estudo aprofundado de antropologia, mesmo porque extrapolariam os limites das informações que se tem dessa área. Porém, torna-se evidente que foi-se buscar neste campo de conhecimento, alguns subsídios para melhor interpretar os fenômenos constatados na pesquisa.

Com isto, fica claro que todo o processo da aplicação do RS-Rural, foi ferramenta fundamental em termos da compreensão da realidade da comunidade estudada, constituindo-se então em valiosa contribuição metodológica na medida que possibilitou a confrontação das evidências advindas deste processo com as obtidas através da observação e participação junto à comunidade não só durante a aplicação do programa, mas também, durante a realização de outras atividades no município. Entende-se que essa interação de informações e interpretações da realidade proporcionam melhores condições para que se possa analisar os depoimentos das pessoas envolvidas, os quais são a base para a elaboração do conteúdo desta pesquisa, e, conseqüentemente, para a argumentação que pretende responder à questão proposta pelo trabalho.

A fase do trabalho referida no final do parágrafo anterior é então constituída de entrevistas gravadas onde seguiu-se um roteiro mínimo, apenas no sentido de situar o entrevistado no assunto da pesquisa, e para, eventualmente, se houvesse necessidade, enfatizar determinados pontos considerados essenciais para a elucidação de alguma questão pertinente. Não julga-se que tal técnica necessite ser enquadrada em alguma classificação, porém, se a mesma serve para facilitar algum tipo de análise, a entrevista semi-estruturada é a que mais se assemelha ao que foi realizado em Santana. Segundo Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada, além de valorizar a presença do investigador, oferece todas as condições para que o entrevistado tenha a liberdade e espontaneidade necessária para enriquecer a pesquisa.

A técnica de entrevista desenvolvida neste trabalho, pode ser chamada também de entrevista em profundidade. Busca do informante, os aspectos que ele julga relevantes sobre o assunto da pesquisa, através de uma conversa mais ou menos guiada, conforme a capacidade do entrevistado em manter-se no foco do assunto. Ela busca o porquê da ocorrência de certo fenômeno, e não a frequência das ocorrências em que o pesquisador acredita (RICHARDSON, 1999).

Essas informações detalhadas, com intuito de esclarecer determinados fatos de forma qualitativa, foram obtidas através de gravações, cujos conteúdos foram posteriormente transcritos. Como todo o processo foi realizado pela mesma pessoa, durante a transcrição torna-se bastante interessante comparar as informações gravadas, com as anotações e observações realizadas durante todo o processo onde o pesquisador cumpriu o legítimo papel de observador participante. A transcrição é então um novo passo na pesquisa, nela, o investigador retoma todas as fases anteriores que resultaram nas gravações. Isso se traduz na lembrança de certas entonações de voz, histórias que tenham sido contadas, enfim, no seu envolvimento e nas emoções advindas daqueles contatos (QUEIROZ, 1991).

Como o investigador era conhecido das pessoas-sujeitos da pesquisa, não fazia-se necessário apresentação, mas sim, uma breve explicação dos motivos da entrevista. Após fez-se uma explanação sobre o Programa RS-Rural 2001, para que

efetiva. Depois disso, normalmente solicitava-se que ele/ela desse a sua opinião sobre o programa, salientando os pontos positivos e negativos que mais lhe chamaram a atenção. Às vezes era necessário trocar as palavras, ou mesmo as perguntas para que a questão fosse melhor compreendida, isso variando de pessoa para pessoa, de acordo com o discernimento de cada um. Normalmente discorrendo sobre os aspectos positivos e negativos para a comunidade, o informante terminava por abordar as questões que se julgava cruciais, como por exemplo; a falta de iniciativa dos moradores, o que terminava por clarear pontos como o caráter paternalista das relações com lideranças locais, ou ainda, questões culturais e de política partidária, entre outras. Somente havia novas intervenções por parte do investigador, acaso houvesse necessidade de aprofundar algum ponto de interesse à pesquisa.

A amostragem do campo de observação empírica no qual aplica-se o tema pesquisado deve ser analisada à luz da representatividade qualitativa que possam ter os grupos investigados. No caso em estudo, onde as pessoas escolhidas foram entrevistadas com certa profundidade, optou-se pela “amostra intencional”, onde o grupo é escolhido intencionalmente segundo a relevância que possa ter em relação ao assunto estudado (THIOLLENT, 1998).

Nesta pesquisa, a intencionalidade da amostragem torna-se bastante eficaz devido ao universo envolvido, ou seja, o público pesquisado é o mesmo com o qual trabalhou-se no RS-Rural 2001. Naquela oportunidade, como já foi mencionado aqui, realizou-se detalhado trabalho de diagnóstico daquelas comunidades, o que proporciona um nível de conhecimento suficiente das pessoas envolvidas, facilitando sobremaneira a tarefa de seleção do pessoal a ser entrevistado. Conforme é descrito no capítulo sobre aquele Programa, foram cadastradas 135 famílias para participarem das diversas práticas do projeto, porém, muitas dessas famílias apenas completaram o número necessário de beneficiários para tornar o projeto à fundo perdido, o que evidencia que a participação efetiva de famílias foi um pouco menor, contando-se também que muitas dessas famílias ou pessoas dessas famílias, participaram de mais de uma ação do programa. Não foi realizado levantamento minucioso da quantidade exata das famílias beneficiadas, excluindo-se as que

maneira que se julgou mais adequado à realidade local. Tal levantamento não se faz necessário no tipo de estudo realizado, onde o número de famílias serve apenas de indicativo da abrangência do projeto, e não para a realização de qualquer tipo de análise quantitativa e/ou estatística. Uma das estratégias para que o projeto pudesse tornar-se “a fundo perdido”, foi formar grupos de mulheres, onde ao participarem de práticas específicas, o total de participantes era maior, e, conseqüentemente, aumentavam também os recursos ao programa. Porém, como se salientou, em termos de famílias representadas, tal fato não deveria servir como parâmetro.

A explicação acima tem o objetivo de clarear melhor a questão da amostragem, pois analisando os nomes dessas pessoas, pode-se considerar que cerca de 60 famílias tiveram uma participação mais efetiva, freqüentando as reuniões e envolvendo-se de forma mais ativa no processo. E foi neste universo que se resolveu buscar uma amostra intencional, onde as pessoas ouvidas tivessem razoável condição de opinar sobre o programa e que representassem de forma equilibrada os beneficiários, tanto em aspectos sócio-econômicos como de faixa etária e de localização geográfica. Para tanto, ouviu-se 20 pessoas representando cerca de 30% das famílias de maior participação. Destas, após as transcrições, selecionou-se 15 entrevistas que apresentavam alguns elementos de interesse ao presente estudo, e é com este material que busca-se responder a questão proposta no trabalho.

A escolha das famílias cujos membros participaram das entrevistas foi realizada tomando por base a importância que representavam para a comunidade. Essa representatividade ficou evidenciada por ocasião da realização do histórico das comunidades quando da aplicação do DRP, pois naquela etapa do processo, foram identificados os líderes, as pessoas mais idosas, e todas aquelas que poderiam contribuir através do conhecimento que tinham em relação à sua localidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta fase do trabalho, inicia-se a etapa onde espera-se encontrar alguma resposta, total ou parcial, ao problema da pesquisa, qual seja: procurar entender o porquê das dificuldades encontradas na região do estudo, à implementação de programas, projetos, ou qualquer intervenção no sentido de buscar o desenvolvimento. Ainda que tenha-se bem claro a que tipo de desenvolvimento se está referindo, um desenvolvimento que respeite as características locais e dê valor ao que o lugar tem de mais rico; a sua natureza preservada.

À luz dos objetivos a que se propõe o projeto, pretende-se analisar as entrevistas realizadas com um grupo de beneficiários do programa, as quais serão confrontadas com as observações realizadas no período do trabalho e no decorrer dos anos de convivência no lugar, além de lançar mão dos dados existentes sobre Santana, estudos já efetuados sobre o município e/ou comunidades do mesmo e a bibliografia que trata dos temas tratados neste estudo.

Pretende-se desenvolver tal esforço analítico tendo como pano de fundo, algumas evidências sobre os resultados do Programa RS-Rural 2001. Como já se passaram cerca de três anos desde que começaram a concretizar-se as primeiras ações do programa através da chegada dos equipamentos ou produtos solicitados, pode-se ter uma idéia do estágio de desenvolvimento e o grau de comprometimento dos diversos atores envolvidos no processo.

4.1 Descrição detalhada do Programa RS-Rural 2001

Inicia-se expondo o método usado, desde a escolha da comunidade onde foi aplicado o programa, passando pela elaboração do diagnóstico participativo que

desenvolvimento resultante de todas as informações obtidas através das técnicas acima expostas. E é no âmbito dessa análise que pretende-se desenvolver, através do exame das entrevistas realizadas junto aos participantes e beneficiários do projeto, amparadas por uma revisão bibliográfica pertinente, pela experiência adquirida durante os anos de trabalho no município, e, sobretudo, lançando mão de metodologias participativas e de observação, algumas idéias que possibilitem atingir os objetivos a que o estudo se propõe.

Pode-se dizer que aquela etapa do trabalho, foi na verdade e entre outras coisas, uma atividade de caráter exploratório, naquilo que isto tem de mais importante e essencial, pois que serviu para conscientizar tanto a comunidade como o próprio pesquisador sobre os problemas existentes, as dificuldades encontradas, enfim, as questões de interesse coletivo na vida daquele grupo social. A leitura da realidade realizada juntamente com os moradores do local, através dos instrumentos de diagnóstico, foi a primeira parte do presente estudo. Salienta-se que o pesquisador, juntamente com os demais parceiros envolvidos no processo, tinham como funções primordiais, a animação e a sistematização das idéias exprimidas. Entende-se ser esta a forma mais adequada de delimitar o assunto a ser pesquisado, pois que ele emerge em meio ao processo de participação e/ou como consequência da realidade concreta do meio.

A primeira fase deste trabalho foi extremamente rica em participação das famílias envolvidas, tendo ocorrido inúmeras reuniões, entrevistas individuais, entrevistas coletivas, diagnóstico e leitura da paisagem, caracterizando uma fase onde a observação participante assumiu importância ímpar na interpretação daquela realidade. Segundo Brandão (1990), a potencialidade da pesquisa participante é justamente o seu deslocamento das universidades para a realidade do campo concreto diminuindo a distância que existe entre objeto e sujeito da pesquisa.

Ao abordar esse item, é necessário salientar a importância que assumem certas políticas públicas quando se analisa áreas consideradas “marginais” em termos de desenvolvimento, como é o caso da Serra do Sudeste, onde situa-se o município de Santana da Boa Vista. Muitas comunidades de Santana possuem

famílias cuja única entrada monetária é através dessas políticas, daí a importância das mesmas como forma de mantê-las no campo, ainda que se saiba as consequências negativas que tais políticas possam ter quando a sua execução carecer de maiores cuidados e critérios na distribuição dos benefícios. Além, é claro, desse tipo de política correr o risco de aprofundar situações de relações paternalistas existentes em muitas dessas comunidades, conforme o enfoque que seja dado pelos executores dos mesmos.

A política pública cujo foco deste estudo está centrado é o RS-RURAL, Programa de Combate à Pobreza Rural, porém, com um enfoque na sustentabilidade, pelo menos nos anos de 2000, 2001 e 2002. Este estudo restringe-se ao de 2001, aquele de maior complexidade e riqueza de propostas. O Programa RS-Rural tem como meta principal o desenvolvimento de comunidades rurais, muitas das quais que nunca tiveram acesso a qualquer tipo de política pública, nos seus processos de organização para o combate de problemas sociais e ambientais, proporcionando assim, que esses segmentos excluídos possam exercer as suas cidadanias. Ele procura integrar ações de manejo dos recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura familiar e comunitária, visando a sustentabilidade ambiental e sócio-econômica das comunidades trabalhadas.

O RS-Rural por sua concepção democrática, prioriza a participação da sociedade civil nas suas diversas instâncias. Para tanto, a nível estadual, o seu Conselho Superior foi ampliado permitindo a representação dos beneficiários na definição das suas estratégias. A nível municipal, as definições quanto à utilização dos recursos, comunidades beneficiadas, ou seja, toda a sua gestão era feita pelo Conselho Municipal do RS-Rural, composto pelos conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e pelos delegados do Orçamento Participativo do Estado.

Segundo dados do IBGE de 1998, o Rio Grande do Sul possuía cerca de 400.000 famílias rurais, das quais aproximadamente 360.000 (90%) são de agricultores familiares, com 234.000 famílias consideradas pobres, apresentando renda menor do que 1,5 salário mínimo mensal per capita. Também o IPEA no ano

terras e a pobreza, entretanto, o mesmo estudo mostra regiões com alto grau de pobreza em áreas de minifúndios cujo solos são de qualidade inferior (RS-RURAL, 1999).

O público alvo deste Programa são agricultores familiares, agricultores assentados, povos indígenas e pescadores artesanais profissionais, sendo que o interesse deste estudo recaiu sobre o de agricultores familiares. As unidades de produção desse segmento apresentam carências de máquinas, implementos, animais de tração, armazenagem, entre outras. Com essa deficiente estrutura física de produção torna-se praticamente impossível desenvolver qualquer tipo de melhora nas condições de vida desses agricultores. Além disso, suas áreas apresentam graves problemas ambientais como erosão, degradação da vegetação nativa, uso inadequado de agrotóxicos, etc.. Isso tudo aliado ao fato dessas propriedades normalmente estarem localizadas em áreas marginais, com acentuadas declividades, solos frágeis e pedregosos, faz com que se crie um círculo vicioso de degradação e pobreza. É nesse cenário de exclusão que atua o Programa RS-Rural.

O Programa foi financiado pelo Banco Mundial (BIRD), cujo acordo de empréstimo nº 4148-BR no valor de U\$ 100 milhões foi assinado em 11 de julho de 1997. O Estado do Rio Grande do Sul comprometeu-se a disponibilizar U\$ 108 milhões de seus orçamentos anuais durante o período de execução do Programa. Há um custo para esse financiamento, o Estado pagando uma comissão de compromisso de 0,75% ao ano sobre os valores não sacados e juros equivalentes ao custo de empréstimos especiais mais 0,5% ao semestre.

As ações do RS-Rural são desenvolvidas a partir de uma estratégia comum e cuja unidade de planejamento é a microbacia hidrográfica. Os projetos advindos desse processo integram ações de infra-estrutura, Geração de Renda e Manejo de Recursos Naturais em busca do desenvolvimento sustentável das comunidades.

As ações de Combate à Pobreza têm investimentos em:

- a) Infra-estrutura social familiar e comunitária.
- b) Atividades geradoras de renda.

As ações de Manejo e Conservação de Recursos Naturais investem em:

- a) Conservação dos solos e águas.
- b) Controle da contaminação por agrotóxicos.
- c) Reflorestamento ambiental.
- d) Biodiversidade.
- e) Estradas.

Existem ainda os projetos de suporte que auxiliam na execução dos objetivos do Programa. Eles são importantes para complementar deficiências que porventura existam para o perfeito andamento das ações do RS-Rural. Fazem parte desse segmento, as seguintes ações complementares: formação e capacitação dos executores e beneficiários, Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (PANPA), pesquisa contratada, pesquisa por demanda dos beneficiários, assistência técnica, estudos especiais sobre sistemas de produção, redes de referência, etc..

Primeiramente, é importante fazer um relato sobre o processo participativo do qual a aplicação desse programa fez parte. Mesmo considerando a característica participativa do programa, não se pode desconhecer as falhas existentes, tanto na adequação das ações segundo as especificidades de cada segmento cultural, como na execução destas práticas onde deveria haver maior acompanhamento.

O RS-RURAL previu ações em três áreas do universo da Agricultura Familiar; infra-estrutura familiar e comunitária, geração de renda e manejo e conservação dos recursos naturais. A situação então era a seguinte: o município, por ter priorizado a agricultura no processo do Orçamento Participativo do Estado, tinha ao seu dispor R\$ 140.000,00 para aplicar na agricultura familiar através do RS-Rural. Como já foi explicitado, a gestão desse programa no município deveria ficar a cargo de um conselho formado pelos delegados do Orçamento Participativo eleitos em Santana, mais os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Rural do município, formando assim, o Conselho do RS-Rural. Tal conselho tinha como primeira tarefa, a definição das comunidades a serem trabalhadas nestes Programas, o que exigia a utilização de um critério adequado para evitar escolhas aleatórias e pressões de toda ordem.

4.1.1 Leitura da Paisagem

Com a pretensão de ser a melhor maneira de fazer essa escolha, foi sugerida uma metodologia relativamente nova, pelo menos para a maioria dos integrantes do Conselho, a Leitura da Paisagem. Esta prática consistia na formação de várias equipes, constituída de pessoas das mais variadas formações, que percorreriam o município como um todo, seguindo trajetos pré-estabelecidos. As equipes deveriam percorrer os seus roteiros observando e anotando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, sendo que posteriormente, ao sistematizar-se todas essas informações, e, através do auxílio de pessoas com grande conhecimento da geografia e características gerais do município, confeccionaria-se o mapa das regiões homogêneas naqueles aspectos anotados.

Formaram-se equipes com pessoas da Emater (Santana da Boa Vista, Pelotas, Canguçu), Embrapa (Pelotas, Bagé), Ucpel, Sindicato dos trabalhadores rurais de S.B.V., Prefeitura municipal de S.B.V. e conselheiros do C.M.D.R., totalizando 28 pessoas. Estabeleceram-se sete equipes com sete roteiros, de maneira que todo o município fosse incluído. Tomou-se o cuidado para cada equipe ter parte do roteiro compartilhada com, pelo menos outra equipe, permitindo comparações de interpretações, bem como, evitando distorções grosseiras. Evidentemente, o resultado de tal processo não reveste-se de grande profundidade, porém, para os objetivos que se propõe, é extremamente válido. A análise produziu informações de forma rápida e abrangente sobre todo o município, traduzindo-se assim, em importante ferramenta no sentido de auxiliar as decisões a serem tomadas.

Posteriormente as equipes descreveram o que viram e anotaram sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos seus roteiros. De posse dessas informações, confeccionou-se um mapa do município demarcando as regiões homogêneas quanto àqueles aspectos, com suas respectivas descrições. O resultado foi apresentado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural como ferramenta para a escolha das comunidades a serem trabalhadas. A decisão recaiu sobre a região de n.º 4, que realmente possuía as características de “marginalidade”

escolhida, foram priorizadas três comunidades consideradas mais problemáticas em relação às áreas de ação do RS-Rural (infra-estrutura, geração de renda e meio ambiente): o Rincão dos Dutras, o Rincão dos Mouras e o Cerro da Picada, cujo conjunto foi denominado Arroio das Goiabas, e para efeito da metodologia do Programa RS-Rural; Microbacia Arroio das Goiabas. É nesse espaço geográfico que aplicar-se-ia o RS-2001, e é também sobre ele, as considerações que se seguem. O mapa referido acima encontra-se na figura 2.

4.1.1.1 Descrição da Região Homogênea 1

4.1.1.1.1 Aspectos Ambientais

- topografia plana com ondulações leves.
- vegetação arbustiva e presença de mata ciliar normal.
- existência de sangas e arroios (Sebastião, Alves e Irapuá).
- campos limpos e solos arenosos.
- afloramentos de rochas esporádicos.

4.1.1.1.2 Aspectos Econômicos

- predomínio de grandes propriedades e mão de obra contratada.
- pecuária extensiva com gado mestiço.
- ovinocultura.
- pastagem natural.
- lavouras de soja, milho e arroz (áreas maiores).
- correção do solo.
- área de fruticultura comercial.
- presença forte de mecanização.
- boa presença de angico.

LOCALIDADES E REGIÕES HOMOGÊNEAS

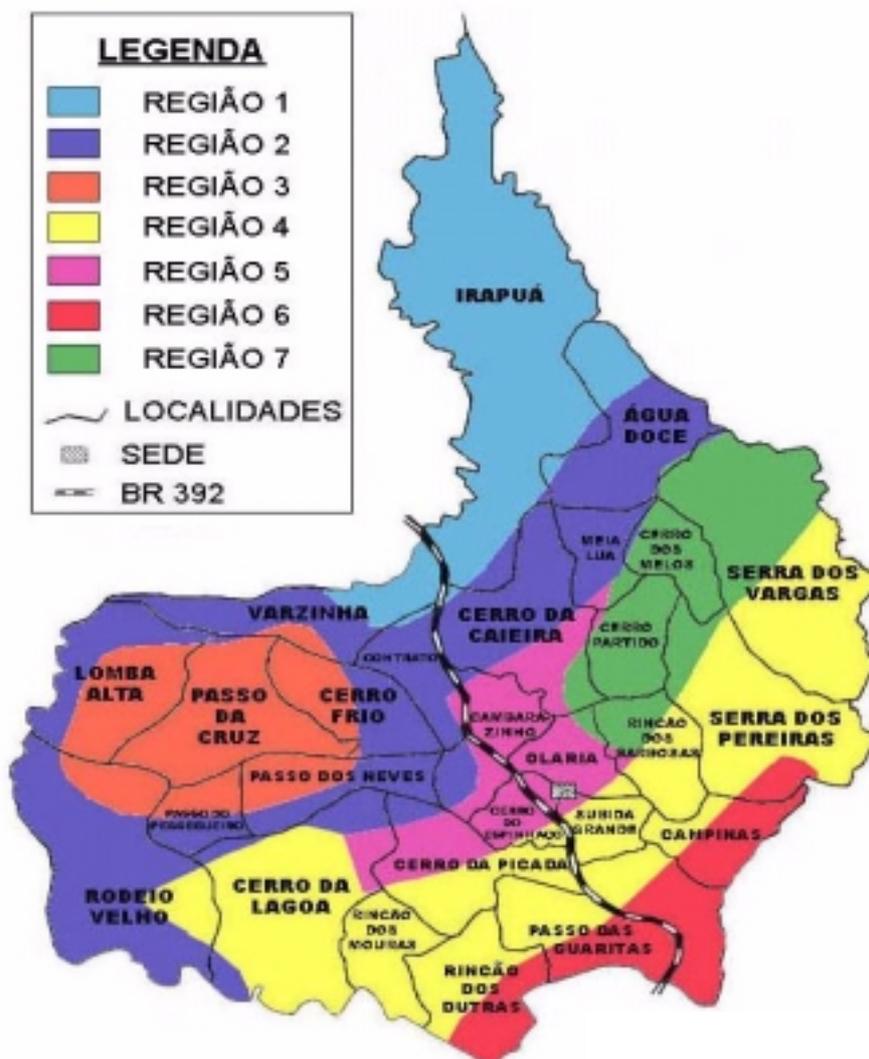


Figura 2 – Regiões homogêneas da leitura da paisagem

Fonte: Escritório Mun. da Emater de Santana da Boa Vista

4.1.1.1.3 Aspectos Sociais

- energia elétrica na maioria das propriedades.
- poucas residências.
- baixa densidade demográfica.
- bom acesso aos municípios de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.
- boa infra-estrutura para pecuária nas propriedades.

4.1.1.2 Descrição da Região Homogênea 2

4.1.1.2.1 Aspectos Ambientais

- presença de diversas variedades de cactus.
- relevo ondulado com partes fortemente ondulados (Guaritas).
- mata ciliar preservada.
- solos rasos.
- capoeirão ao redor da região 3.
- do Cerro da Caieira até a divisa com Cachoeira do Sul, divisor de águas onde o deságüe vai para o rio Jacuí e rio Camaquã.
- afloramentos de rochas nas regiões da Varzinha e Contrato, com solos arenosos e vegetação típica de campo. No restante, o solo é pedregoso.

4.1.1.2.2 Aspectos Econômicos

- explorações principais são bovinocultura de corte, ovinos e bovinocultura de leite.
- lavouras de milho para autoconsumo.
- lavouras de mandioca, feijão, pequenos pomares, tudo para autoconsumo.
- algumas áreas de pastagens cultivadas.
- algumas propriedades têm mão-de-obra contratada.
- apicultura.

4.1.1.2.3 Aspectos Sociais

- casas de alvenaria.
- predomínio de propriedades sem energia elétrica.
- regiões com sérios problemas de abastecimento de água.
- presença de posto de saúde.
- Escola Municipal Valdomiro Moreira.

4.1.1.2.4 *Pontos Marcantes*

- hotel fazenda Tarumã.
- fonte de água mineral não explorada.
- cascata do Cerro da Bica.
- ponto mais alto do município (Cerro da Lagoa).
- região cortada pela estrada das Minas do Camaquã (RS 625).

4.1.1.3 *Descrição da Região Homogênea 3*

4.1.1.3.1 *Aspectos Ambientais*

- topografia acidentada.
- presença acentuada de mata nativa.
- formação Guaritas (rochas) impedem aproveitamento para agropecuária.
- vegetação arbustiva predominante (alecrim, faxina, gravatás, carqueja, etc.).
- muitas sangas e água em abundância.
- falta de água potável.
- presença intensa de queimadas.
- presença de erosão em pequenas áreas.
- florestamento, com pequenas áreas de eucalipto próximas às casas.

4.1.1.3.2 *Aspectos Econômicos*

- pecuária de corte com baixa lotação e animais mistos.
- criação de ovinos e caprinos.
- grande potencial turístico devido às formações rochosas e natureza preservada, com paredões de pedra com até 75m de altura e grau acentuado de dificuldade para práticas de montanhismo.

4.1.1.3.3 Aspectos Sociais

- maioria das casas de alvenaria e cobertura de telha cerâmica.
- presença de casas com cobertura de palha e também de fibrocimento.
- maioria das propriedades sem eletrificação.
- linha de ônibus escolar.
- cercas e aramados em toda a região.
- rede de abastecimento de água com poço artesiano na propriedade de Alvarino Florêncio Dutra.
- região pouco povoada.
- grande quantidade de aposentados.
- problemas de água para consumo.

4.1.1.3.4 Pontos Marcantes

- Pedra Grande.
- Marco Histórico do Quilombo.
- reserva de cactáceas, com grande diversidade de espécies.

4.1.1.4 Descrição da Região Homogênea 4

4.1.1.4.1 Aspectos Ambientais

- topografia fortemente ondulada.
- vegetação arbustiva (alecrim, faxina, vassoura, etc.).
- região com maior extensão de mata nativa do município, grande presença de podocarpus e araucária.
- afloramentos de rochas, impossibilitando áreas para agricultura.
- abundância de arroios, sangas e rios.
- florestamentos com acácia, eucaliptos e pinus.
- ocorrência de erosão nos arroios Goiabas e Capela devido ao corte da mata ciliar.

4.1.1.4.2 Aspectos Econômicos

- áreas de florestamentos.
- grande número de safristas (pluriatividade) e meeiros.
- suinocultura e apicultura.
- lavouras de milho e feijão para autoconsumo.
- caprinocultura.
- olarias.
- pecuária de corte como forma de poupança.
- transformação caseira de produtos (compotas, conservas, artesanato).

4.1.1.4.3 Aspectos Sociais

- algumas localidades sem linha de ônibus.
- dificuldade de abastecimento de água em casas localizadas nas regiões altas, também por falta de energia elétrica.
- grande parte das propriedades sem energia elétrica.
- infra-estrutura social básica deficiente (habitações, saneamento, etc.).
- maior contingente de safristas do município (pluriatividade).
- grande quantidade de aposentados.
- maior densidade demográfica.
- telefone celular público (Rincão dos Barbosas, Serra dos Pereiras e Serra dos Vargas).
- ruralcel (Toca da Tigra).
- região mais representativa em termos de agricultura familiar.
- Ainda há presença de mutirões.
- Escola de 1º Grau Completo Marlene Medeiros.
- grande quantidade de casas de pau-a-pique, principalmente no Rincão dos Dutras e Rincão dos Mouras.
- maior número de escolas municipais.
- maior número de linhas de transporte escolar.
- presença ainda grande de jovens.

4.1.1.4.4 *Pontos Marcantes*

- Parque Municipal Toca da Tigra.
- Alto da Boa Vista (local de beleza natural exuberante).
- jazida de calcário e cimento (não explorada).
- Passo da Capela (balneário com sério problema de erosão pela derrubada da mata ciliar).
- acentuado número de meeiros e parceiros, famílias sem terra ou com terras impróprias para o cultivo (Rincão dos Dutras e Rincão dos Mouras).

4.1.1.5 *Descrição da Região Homogênea 5*

4.1.1.5.1 *Aspectos Ambientais*

- topografia ondulada e fortemente ondulada.
- solos rasos e com afloramentos de rochas.
- pequenas áreas de eucalipto.
- mata nativa e ciliar preservadas.
- abundante em água (arroyo Olaria e várias sangas).
- vegetação arbustiva, principalmente faxina.

4.1.1.5.2 *Aspectos Econômicos*

- grande número de pequenas lavouras de milho para autoconsumo.
- pecuária de corte (recria).
- presença de leiteiros (produção de leite em pequena escala e condições precárias de infra-estrutura).
- ovinocultura, fruticultura, apicultura, piscicultura, todas em pequena escala.
- fabricação de produtos caseiros (artesanato em geral, em pele, em lã e compotas).

4.1.1.5.3 Aspectos Sociais

- grande quantidade de propriedades sem eletrificação.
- estradas em bom estado de conservação.
- casas mistas na sua maioria (alvenaria e madeira).
- sede de piquete de tradições gaúchas.
- pista de remates.
- mão-de-obra familiar e alto grau de pluriatividade.
- presença de jovens.
- presença acentuada de capelas e escolas.
- telefonia pública.

4.1.1.5.4 Pontos Marcantes

- sede do município.
- galpão do produtor rural (local administrado em parceria entre os produtores e a prefeitura, onde aqueles podem comercializar os seus produtos).
- posto de gasolina (BR 392).
- artefatos de cimento.
- horto municipal.

4.1.1.6 Descrição da Região Homogênea 6

4.1.1.6.1 Aspectos Ambientais

- área de várzea com topografia plana e levemente ondulada.
- bacia hidrográfica do rio Camaquã.
- solo mecanizável.
- áreas próprias para irrigação.
- campos limpos com relativa proteção de matas ciliares.
- presença de erosão no Arroio das Goiabas.

4.1.1.6.2 Aspectos Econômicos

- lavouras de arroz, mecanizadas e irrigadas.
- lavouras de milho, médias e grandes.
- pecuária de corte.
- abundância de água (açudes, barragens, lagoas e rio).
- pequenas hortas.
- Piscicultura.
- bovinocultura de leite.
- mão-de-obra contratada.

4.1.1.6.3 Aspectos Sociais

- predominância de casas de alvenaria e com eletrificação.
- três escolas municipais.
- linhas de transporte escolar.
- área para acampamentos (Passo das Carretas).
- sedes de piquetes de tradições gaúchas.
- relativa infra-estrutura social básica.
- hortas e pomares domésticos.
- cancha reta.
- posto de saúde (Rincão dos Dutras).
- posto telefônico (Passo das Carretas).

4.1.1.6.4 Pontos Marcantes

- barca para travessia do rio Camaquã ligando Santana a Pinheiro Machado.
- ponte sobre o rio Camaquã (BR 392), divisa entre os municípios de Santana e Piratini.
- estradas em bom estado de conservação, facilitando o acesso.
- 4 barragens para irrigação de arroz.

- coleção de objetos antigos na casa do Sr. Jonas Batista.
- Marco Histórico do Passo das Carretas.

4.1.1.7 Descrição da Região Homogênea 7

4.1.1.7.1 Aspectos Ambientais

- terreno levemente ondulado, com área de campo, mata ciliar e capões de mato.
- região rica em água (riachos e sangas limpas).
- presença de araucárias.
- recursos naturais preservados.
- campos com bastante carqueja e vassouras.

4.1.1.7.2 Aspectos Econômicos

- pecuária extensiva.
- rebanhos mestiços.
- ovinocultura de lã.
- presença de culturas de autoconsumo (mandioca, batata, abóbora, etc.).
- presença de infra-estrutura para pecuária de corte, inclusive com aproveitamento do pinheiro bravo na confecção das cercas.

4.1.1.7.3 Aspectos Sociais

- existência de propriedades pequenas e grandes.
- densidade demográfica desuniforme.
- moradia sem padrão definido, havendo casas com todo tipo de combinação de materiais (alvenaria, madeira, barro, coberturas de palha, fibrocimento e telhas cerâmicas).
- predominância de moradias com eletrificação.
- quatro escolas municipais.

- transporte escolar e coletivo.
- várias pistas de rodeio.
- posto de saúde e telefone público (Serra dos Vargas).
- presença de jovens.
- pequeno número de safristas.

4.1.1.7.4 *Pontos Marcantes*

- potencial turístico, com reserva de araucárias, paisagens preservadas.
- divisa entre Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul (marco no Cerro da Divisa).

4.1.2 Diagnóstico Rápido Participativo - DRP

O Conselho do RS-Rural, após definidas as comunidades a serem trabalhadas, estabeleceu uma matriz de planejamento (ANEXO A) das ações a serem realizadas na Microbacia Arroio das Goiabas, parcialmente, pois tal matriz somente poderia ser concluída com a participação da comunidade. Em tal planejamento constam todos os passos até a conclusão do projeto, bem como as datas e os participantes em cada ação. Como já foi salientado anteriormente, a metodologia do Programa RS-Rural exigia a elaboração de um diagnóstico das comunidades a serem beneficiadas, fato este, que vinha ao encontro do que se pretendia em termos de metodologia para as comunidades escolhidas. A idéia do grupo era a de promover estratégias com caráter participativo, como forma de combater a passividade dos moradores.

A primeira etapa do trabalho na comunidade, segundo decisão do Conselho do RS-Rural, seria realizada através de uma reunião envolvendo os moradores das três comunidades, onde apresentar-se-ia a proposta de trabalho através do planejamento das ações, e, juntamente com os moradores, definir-se-ia datas, ações e componentes das equipes de trabalho, complementando a matriz supracitada. Durante esta reunião, os moradores definiram um grupo pequeno para confeccionar um mapa da Microbacia, constando todos os moradores, tipos de casas, presença

de energia elétrica e de água, além dos limites geográficos da mesma segundo as suas percepções.

Após, com a ajuda dos moradores, identificou-se os líderes, as pessoas idosas e os futuros participantes das entrevistas. Os idosos seriam de grande valia na recuperação da história local. Esta fase foi produzida através de trinta entrevistas incluindo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Pela grande dificuldade na obtenção das informações dos períodos mais longínquos, sistematizou-se essa fase com um intervalo mais longo, e as mais recentes com intervalos de vinte anos, iniciando em 1800 e vindo até 2001, conforme anexo B.

Foram realizadas as entrevistas coletivas e individuais pelas equipes definidas anteriormente, e, a partir delas, seria confeccionado o histórico da região, ferramenta valiosa para a compreensão das atitudes e cultura do lugar. Conforme estabelecido no planejamento, realizou-se também a leitura da paisagem da Microbacia Arroio das Goiabas, resultando deste processo o mapa com as regiões homogêneas e suas respectivas descrições.

4.1.3 Devolução / validação

Todo o material obtido por intermédio das entrevistas, das observações e de fontes secundárias foi sistematizado e organizado didaticamente para fazer-se a devolução para a comunidade, conforme Figuras 3 e 4.



Figura 3 – Reunião para devolução do DRP

Fonte: Dr. Marcos Flávio Silva Borba (2001)



Figura 4 – Apresentação do mapa de Leitura da Paisagem

Fonte: Dr. Marcos Flávio Silva Borba (2001)

Nesta reunião apresentou-se os mapas, histórico e demais resultados do estudo sobre a Microbacia Arroio das Goiabas, inclusive com a participação de alguns moradores nas apresentações. Os resultados deste diagnóstico evidenciou os principais problemas e potencialidades segundo a ótica do grupo estudado:

4.1.3.1 Fatores Limitantes de Ordem Social / Assistencial

4.1.3.1.1 Deficiência de Infra-estrutura Social Básica

Eletrificação rural, água, posto de saúde, número reduzido de agentes de saúde e escola de ensino fundamental. Sendo destacada a questão da energia elétrica como a de maior importância para melhorar as suas vidas.

4.1.3.1.2 Deficiente Organização Social

Baixo nível de organização comunitária e participação. Há associações de direito, mas não de fato. Apesar das três comunidades possuírem associações, elas não cumprem os papéis de discutir os seus problemas, fato atribuído pelos moradores, às diferenças partidárias e suas implicações. Esse assunto assume caráter muito importante neste estudo, pois é uma das possíveis explicações para a passividade dos habitantes do local.

4.1.3.1.3 Dependência Alimentar

Não é claramente identificado pela comunidade, porém, grande parte da responsabilidade é das políticas assistencialistas, desconsiderando a realidade local e o contexto socioambiental das populações. As cestas básicas, quando doadas sem nenhuma contrapartida e critério, acabam com a dignidade da auto-suficiência alimentar das famílias do meio rural

4.1.3.2 Fatores Limitantes de Ordem Econômica / Produtiva

Foram listados neste item, os aspectos responsáveis pelas dificuldades e

4.1.3.2.1 Reduzida Diversidade Produtiva Comercial

Apesar da grande diversidade de agroecossistemas, identifica-se um reduzido número de produtos agrícolas comerciais, basicamente o feijão. Quanto à pecuária, já foi citado o caráter de poupança que essas pessoas atribuem àquelas cabeças de gado que possuem. Essa escassez de entradas monetárias obriga-os a venderem sua mão-de-obra fora do município, geralmente como safristas.

4.1.3.2.2 Deficiência de Equipamentos Agrícolas

Muitos pais e filhos dividem os mesmos implementos, gerando dificuldades de cumprir os prazos corretos das práticas de manejo. Tal situação é fruto da deficiente situação econômica, que impossibilita-os de adquirirem máquinas que facilitem o seu trabalho, ainda que sejam de tração animal ou humana, portanto, de menor custo.

4.1.3.2.3 Perdas de grãos

Impossibilidade de secagem dos grãos causa muitas perdas no armazenamento, principalmente de milho e feijão. A distância da cidade e o alto custo cobrado por terceiros para secar os seus grãos, certamente são importantes deficiências de ordem produtiva daquelas comunidades.

4.1.3.2.4 Dependência de Insumos

Apesar do caráter não industrial da agricultura local, muitos agricultores usam sementes de milho híbrido e alguma quantidade de adubos sintéticos. Embora não considerem isso um problema, aumentam sua dependência devido ao uso de uma tecnologia “desnecessária”, uma vez que nas condições locais dos cultivos, não haveria prejuízo no uso de sementes próprias e adubos orgânicos.

4.1.3.3 Fatores Limitantes de Ordem Ecológico / Ambiental

4.1.3.3.1 Declividade das Áreas

A maioria das áreas cultivadas têm forte declividade, causando problemas de erosão, além de restringir a mecanização. Em virtude das características predominantes dos solos da região, com afloramentos de rochas, baixa fertilidade, rasos, e, principalmente, aptos para cultivos mecanizáveis em somente 17,53% da sua área total. Sabendo-se que quase a totalidade das propriedades das comunidades deste estudo estão em regiões que apresentam as características acima citadas, pode-se perceber a dimensão do problema em termos de erosão e assoreamento dos corpos d'água. Outro fator de suma importância é o tratamento dado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria da Agricultura a este problema, ou seja, ela oferece serviços de preparo do solo para os agricultores, sem que haja critérios que limitem essas práticas em áreas inadequadas à mecanização. Tal situação é agravada pelo superdimensionamento dos tratores e implementos usados.

4.1.3.3.2 Cobertura dos solos

As perdas por erosão não são maiores pelo predomínio da tração animal no preparo do solo. Contudo, a cobertura destes solos seria prática indispensável nas condições locais de cultivo (pequena escala, declivosas, etc.), além claro, de reduzir ou eliminar a trabalhosa capina. Outra vantagem desta prática é a adubação orgânica proveniente da decomposição das plantas de cobertura e a proteção que proporcionam ao solo em relação às chuvas e ao sol de verão.

4.1.3.3.3 Limpeza dos campos

A região deste estudo possui as queimadas de campos como uma prática tradicional de limpeza dos pastos e estímulo à brotações novas. Como existe uma legislação restritiva tanto às queimadas, como ao corte da vegetação nativa, estabeleceu-se então um conflito de difícil solução. Evidentemente, a limpeza

poderia ser realizada através de roçadas anteriores à vegetação atingir tamanho restritivo pela legislação, porém, isso envolve outros desdobramentos como a tendência dos habitantes locais intervirem pouco na natureza e buscarem soluções menos trabalhosas.

4.1.3.4 Potencialidades

4.1.3.4.1 Acesso à terra

A grande maioria dos agricultores têm acesso à terra para o plantio, ainda que muitos apenas em sistemas de parcerias, por não possuírem ou possuírem-na em quantidade insuficiente.

4.1.3.4.2 Presença de parcerias

4.1.3.4.3 Mão-de-obra familiar

Característica que confere à agricultura local, uma capacidade de enfrentamento das adversidades econômicas através da não computação da mão-de-obra na relação dos custos da produção, sendo esta talvez a mais importante característica da agricultura familiar em termos de capacidade de reproduzir-se.

4.1.3.4.4 Auto-suficiência alimentar

Grande quantidade das famílias produz a maior parte da sua alimentação. Isso traduz-se numa interessante estratégia de sobrevivência ao evitar os elevados gastos com a alimentação, diminuindo a necessidade de recursos financeiros.

4.1.3.4.5 Diversidade produtiva

Há razoável diversidade produtiva sem fins comerciais. O diagnóstico identificou várias atividades produtivas no passado das comunidades, até mesmo com caráter de mercado.

4.1.3.4.6 *Práticas sustentáveis de produção*

Uso de tração animal e humana, lavouras de pequeno porte, uso reduzido de insumos industriais, etc..

4.1.3.4.7 *Complementação da renda familiar (pluriatividade)*

A aposentadoria destaca-se nesse sentido, mas existem outras fontes de rendas não agrícolas, como trabalhos temporários em lavouras fora do município, o que aliás foi constatado existir há décadas.

4.1.4 Desejos da comunidade

Aqui estão computadas as demandas que a comunidade manifestou para fazer frente às suas necessidades: energia elétrica, melhoria das habitações, juntas de boi, água potável, diversificação produtiva, agroindústria, secador de grãos, trilhadeira, posto de saúde, patrulha agrícola, melhoria nos serviços de saúde e escola de ensino fundamental completo.

4.1.5 Cadastramento

Iniciou-se esta fase do programa por meio de reuniões nas três comunidades, com o objetivo de explicar aos moradores a dinâmica que o trabalho assumiria daquele momento em diante. Foi somente nesta etapa que mencionou-se claramente a existência de recursos financeiros, os quais poderiam ser aplicados para atender as demandas levantadas por eles nas diversas fases anteriores. Nesta oportunidade foram dados os esclarecimentos quanto às exigências para enquadramento no projeto, questões referentes às práticas existentes, forma grupal de acessar aos recursos através das ações do programa, incentivando a organização e participação dos moradores nas decisões da comunidade.

Durante o cadastramento das famílias dispostas a participar do programa, foi possível obter valiosas informações sobre a população daquelas comunidades.

Foram preenchidas por eles, fichas cadastrais contendo dados de áreas diversas com os quais pode-se fazer inúmeras relações e análises.

4.1.6 Ações de desenvolvimento planejadas

Realizadas as fases anteriores do projeto, partiu-se para a definição das ações de desenvolvimento a serem implementadas nas comunidades, bem como, dos beneficiários de cada uma delas. Para tanto, durante as reuniões descritas na seção anterior, as pessoas foram inscrevendo-se e agrupando-se de acordo com suas necessidades e afinidades, formando os grupos necessários para habilitarem-se às ações de geração de renda. De acordo com as diretrizes do Programa RS-Rural, parte dos recursos deveria ser aplicada em infra-estrutura social básica (energia elétrica, água, saneamento, moradias), e outra parcela em preservação dos recursos naturais. No caso da infra-estrutura, a luz é sempre o maior desejo das comunidades trabalhadas, e quanto à preservação dos recursos naturais, onde poder-se-ia optar por florestamento ou reflorestamento, adubação verde/cobertura de solo, biofertilizantes, etc., a mais aceita foi a correção da acidez do solo com calcário.

4.1.6.1 Infra-estrutura social básica

No valor total do projeto, 30% foi destinado para esse item, e a comunidade, em votação direta, escolheu a eletrificação como principal demanda. Essa ação possibilitou a extensão de uma rede para mais vinte e oito famílias. A eletrificação é, sem dúvida nenhuma, a maior reivindicação de todas as comunidades trabalhadas, inclusive em outros projetos onde haja a possibilidade de implementá-la.

4.1.6.2 Geração de renda

4.1.6.2.1 Agroindústrias

De caráter artesanal, sendo que as duas solicitadas recuperam antigas atividades existentes na comunidade; a fabricação de rapaduras e a produção de

caráter de melhorar a nutrição das famílias do lugar e abastecer um mercado promissor de produtos naturais, integrais e ecológicos. A recuperação da azenha teria também o objetivo de integrar-se a uma possível rota de turismo ecológico, tão próprio para uma região como a do município de Santana e das comunidades estudadas, além de vir acompanhada de uma tentativa de resgate da cultura do trigo, esta em pequena escala e com o único objetivo de abastecer o moinho. Já a fábrica de rapaduras também resgata uma tradição de algumas famílias do local, as quais possuíam equipamentos para este fim e já exploravam esta atividade há algumas décadas atrás.

4.1.6.2.2 Apicultura

Aquisição de equipamentos para um grupo de jovens, sendo uma atividade plenamente de acordo com o propósito sustentável buscado. Existe no município, e na microbacia estudada, algumas pessoas produzindo mel, e há também aquelas pessoas que apenas coletam-no, em geral, de ocos de árvores. Isso poderá evoluir para uma produção mais racional e com valor comercial, obtendo-se um produto de alta qualidade em termos ecológicos, ao mesmo tempo que proporciona uma fonte de renda para essas famílias. A apicultura adquire um valor extra pela função de polinização que exerce na produção de frutas, outra potencial atividade da região.

4.1.6.2.3 Artesanato em lã

Atendendo demanda de um grupo de senhoras, adquiriu-se os equipamentos mínimos necessários para essa atividade. É uma forma de aproveitar a matéria prima existente na região, pois há razoável produção de ovinos no local, além é claro, de incrementar o nível de renda das famílias. Apesar de algumas delas terem participado de treinamento oferecido pelo Centro de Treinamento da Emater em Canguçu, não houve organização para que o grupo desenvolvesse algum trabalho em conjunto.

4.1.6.2.4 Animais de tração

Aquisição de cinco juntas de boi. Essa ação tornou-se uma demanda muito solicitada. Assume grande valor devido às condições de cultivo predominante no lugar, ou seja, uso de tração animal, lavouras em ladeiras, ausência de práticas de conservação do solo e falta de recursos monetários de muitas famílias para adquirir tais animais. Segundo Borba (2002), apesar da tração animal ser predominante na Microbacia Arroio das Goiabas, representando 75% do total, há menos de 20% destes agricultores possuidores de animais de tração.

4.1.6.2.5 Matrizes e reprodutor suínos

Aquisição de sete matrizes e um reprodutor destinados para um grupo iniciar essa atividade. A idéia é tal grupo iniciar um tipo de criação em piquetes e que possibilite uma redução de custos de alimentação através da pastagem, e, também, que resulte em um produto de boa qualidade e bom preço para o mercado local. Outra função da atividade é melhorar a alimentação das famílias envolvidas através do consumo da carne, e da banha. A proposta desta atividade era a de que as famílias beneficiadas, posteriormente, repassassem parte da criação para outras famílias necessitadas.

4.1.6.2.6 Avicultura

Outra atividade que recupera antiga tradição da comunidade, quando comercializavam galinhas em Pelotas e Bagé. Essa prática também pretende ser uma forma de recuperar a criação de galinhas “crioulas”. Percebe-se nesta região, principalmente nas zonas urbanas, enorme procura por este tipo de produto, o que pode constituir-se em boa oportunidade de aumentar a renda das famílias.

4.1.6.2.7 Vacas leiteiras

Ação orientada ao consumo familiar e destinada à famílias prioritariamente com crianças pequenas e não possuidoras desse tipo de animal. As sete famílias

famílias nas mesmas condições. Foi constatado grande número de famílias nesta situação, ou seja, ausência de vacas de leite até mesmo para o fornecimento deste alimento às crianças.

4.1.6.2.8 Distribuidor de esterco

Ação que vai ao encontro do objetivo do desenvolvimento sustentável através de práticas agroecológicas.

4.1.6.2.9 Batedor de grãos

Ação que tem potencial para atender grande número de famílias. O equipamento desloca-se através de tração mecânica ou animal, possibilitando assim o beneficiamento em várias localidades. Este equipamento cumpre importante papel na melhora das condições de produção da comunidade, pois ocorrem muitas perdas pela dificuldade de trilha, além é claro, do preço cobrado pelas pessoas que realizam esse serviço para terceiros.

4.1.6.2.10 Equipamentos de tração animal

Extremamente importantes no contexto do município, onde a mecanização é adequada somente em cerca de 17% da área agrícola. Esta patrulha agrícola de tração animal deve conter reboques, carretas, arados, semeadeira para plantio direto, pulverizador para caldas e biofertilizantes e capinadeiras. Além da adequação de tais instrumentos ao perfil tecnológico das lavouras locais, são também apropriados às condições topográficas da região. Porém, a razão mais importante é a tentativa de manutenção dessa tendência que o município como um todo possui, de preservar determinadas práticas tradicionais de produção, fato que auxilia na possibilidade de fortalecer um tipo de produção agroecológica, e, certamente, sustentável.

4.1.6.2.11 Secador de grãos

Também foi uma demanda forte da comunidade em virtude das perdas no armazenamento. Sabendo-se da importância que o teor adequado de umidade nos grãos assume na hora da armazenagem, pode-se deduzir a valia que terá o equipamento para melhor conservação do produto, maior tempo de duração dos mantimentos, maior valorização da produção, mais opções de prazo se for destinado à comercialização, enfim, indo traduzir-se na melhora das condições de vida dessas pessoas.

4.1.6.3 Manejo e conservação dos recursos naturais

4.1.6.3.1 Mudanças de árvores exóticas

Demanda que visa reduzir o consumo de mata nativa para lenha e demais usos na propriedade, pois sabe-se que devido ao perfil da maioria das propriedades da região, há acentuado consumo de madeira, tanto para lenha de fogão, como para uso nos alambrados. As espécies que possuem aceitação pelos agricultores são o eucalipto e a acácia, mas principalmente o eucalipto.

4.1.6.3.2 Biofertilizantes

Incentiva a autonomia dos agricultores através da menor dependência no que concerne à insumos industriais. Evidentemente que o problema da baixa fertilidade dos solos não será resolvida apenas com o uso dos biofertilizantes, porém, não se pode esquecer o contexto da qual fazem parte os agricultores das regiões deste estudo. São famílias com baixíssimos níveis de entradas monetárias, portanto, necessitavam uma solução efetiva, de baixo custo e que estivesse dentro do enfoque sustentável buscado pelo programa. Os biofertilizantes enriquecidos tipo “supermagro” conseguem respostas bastante favoráveis em curto espaço de tempo e com baixo custo, cerca de R\$ 40,00 a embalagem com os micronutrientes, sendo que os demais ingredientes são provenientes da propriedade, como leite, soro, sangue, resto de peixe, farelos, restos vegetais, etc.. O rendimento desta fórmula

também é elevado, pois cada litro da fórmula é diluído em vinte litros de água e aplicado nas folhagens das plantas.

4.1.6.3.3 Cobertura vegetal

Ação importantíssima em termos de conservação dos recursos naturais, haja vista a declividade e tipo de solo utilizado para os cultivos. Devido à declividade das áreas utilizadas para as lavouras, têm-se idéia da necessidade destes solos manterem-se cobertos como forma de protegerem-se da erosão, além do aporte que tais culturas acrescentam à fertilidade das áreas após a sua decomposição. Isto conectado com a possibilidade de fazer-se semeadura direta, fato tornado possível através da aquisição das máquinas de tração animal já comentadas acima, torna-se uma prática totalmente sintonizada com a concepção sustentável do projeto.

4.1.6.3.4 Correção do solo

O uso do calcário é necessário devido à acidez do solo da região ser limitante ao bom desenvolvimento das culturas. E também devido ao calcário não apresentar os efeitos danosos ao solo, que causam os adubos solúveis sintéticos, por exemplo. A correção da acidez e uma prática de adubação verde, juntamente com o uso dos biofertilizantes e ainda de algum resto de culturas, processado ou não na forma de compostagem, certamente dariam a qualquer solo, um equilíbrio superior em termos de qualidade química, física e biológica.

4.1.7 Elaboração do projeto

Definidas todas as ações a serem implementadas através do Programa; de posse das fichas cadastrais dos possíveis beneficiários, definidos grupos com os seus respectivos integrantes para aquelas práticas que assim o exigiam, igualmente definidas as famílias beneficiadas pela rede elétrica, ou seja, reuniu-se todos os dados necessários à elaboração do projeto conforme as normas exigidas pelo Programa. Iniciou-se a etapa na qual seriam necessárias tomadas de preços, negociações de prazos, enfim, uma fase essencialmente burocrática, porém, não

Municipal da Emater de Santana da Boa Vista, e teve como prazo final para envio à Secretaria Executiva do Programa RS-Rural em Porto Alegre, o mês de dezembro de 2001. Após aprovado, iniciou-se então já durante o ano de 2002, as questões relativas à aquisição dos materiais, equipamentos, máquinas, insumos, animais, ou seja, tudo aquilo que tinha sido definido pelas comunidades, e que depois de sofrer um processo de sistematização nos moldes que exigia a SEP, estava agora pronto para ser buscado e comprado no mercado.

Sabe-se que esse tipo de compra envolvendo órgãos e verbas públicas exige uma série de cuidados e regras que preservem a lisura do processo. Logo, pode-se imaginar a complexidade de tal tarefa uma vez que tomados determinados preços e prazos para a concorrência, esses às vezes não eram mantidos quando depois de um certo tempo, os comerciantes eram contatados para efetivarem a venda. Até com certa razão, pois muitas vezes realmente esses preços haviam sido elevados no mercado e ficava difícil mantê-los. Como não havia a menor possibilidade de serem aportados recursos ao programa, percebe-se a dificuldade de resolver a questão. Isso demandou intensas negociações entre a Emater local, comerciantes e Secretaria Executiva do Programa (SEP).

4.1.8 Recebimento e entrega dos equipamentos

Vencidas essas etapas, passaram-se vários meses até que os equipamentos e demais produtos comesçassem a chegar em Santana da Boa Vista. Começava então outra fase do processo, que seria a entrega dos materiais aos beneficiários em várias comunidades do município. O que parecia fácil, tornou-se nem tão fácil assim, uma vez que a prefeitura não encarou a tarefa com a importância que merecia, o que terminou por retardar muito esta entrega. Além disso, como muitos beneficiários não tinham condições de realizar tal transporte, ficou-se à mercê da disponibilidade e boa vontade da administração municipal. Passados esses contratemplos, foi já em 2003 que os equipamentos finalmente chegaram a seu destino.

4.2 Avaliação do RS-Rural

4.2.1 Situação Atual das Ações Planejadas de Desenvolvimento

Essa seção não tem o objetivo de esgotar o assunto sobre as razões do atual estágio de andamento de tais ações, senão de fornecer um panorama geral sobre a situação em que as mesmas encontram-se. Maior aprofundamento dar-se-á à medida que se analise as entrevistas para confrontá-las com as referências teóricas e empíricas sobre o assunto.

Esta explanação inicia-se pela ação de eletrificação rural, a qual encontra-se dentro do grupo das ações de infra-estrutura e apresenta um diferencial em relação a todas as demais, sendo unanimidade em termos de priorização, e, portanto, contando sempre com uma disposição maior da população local em termos de entusiasmo. Esta prática ampliou uma rede de eletrificação já existente nas comunidades Rincão dos Dutras e Rincão dos Mouras, beneficiando vinte e oito famílias, através do investimento de R\$ 44.174,27 provenientes do RS-Rural. Este valor, mais as contrapartidas dos moradores abrindo as covas para os postes e demais serviços auxiliares para a construção de rede, e, também, a construção da rede propriamente dita e o transporte dos materiais dentro do município como tarefas da prefeitura municipal, integraram e totalizaram tal ação.

Desde já se pode dizer que a construção desta rede contava não só com o aparente entusiasmo da população, como também, com o interesse da administração pública pelo motivo salientado anteriormente, ou seja, a grande repercussão política que o atendimento de tal demanda representaria em termos eleitorais à administração municipal que a executasse. Até porque, a exploração eleitoral em cima desse tipo de ação é absolutamente normal na região, onde os executores da tarefa, aproveitando-se do baixo nível de informação da população local sobre a origem de tais recursos, sempre procuram puxar para si, os méritos deste tipo de obra. A contrapartida da prefeitura, obrigatória pelo Programa, foi realizada através do transporte dos materiais dentro do município, e, eventualmente, alguma obra de engenharia civil. Os agricultores também eram obrigados pelas

cumprida através dos serviços relativos à implantação da prática da qual foram beneficiários.

Relativamente às ações de manejo e conservação dos recursos naturais, inicia-se pela correção da acidez do solo através da aplicação de calcário, onde foram adquiridas 363 t do produto a um custo de R\$ 15.296,94, para aplicar em 102 ha. Não é possível precisar o número de agricultores que utilizou a totalidade deste insumo, porém, é fato notório o acúmulo de tal produto depositado à beira das estradas e corredores das propriedades da região, o que ainda hoje pode-se notar. Este fato evidencia, no mínimo, o descaso de alguns em relação ao benefício solicitado. Evidentemente que existem inúmeros exemplos positivos em que o calcário foi aplicado total ou parcialmente nas lavouras, o que deixa claro pelo menos uma conclusão, a de que deve haver maior rigor no cadastramento das pessoas que se proponham a participar de programas desta natureza, ou talvez realizar um maior esclarecimento dessas pessoas quanto à importância do calcário na melhoria da produção e de suas terras.

Outra prática dentro da área de manejo dos recursos naturais foi a aquisição do material para preparo de biofertilizante enriquecido, no qual os participantes receberiam uma bambona plástica de duzentos litros e um “kit” contendo vários micronutrientes, os quais deveriam ser misturados a produtos oriundos das propriedades (estimulantes da fermentação), água e esterco bovino. O produto resultante da mistura, ao ser diluído na proporção de um litro da calda para vinte litros d’água, é um excelente biofertilizante e com um custo baixíssimo em relação aos adubos sintético solúveis granulados existentes no mercado. Foram adquiridos quatorze “kits” completos a um valor de R\$ 2.108,00, porém, a procura restringiu-se a apenas quatro ou cinco agricultores, os quais haviam solicitado tal benefício. Os demais “kits” estão sendo utilizados em um programa de hortas escolares, porém, sem nenhum vínculo com o programa objeto deste estudo.

Em relação à adubação verde e plantas de cobertura, essenciais ao tipo de relevo e solo da região, optou-se por aveia preta e ervilhaca; a primeira pelo valor em termos de transferência de nutrientes de zonas mais profundas do solo para a

apresentada devido ao fato de ser leguminosa. Como houve problema na negociação destas sementes com o fornecedor que havia ganho a concorrência, devido ao mesmo não aceitar entregar o produto pelo preço estipulado, em razão do atraso em efetivar-se a compra, adquiriu-se somente a aveia. O RS-Rural disponibilizou R\$ 2.127,91 para a compra das sementes. Segundo informações da Emater local, com exceção de três ou quatro agricultores, os demais apenas usaram-na como pastagem.

O último item referente ao manejo dos recursos naturais foi o florestamento com exóticas, mais especificamente, o eucalipto. Como não obteve-se sucesso em motivá-los a plantar espécies nativas recuperadoras de margens de arroios e sangas, concordou-se com a vontade dos moradores em plantar aquela exótica, afinal, serviria como lenha e para uso nas propriedades, vindo indiretamente preservar as espécies nativas poupadas deste corte. Das quarenta e duas famílias inscritas para receber tal benefício, segundo informe da Emater local, no máximo cerca de dez famílias plantaram alguma muda, sendo que houve informação inclusive de perdas destas mudas por má conservação e desinteresse no plantio. Foram gastos R\$ 3.768,00 na aquisição de mudas, e novamente o transporte seria realizado pela prefeitura e o plantio e cuidados necessários ficariam a cargo dos agricultores beneficiados.

Em relação à geração de renda, foram planejadas doze ações de acordo com as necessidades apresentadas por ocasião do diagnóstico realizado na microbacia estudada. Primeiramente, analisar-se-á a prática de tecelagem, onde foi beneficiado um grupo de cinco famílias, cujas componentes são senhoras da comunidade Rincão dos Dutras. O Programa investiu R\$ 994,00 nos equipamentos mínimos necessários para a atividade: tear, roca, carda etc., e tal como em outras atividades, o grupo encontra-se raramente e sem muita motivação, conforme informe da assistente social da Emater local.

Quanto aos animais de tração, torna-se desnecessário salientar novamente a importância que assumem no que concerne à preservação dos recursos naturais, no caso o solo e corpos d'água, pelo tipo de relevo onde localizam-se as lavouras

prática, e pela relativa escassez de animais nas condições exigidas pelo Programa, percebe-se que tal prática não foi fácil de efetivar. Porém, existiriam mais agricultores interessados, se assim fosse encaminhado o projeto. Beneficiaram-se cinco famílias e o RS-Rural disponibilizou R\$ 10.500,00 para a compra dos animais. Esta foi uma ação que pode-se considerar com resultado positivo, ao levar-se em conta o andamento da mesma, pois que tais animais certamente estão contribuindo bastante positivamente naquelas práticas tradicionais de cultivo da região, tão relevantes do ponto de vista ambiental, e mesmo da reprodução dessas famílias de agricultores.

A apicultura foi uma das ações selecionadas através das informações do DRP, demonstrando as carências e potencialidades das comunidades deste estudo. É uma atividade plenamente ajustada ao contexto, pois que há muito pouca modificação no meio ambiente em que é desenvolvida. Fundamental na atividade de polinização de frutíferas e bastante explorado de forma extrativa em troncos de árvores nativas. A região do estudo, assim como toda a Serra do Sudeste, caracteriza-se pelo potencial apícola que possui, fato decorrente da qualidade do produto colhido em virtude da preservação do ambiente. Foi investido R\$ 3.122,45 através do RS-Rural na compra dos equipamentos mínimos necessários para sete famílias iniciarem a atividade. Os equipamentos estão sendo utilizados por um grupo de mulheres, sendo que os beneficiários originais e que são parentes destas mulheres, não tiveram essa iniciativa.

Outra atividade planejada para um grupo de mulheres moradoras no Rincão dos Mouras, foi a criação de galinhas “crioulas”. Ação que visava enriquecer a dieta das famílias envolvidas, e, principalmente, suprir a carência desse produto no mercado local, haja vista, a grande valorização que esse tipo de criação adquire pela qualidade conseguida. Eram cinco famílias beneficiadas com R\$ 2.290,67 para compra do material básico para a criação; telas, pintos, telhas para o galinheiro, etc.. Não houve continuidade da atividade, principalmente por ser desenvolvida em grupo, fator complicador para qualquer ação no município. A informação que obteve-se junto aos participantes é de que deveria ter sido construído um galinheiro na casa de cada uma das beneficiárias.

A suinocultura foi marcada por um número maior de inscritos para o volume de recursos destinados à atividade. Isto proporcionou a realização de um acordo informal aceito pelos beneficiados com as sete matrizes e um reprodutor, onde utilizariam o reprodutor em conjunto e as leitoas que fossem nascendo, seriam repassadas às famílias que não receberam animais. Segundo a Emater local, alguns desses animais, depois que deram cria, foram abatidos para consumo, uma vez que as famílias beneficiadas já teriam cumprido com a combinação feita anteriormente, e, portanto, agora eram donos dos animais. Outras famílias perderam os animais por falta de cuidado e até mesmo, por falta de comida. Mas existem ainda algumas famílias cujos animais estão em bom estado e contribuindo para uma melhor dieta alimentar de seus membros. Nesta atividade, o Programa empregou R\$ 2.030,00 na aquisição das matrizes e reprodutor.

Outra ação onde havia mais necessitados do que recursos destinados pelo projeto, foi a que previa a aquisição de vacas leiteiras. Constatou-se na ocasião a existência de inúmeras famílias com filhos pequenos, e que não possuíam sequer um animal para fornecer leite às crianças. Os recursos de R\$ 3.500,00 somente foram suficientes para a aquisição de cinco vacas, o que novamente induziu à busca de uma alternativa em que as demais famílias não ficassem excluídas. Optou-se pelo acordo entre os participantes, de que as primeiras terneiras seriam repassadas àquelas famílias não contempladas inicialmente. Apesar de alguns problemas por morte em virtude de doenças, as informações são de que o acordo e a atividade como um todo está sendo cumprido.

A aquisição de equipamento para uma agroindústria artesanal de açúcar mascavo e rapadura foi mais uma ação do RS-Rural. Os recursos do Programa foram da ordem de R\$ 3.048,00 para a compra do tacho e do moinho, ficando a construção de um pequeno abrigo de madeira e telhas de fibrocimento, como contrapartida da comunidade. O material está armazenado na casa de uma das sete famílias beneficiadas, o local para a construção do abrigo já está legalizado e o material necessário também está disponível. Haveria a multiplicação de mudas de cana doce conseguidas com a Embrapa/ Cascata e a produção ficaria a cargo do grupo das famílias selecionadas. Atualmente, por iniciativa e mérito de um único

da comunidade, o galpão foi construído e espera apenas a ligação da elétrica.

Os equipamentos necessários à construção de um secador de grãos, juntamente com uma unidade de armazenamento, também foi uma das ações requeridas pela comunidade. Em épocas de chuvas, ocorrem muitas perdas devido à baixa qualidade proveniente da excessiva umidade com que o produto é armazenado. E até mesmo para a comercialização, a umidade adequada reveste-se de importante fator na obtenção de melhor preço. Também faz parte desta ação, a construção de um galpão para abrigar o secador. O montante de recursos utilizado na compra dos equipamentos foi de R\$ 12.457,02 provenientes do RS-Rural, mais a contrapartida da prefeitura, no valor de R\$ 4.140,00 referentes ao material para o galpão, e a parte que caberia à comunidade, ou seja, a construção deste galpão. Em que pese todo o material ter sido adquirido e encontrar-se depositado em uma propriedade próxima ao local definido para a construção, não houve até o momento, a conclusão desta obra.

A ação relativa à recuperação do moinho hidráulico, chamado pelos habitantes locais de “zenha”, e cujos objetivos principais eram enriquecer a dieta alimentar das famílias envolvidas e servir como atração a uma possível rota ecoturística da região, através da fabricação de pães com farinha produzida por uma tecnologia “limpa”, que preservaria valores tradicionais da cultura do lugar, tais como o preparo do solo com tração animal, ausência de adubos químicos sintéticos e qualquer tipo de agrotóxico. Essa foi, sem dúvida, uma ação que exigiu grande dedicação no sentido da recuperação do sistema de engrenagens do moinho, cujas peças foram provenientes inclusive de “ferros-velhos” nas cidades vizinhas. O sistema foi remontado com extrema perícia até mesmo na substituição da roda d’água. O RS-Rural disponibilizou R\$ 9.784,20 para esta obra, sendo que a prefeitura entraria com a recuperação do prédio, praticamente destruído, e também com a canalização da água até o local, o que foi orçado em R\$ 6.890,00, restando tarefas de ajuda na recuperação do prédio e do canal, como contrapartidas dos moradores. Ainda não foi realizada a canalização da água que alimentará o moinho, estando nesta situação há cerca de três anos, o que certamente impede muitas

comunidades. Segundo Alves (2002), o ecoturismo é uma maneira de promover uma maior equidade social através da oferta da produção dos moradores locais, ao mesmo tempo em que mantém uma relação harmoniosa com o meio ambiente e com a cultura do lugar.

Uma das ações de maior aceitação pela população local foi, sem dúvida nenhuma, a aquisição do "batedor de grãos", equipamento de trilhagem que serve para várias culturas, notadamente aquelas mais importantes para as famílias participantes, tais como o feijão, o milho e para o esforço de resgatar a cultura do trigo, essa conectada à produção de farinha ecológica para abastecer o moinho já citado anteriormente. O equipamento adquirido encontra-se em intenso uso pelos agricultores da comunidade e o seu custo foi de R\$ 6.250,00 provenientes do Programa RS-Rural, ficando apenas a questão do transporte da cidade até a comunidade por conta da administração do município.

A última ação a ser comentada é a que previa a aquisição de uma patrulha agrícola de tração animal. Faziam parte dela, vários equipamentos e máquinas para suprir algumas das carências apontadas no diagnóstico; lavouras em terrenos acidentados, deficiência de máquinas e equipamentos para muitas famílias desenvolverem adequadamente os seus cultivos, e, também, a idéia de implementar ali, um modelo tecnológico menos agressivo ao meio-ambiente e mais adequado ao perfil sociocultural, e até mesmo, econômico da população local. A maioria desses equipamentos e máquinas, está sendo utilizado por um grupo de vizinhos, os quais intensificaram também, a prática do mutirão, onde os vizinhos ajudam-se mutuamente desde o preparo do solo até a colheita da lavoura. Um dos objetivos desta patrulha é reduzir o preparo convencional do solo através do uso do plantio direto, evitando os afeitos danosos da erosão, do sol de verão, da chuva forte, e até mesmo, reduzindo gradualmente, o uso da penosa prática da capina, uma vez que neste tipo de cultivo, pode-se lançar mão da cobertura e/ou adubação verde. A ação recebeu R\$ 18.048,45 através do programa RS-Rural, além do transporte, de responsabilidade da prefeitura.

4.2.2 Avaliação do Programa / Análise das Entrevistas

Após ter-se a idéia da situação em que encontram-se as ações do Programa nas comunidades estudadas, conforme foi descrito na seção anterior, pode-se partir para uma tentativa de aprofundar algumas questões relativas às possíveis causas de certas ações não terem evoluído da forma esperada. É objetivo deste sub-capítulo, buscar nas falas das pessoas envolvidas com o programa, algum subsídio que auxilie na elucidação dos prováveis motivos que dificultam o desenvolvimento de projetos como o analisado neste estudo, o que, na verdade é característica de todo o município e até mesmo da região onde ele está situado.

Algumas citações de trechos de entrevistas apresentarão alguns erros gramaticais e de concordância, até como maneira de se manter o máximo de fidelidade possível ao texto original, apenas havendo correções quando existir risco de dificuldade de compreensão, embora tenha-se o cuidado de tais correções não modificarem em nada o sentido das frases.

Para levar a cabo esta tarefa, será necessário lançar mão de todo conhecimento existente sobre o município, acumulado em virtude da convivência com a comunidade nos anos de serviço na prefeitura local, nas observações e participações durante os vários projetos e programas onde houve tentativas semelhantes de implementação de atividades que visavam ao desenvolvimento, tal como a proposta deste trabalho. Também serão de grande valia, os estudos já realizados sobre o município e os dados e informações existentes na prefeitura municipal, Emater, inspetoria veterinária e outros, que venham a acrescentar qualquer informação relevante aos objetivos do presente estudo. Far-se-á necessário ainda, através de pesquisa bibliográfica, buscar embasamento teórico às suposições levantadas através dos objetivos propostos.

4.2.2.1 Avaliação do programa na percepção dos atores sociais / aspectos positivos

Primeiramente, apontar-se-á alguns pontos favoráveis do Programa RS-Rural, segundo a visão dos próprios beneficiários. Em entrevista realizada com dois

interessantes sobre questões que têm relevância em relação ao estudo desenvolvido. Primeiramente, é importante frisar que o costume tradicional da ajuda mútua em forma de mutirão, que já era realizado na comunidade antigamente como foi relatado durante o histórico do local, obteve um certo impulso por ocasião das reuniões do RS-Rural. Este fato fica evidente nos depoimentos de J. V. L.;

Essa coisa da gente se reunir pra trabalhar já é uma vantagem, pois isso aqui já tá funcionando. Pois antes a gente ia ajustar um peão pra trabalhar e ele dizia que não podia, ia ajustar outro, também não podia. Daí a gente combinou pra se ajudar e tá funcionando que é uma beleza né (J. V. L.).

Perguntado sobre o porquê de tal prática ter sido resgatada agora, uma vez que os problemas que ela ajuda a solucionar vêm de longa data, o mesmo agricultor acrescentou:

O pessoal começou a se reunir pras reunião do RS, e já estendeu também pro trabalho, achou importante a reunião, quando a gente saiu com o pessoal pra observar os lugares. Também essas coisas que vieram pra gente trabalhar junto. Ali já começou a facilitar pro pessoal começar a se ajudar (J. V. L.).

Quando ele refere-se a ter saído com o pessoal para observar os lugares, na verdade está querendo mencionar a leitura da paisagem na comunidade, e, ao falar sobre as “coisas” que vieram para eles trabalhar, refere-se aos equipamentos, implementos e máquinas adquiridos através do programa, com o objetivo deles trabalharem em grupos. Mas de qualquer forma, este é, sem dúvida nenhuma, um dos pontos positivos a que o programa se propunha, qual seja; o incentivo ao associativismo, combatendo o individualismo tão característico nas comunidades do município.

Nesta mesma linha, ou seja, na apresentação dos aspectos positivos do Programa RS-Rural, tem-se o depoimento de outro agricultor:

(...) então o trabalho em grupo aqui tá funcionando, como vocês tão vendo (a conversa acontecia à beira da lavoura de feijão em que capinavam). Nós já tinha essa tradição, e quando chegou os equipamentos do RS-Rural, melhorou muito (L. C. L. S.).

Em relação aos equipamentos adquiridos com os recursos do RS-Rural e repassados aos grupos solicitantes, conforme relação tratada em capítulos anteriores, também há manifestações favoráveis, como a deste agricultor:

Eu concordo que certo tipo de trator, aqui na serra não é apropriado. Os equipamentos que vieram ali para o Seu Orlando é mais apropriado. Acho que tudo que veio é útil, mas o debulhador é das coisas mais úteis, capinadeira que muitos não têm, a espalhadeira de calcário, mas o debulhador é o mais usado (A. A. G.).

Há uma grande aceitação pela comunidade, dos equipamentos que vieram facilitar os seus trabalhos cotidianos, destacando-se entre eles, o batedor de feijão, também chamado de debulhador. Porém, a energia elétrica igualmente é saldada como bastante positiva. Tal fato verifica-se na fala de outro agricultor:

Melhorou muito a comunidade. O batedor de feijão, por exemplo, foi uma grande coisa, aquilo foi uma facilitação muito boa. Todos os material que vieram estão sendo bem utilizados, andando tudo bem. A luz já tá funcionando também, tá tudo funcionando. Aquele material da patrulha agrícola mesmo, um larga e outro pega, não pára. Todos os anos o Sérgio saía pro serviço (filho sai para trabalhar fora do município), e eu ficava sozinho, não venço o serviço. Agora eu ando parado, não tem o que fazer na lavoura, os feijão tá capinado. Mas também, nós pegamo 5 ou 6, tudo de acordo, e numa cruzada fizemo todo o serviço. E foi de uns 2 ou 3 anos para cá que eu consegui fazer o pessoal entendê que favorece. Pega uma colheita de feijão, entra numa ponta e sai lá na outra, a gente arranca todo num dia, debulha com esse debulhador, e já fica tudo dentro do galpão ensacado. Antes levava semanas numa lavoura de feijão. As reunião do RS já deu muita influência para recuperar esse costume (O. L. S.).

Ele salienta os aspectos onde a comunidade melhorou com as ações do RS-Rural, destacando o batedor de feijão e a recuperação da prática do “mutirão”. Deixa claro ter sido o Programa, um fator decisivo para que as pessoas voltassem a se ajudar, fruto talvez da rotina de reuniões que a metodologia do RS-Rural exigia, e que terminou por criar em alguns membros da comunidade, uma espécie de costume em se reunir para decidir questões de interesse comum.

Um aspecto muito positivo que o Programa RS-Rural proporcionou, foi a recuperação da credibilidade dos programas e projetos governamentais, pois que essa foi uma das maiores dificuldades no início da aplicação do mesmo. As pessoas quando abordadas nas reuniões, onde explicar-se-ia a metodologia e demais

benefícios chegassem realmente até elas. Pode-se dizer que este Programa cortou um vício já cristalizado entre o tipo de público a que é direcionado, ou seja, agricultores familiares de comunidades pobres: o não cumprimento das promessas realizadas quando das convocações para participarem desses projetos. Tal fato fica evidente quando entrevistou-se outro agricultor:

Agora daqui pra frente, eu me agrado que o pessoal vão pegar a se reunir. Sabe por quê? De primeiro, falavam em coisa e nunca vinha nada, agora tá vindo e o pessoal tão acreditando. Tem muita gente que não ia, né! Agora tão louco pra ir essas reunião, pegaram a vir, né! (A .B. L.)

Outra importante contribuição deste programa, é o resgate da cultura local, expressada na socialização da sabedoria tradicional desses agricultores. Programas que possibilitem o intercâmbio das informações entre os próprios agricultores, onde os mais velhos possam passá-las aos mais jovens, adquirem um inestimável valor nos dias atuais, onde a grande maioria das práticas adotadas pelos agricultores dessas comunidades carentes, não são apropriadas para aqueles locais. O agricultor entrevistado, ao ser indagado sobre o espaçamento entre plantas, na lavoura de feijão ao lado da qual se dava a entrevista, deu o seguinte depoimento:

A gente não marca, a gente acha que dá bem, né! O feijão depende muito é da caseira dele, só feijão assim, não tem importância que ele feche. Só feijão! Feijão e milho já tem que ser maior. Depende é a caseira, se bota mais de 4 ou 5, aí já não dá direito. Tem que ter 4 ou 5, aí pode ser perto. A semente sendo boa, nasce parelha, depende, às vezes, só se vem um poderão d'água muito no cedo, aí ele falha, mas desse tempo em diante, pode cair água (A .B. L.).

Nesta mesma linha, há o depoimento de outro agricultor que adverte quanto ao futuro uso do engenho de cana-de-açúcar, o qual irá demandar o plantio de áreas dessa gramínea, sendo a oportunidade da cana ser plantada de maneira a proteger o solo da erosão, haja vista, a topografia do local ser bastante acidentada.

(...) vai precisar cana, eu digo: vocês não lavrem tudo as ladeiras, lavrem de 10 em 10m, deixando assim um renque, como se fosse em curvas de nível, aí bota cana doce bem pertinho, assim de pé, como se fosse um pé de milho, porque aí ele brota ali e escora a terra. Quando dá 2 ou 3 anos, que ela tá meio desgastada, vocês arrancam aquela ali, mas já tem um outro renque plantado. Você recupera a terra, se não vai ficando só o cascabelho e não produz nada (J. G. O. R.).

Estas observações, apesar de simples, assumem grande importância no meio em que se dá este estudo. Pelas peculiaridades de relevo, solo, cultura e tipos de cultivos realizados, qualquer exemplo que lhes seja palpável e próximo, traveste-se de importância capital, pois que eles podem espelhar-se naquele que realizou tal prática, uma vez que “é um deles”. Outra passagem deste agricultor trata da questão da recuperação das sementes “crioulas” de milho, tão importante para regiões onde as dimensões tecnológica, socioeconômica, ambiental e cultural, não comportam e nem requerem tecnologias como a do híbrido:

(...) então este milho aqui, ainda é meio puro, ele dá uma espiga boa, rende e é um milho macio. Faz uma seleção, planta nos mesmos locais onde ia plantar o híbrido, coloca um adubo orgânico, e vai ver se não produz igual ou melhor ao híbrido (J. G. O. R.).

Os aspectos salientados acima, exprimem uma pequena amostra das vantagens do Programa RS-Rural 2001 aplicado na Microbacia Arroio das Goiabas, município de Santana da Boa Vista. Evidentemente que um programa com o alcance deste, e, também, com a complexidade que o caracterizou, apresenta inúmeros aspectos dignos de registro em termos de benefícios à comunidade. Muitos destes pontos positivos já foram citados e comentados em capítulos anteriores, sendo que apenas agora usou-se os depoimentos dos beneficiários no sentido de embasar a argumentação.

4.2.2.2 Avaliação crítica do programa na percepção dos atores sociais

Dentro deste item, pretende-se analisar as entrevistas nos pontos considerados relevantes em termos de resposta à questão levantada pela pesquisa, ou seja; que tipos de entraves impedem o andamento satisfatório de programas semelhantes ao analisado neste estudo, no município de Santana da Boa Vista. Como forma de cumprir tal objetivo, pretende-se fazer esta análise já sob essa ótica, começando por questões relativas às possíveis conseqüências de uma modernização incompleta, a qual teria gerado um sentimento de frustração na população local, em virtude do não acompanhamento de outras regiões onde o processo foi mais efetivo.

Para grande parte das pessoas envolvidas ou não com a agricultura hoje em dia, falar em tração animal e humana, pode parecer uma coisa medieval. Pois sabe-se que este tipo de prática combina pouco com a pressa e as exigências cada vez mais poupadoras de tempo e esforço difundidas nos dias atuais. Mas ainda que se tenha em mente a necessidade de procurar amenizar o esforço das tarefas diárias de agricultores familiares que utilizam esse tipo de tecnologia, seja pelo uso de equipamentos apropriados para o seu ambiente, seja pelo cultivo de áreas onde as características de solo e relevo permitam a mecanização, não se pode esquecer que existem muitas propriedades familiares naquela situação. Porém, mesmo assim, essas famílias sobrevivem plantando-as ano após ano, o que de certa forma, evidencia a adequação de tais práticas às limitações ambientais destas áreas.

Torna-se importante ressaltar o acima exposto, como forma introdutória ao tipo de análise que se pretende realizar, onde a situação do município de Santana da Boa Vista é exatamente aquela, ou seja, apenas 17,53% dos solos são próprios para culturas anuais, e, evidentemente, a grande maioria dessas áreas não está nas mãos dos agricultores familiares. E é neste contexto que dá-se o conflito entre a realidade local, e a realidade de outras regiões. Fato que é agravado pelo grande contingente de agricultores familiares que trabalham fora do município em determinadas épocas do ano, como safristas em pomares comerciais, grandes lavouras de arroz e outras atividades cujas tecnologias são completamente inadequadas para a realidade local, tanto do ponto de vista econômico, como ambiental, e, até mesmo, cultural. O confronto entre a realidade encontrada naquelas explorações e a sua, e a conseqüente incapacidade de compreensão da complexidade deste fenômeno, certamente gera um tipo de frustração em não acompanhar aquele processo. Até porque, tudo que lhe é apresentado como bom, tanto pela televisão, como pelo discurso das suas lideranças, e até mesmo, pela educação que recebem, é de que a vida rural não tem futuro, e que para serem alguém, terão que ir para a cidade. Sendo esta, na maioria das vezes, tanto a educação formal, como a informal proveniente de casa e do seu convívio. Isso fica evidenciado pelo que diz uma moradora e líder comunitária:

Eles têm que acreditar que com o trabalho, as coisas melhoram, acreditando nas associações. Eu acho que Santana tem bons frutos para oferecer para o pessoal daqui, mas eles não querem ouvir, não se

A grande maioria dos agricultores nessa situação não têm consciência da gravidade da situação em mecanizar as áreas onde cultivam as suas pequenas lavouras de milho e feijão, basicamente. Existem lavouras onde com poucos anos de cultivo com o uso do trator, restou apenas o que eles chamam de “leito de estrada”, isto é; os solos rasos e pedregosos na sua maioria, com a mecanização, perderam completamente a sua camada fértil, inutilizando as áreas para o plantio, e, muitas vezes, deixando a família sem alternativa de sobrevivência, ou o que é compreensível, forçando o avanço sobre áreas de preservação. O exposto acima pode ser observado quando um agricultor naquelas condições, e que poderia representar algumas centenas deles, diz o seguinte a respeito do destino da patrulha agrícola convencional da prefeitura, após a troca do chefe do executivo:

A gente espera que as coisas venham a melhorar com esta mudança. Espero que a patrulha agrícola da prefeitura lá, funcione daqui pra frente, porque até hoje não funcionou, tem três tratores que dá pra lavrar e fazer terra pra todo o município, e não sei porque não faz (L. C. L. S.).

Não é de surpreender que os agricultores não possuam tal compreensão sobre esta situação, porém, a administração municipal deveria exercer tal função com responsabilidade, ainda que essa atitude pudesse render alguns descontentamentos. Porém, infelizmente, o serviço de preparo do solo é um dos orgulhos da administração, normalmente não sendo mais intenso, pela falta de tratores.

Existem também alguns poucos exemplos de agricultores que possuem o entendimento da importância da adequação das práticas agrícolas com as características e limitações do local, porém, que confirmam as descrições sobre as características de solo e relevo da região. O pronunciamento a seguir confirma:

(...) tá ali ó! As minhas terras na ladeira, não têm erosão. Eu só faço a boi, tudo que é sujeira, é cana e outras coisas, eu vou colocando ali, aí não tem erosão. Se tivesse entrado trator ali, já não tinha mais terra. O trator é pra terra plana (J. V. L.).

O mesmo problema fica evidente quando, ao ser abordado por outro agricultor da região, torna-se clara a preocupação com a inadequação do discurso

Eu tenho áreas que não dá mais pra plantar, porque já tá, nesses lugares de ladeira, deu um pedregulho né! E não adianta mais porque não tem mais terra, e de onde é que vai vir terra pra ali? Olha! Eu depois que comprei o trator, é que estraguei mais a terra, que quando lavrava com boi, ficava mais entorroadado e tal, e conservava. Então, com o trator a gente prepara bem a terra, fica bem soltinha, vem a chuva, ó! Vai quase tudo embora né! E ainda o trator lavrando assim morro à baixo, e alguns lugares não tem outro jeito, pois a trator não dá pra ser atravessado (ladeiras fortes), o que acontece? Vem a água e já pega aqueles regos prontos e aí é que leva a terra mesmo. Lavrando atravessado, ainda conserva mais, né? Mas aí, só se for com boi (J. B. A.).

Percebe-se então, pelo menos no que concerne ao preparo do solo, que as práticas da chamada “modernização da agricultura”, vêm causando verdadeira catástrofe em termos de erosão pluvial nas lavouras situadas em terrenos declivosos do município, o que diga-se de passagem, é a grande maioria dos casos das propriedades familiares analisadas neste estudo.

Uma ação do RS-Rural 2001 que suscita bastante debate é a recuperação de uma “azinha”, um moinho tocado a água, terminado de construir em 1922 e cujo nome sugestivo era “Recursos do Povo”. Essa ação possuía o intuito de resgatar o plantio da cultura de trigo em pequenas áreas, com tecnologia apropriada para produzir um produto isento de agrotóxicos. Essa ação, além de melhorar a dieta alimentar das famílias envolvidas, buscava também servir como mais uma forma de viabilização econômica das mesmas, na forma da exploração do moinho e da produção de farinhas e pães com uma qualidade diferenciada. Seria um ponto a ser incluído em uma rota de “ecoturismo”, que proporcionaria que as pessoas que eventualmente viessem a visitar o local, acabassem adquirindo outros produtos com aquele mesmo apelo ecológico, produzidos na região. Poderia ser uma forma interessante de desenvolver o local, através de uma atividade com bom potencial econômico, desejável componente ecológico, resgate da história e cultura locais, além é claro, da grande possibilidade de promover a atividade turística através de ações que não excluíssem a população do lugar.

Porém, talvez tendo como um dos motivadores para tal, a incorporação do discurso da modernização aquém da sua prática, a população local, capitaneada pela administração municipal, não viu até o momento, o desenvolver dessa ação com o devido compromisso e possibilidade concreta de melhorar as condições de

ecológica e com possibilidades econômicas através do “ecoturismo”, há uma certa inconformidade com o uso de recursos tão escassos em uma atividade cuja população não vê razão de ser, como expressa o agricultor L. C. L. S.: “Pra mim foi um dinheiro perdido, enterrado e sepultado, aquilo não vai dar renda pra ninguém, ainda vai dar é prejuízo, mas as pessoas se inscreveram...”

Na mesma linha, outro agricultor diz o seguinte:

É como eu sempre dizia, se tiver que moer, vai sair daqui, perder todo um dia, e se vai pra Santana a toda hora. Aquilo lá, a gente sabe que custa até a moer, né? Então é uma das coisas que aquele dinheiro não tem futuro, nem nós trabalhar naquilo ali, não tem futuro, vai ser um serviço perdido (J. V. L.).

Outra opinião sobre este assunto mostra a perda do costume de consumir tais produtos oriundos da própria comunidade, dando preferência aos produtos de menor qualidade encontrados no comércio das cidades:

(...) uma que não tá pronta ainda. E não vai pra frente porque não tem estímulo, alguns planta, até começaram a plantar uns cantos de trigo, mas é uns e outros. Alguns plantariam um pouco se tivesse a azenha pronta. E tem outra, essa gente nova também, esses pão de farinha, crioula não come. Um rolão com torresmo, o pessoal não come mais (O. L. S.).

Observação que também trata da questão da perda dos costumes, por influência da tentativa de copiar um estilo de viver que está longe de lhes proporcionar uma alternativa viável de qualidade de vida, é a que o agricultor J. G. O . R. faz em relação ao aviário solicitado por um grupo de mulheres do Rincão dos Dutras: “O aviário mesmo, bem organizadinho, tinha que produzir. E aqui fora, os caras vão buscar frango na cidade, então tinha como vender até aqui mesmo”. Essa situação traduz, de certa forma, uma possível incorporação parcial dos preceitos modernizantes, ou seja, essas pessoas, ao mesmo tempo em que buscam aqueles costumes que lhes chegam através da propaganda e contatos com os que dali saem, mantêm-se ainda vivendo segundo alguns parâmetros que negam àqueles, isto é, preservam muitas das características das suas culturas tradicionais, como vem sido descrito ao longo do trabalho, principalmente na caracterização da região.

São duas realidades confrontando-se continuamente, pois que eles vivem da terra e possivelmente ela ainda seja a melhor alternativa para os seus filhos, porém, não encaram esse fato como um estímulo à valorização das riquezas locais. Talvez surja daí uma possível frustração ou um sentimento de inferioridade perante outras regiões onde o processo modernizador foi a fundo, ainda que as suas percepções tenham ressaltado apenas os aspectos positivos desses lugares, até mesmo em relação à mídia, e, principalmente, através da televisão onde tudo parece maravilhoso e fácil, o que contrastaria com a vida cansativa e sem atrativos do meio em que vivem.

Não é difícil compreender o porquê de uma possível frustração, ao confirmarem-se às idéias acima. De que maneira a população de uma comunidade com as características daquelas trabalhadas neste estudo, onde as famílias apoiam-se muito mais em valores de uso do que de troca, peculiares às economias familiares mais direcionadas ao autoconsumo, poderia não frustrar-se quando todas as intervenções a título de ajudá-las e desenvolvê-las, alicerçam-se nas premissas de um desenvolvimento modernizador e que nega os valores que lhe são peculiares.

Como o padrão de vida, ou a qualidade de vida que é preconizada pela mídia, e até mesmo reproduzida localmente, é aquela onde a medida se dá pelo volume de bens e serviços consumidos e intercambiados no mercado, e, portanto, envolvem valores monetários, é evidente que comunidades como a do presente estudo, ficam totalmente excluídas, uma vez que a qualidade de vida que possuem está muito mais baseada em valores não computados pela economia convencional. Em outras palavras, eles são mais pobres em relação aos parâmetros dos ricos e integrados ao mercado. Mas seria o caso de perguntarem quanto vale ainda enxergarem o céu, terem o ar puro, sol abundante, água limpa, alimentos descontaminados e muitas outras coisas não valorizadas pelo mercado, porém, que assumem importância cada vez maior num mundo em crise (LATOUCHE, 2000).

As ações empreendidas pela administração municipal, em relação à agricultura, na maioria das vezes, reforçam essa tendência ao abandono das formas tradicionais de cultivo, seja pelo não direcionamento das políticas públicas neste

solo, usando equipamentos inadequados e sem maior critério na seleção das áreas a serem trabalhadas. Tal fato foi enfatizado por Borba (2002), ao desenvolver durante um ano e meio (2001/2002), estudo acerca das potencialidades locais de Santana da Boa Vista para a implementação de uma maneira diferenciada de desenvolvimento. Nele encontrar-se-á vários elementos que deixam claro o tipo de visão das lideranças locais em termos de opção de modelo de desenvolvimento para o município, e, especificamente, sobre a questão das patrulhas agrícolas e a conseqüente substituição das práticas tradicionais:

(...) Asociado a eso está el creciente aporte de maquinaria por parte del ayuntamiento que cada año se esfuerza en sustituir al máximo el uso de la tracción animal, la cual, según los administradores locales es señal de la pobreza y de una agricultura atrasada (BORBA, 2002).

O mesmo autor, em relação à Santana, sustenta que a estrutura fundiária e as atividades produtivas relacionadas à ela, a ocupação da terra, a situação dos cultivos e a sua produtividade, a ocupação das pessoas e a mecanização das atividades agrícolas são elementos para a argumentação em favor de um modelo de desenvolvimento baseado nos "privilégios do atraso". Principalmente pelo modo de apropriação dos recursos naturais manterem-na afastada da modernização, há essa vocação da região para a diversificação das atividades e formatos tecnológicos menos dependentes e poupadores de energia (BORBA, 2002).

A argumentação acima reforça o que diz-se sobre esse paradoxo existente no local, entre um modo de vida que conserva muitas das características de comunidades tradicionais, e, ao mesmo tempo, é bombardeada por todo tipo de influência modernizadora, a começar pela reprodução desse discurso pelas suas lideranças. Tal conflito pode ser compreendido pela seguinte colocação:

Parte do processo de modernização envolve o aprendizado de novas técnicas e a aceitação de novas idéias sobre a natureza do mundo e das relações humanas. Outra parte do processo implica a aceitação de novos valores e a mudança de prioridades. Uma dimensão ainda mais profunda do processo requer uma mudança fundamental nas motivações e na direção para a qual se considera que as energias humanas devem ser orientadas (PYE, apud LUMMIS, 2000, p. 107).

Analisando a opinião destes autores e transportando tal situação ao presente estudo, verifica-se que o processo em Santana da Boa Vista possivelmente cumpriu apenas parcialmente as condições necessárias para a homogeneização da cultura e da personalidade, fatores essenciais ao completo ingresso no mundo “moderno”.

Aspecto também interessante sobre esse tema é quanto ao plantio de uma das principais culturas do município; o milho assume uma importância bastante grande em função do caráter eminentemente familiar da agricultura local, onde tal plantio visa principalmente a manutenção da família em termos de autoconsumo, tanto humano como animal. As propriedades familiares das comunidades trabalhadas utilizam, na sua grande maioria, uma tecnologia pouco dependente de insumos industriais. Também, devido às características ambientais, culturais e sócio-econômicas, têm na tração animal, a sua principal forma de trabalhar as terras. Como a maioria dos agricultores costuma plantar milho e feijão na mesma área, aproveitando a rotação dessas culturas como forma de aproveitamento da pouca quantidade de adubo aplicado em apenas uma delas, e, também, devido ao não uso de agrotóxicos nas mesmas, percebe-se que o formato tecnológico não combina com o uso preferencial de sementes híbridas. Sabendo-se que tais sementes são produzidas para, ao receberem todas as condições inerentes aos formatos tecnológicos provenientes da chamada “revolução verde”, tais como solo pulverizado por inúmeras gradagens, correção e adubação abundante de natureza prontamente solúvel, todos os tratamentos com os mais diversos agrotóxicos, reunirem condições de proporcionar altíssimas produtividades. Ora! como foi exposto, não são essas as condições de cultivo das propriedades estudadas, portanto, as sementes híbridas de alto rendimento não produzem mais do que poderiam produzir as sementes “crioulas” provenientes de um cuidadoso, porém simples, trabalho de seleção realizado pelos próprios agricultores.

A situação exposta no parágrafo anterior demonstra novamente o paradoxo entre a cultura tradicional e aquela que lhe é imposta, ou melhor, que lhe foi imposta por ocasião da implementação dos preceitos da modernização da agricultura, onde os órgãos oficiais de assistência técnica e extensão e da pesquisa agrícola

produtividades da agricultura, desrespeitando a cultura e a sabedoria existentes naquele meio. Considera-se que esse fenômeno evidencia uma adoção parcial das técnicas modernizantes. Ainda que o processo se dê dessa forma, o discurso das pessoas envolvidas, principalmente aquelas com poder de influência, é de caráter totalmente modernizante, menosprezando a cultura local e exaltando modelos externos, como a solução para a “pobreza” de Santana.

Caracterizando o que foi descrito acima, pode-se perceber a fala de um dos agricultores entrevistados:

Eu plantava de primeiro, faz anos, o tal crioulo, depois terminou o tal de crioulo, não sei... Todos os anos eu compro desse milho comprado, mas vem dando bem, o hibra (híbrido), sempre compro o 303, ano passado e retrasado, eu tirei milho daí (A . B. L.).

O agricultor acima representa bem o que foi colocado sobre a adoção parcial de técnicas modernizadoras em situações onde ela é completamente desnecessária, para ficar apenas no terreno das necessidades. A lavoura desse agricultor está colocada numa área com um forte declive, sendo que ele foi um dos beneficiários do RS-Rural que adquiriu uma junta de bois, portanto, usa a tração animal no preparo do solo. Nessas condições, é bem provável que ele obtivesse iguais rendimentos com o milho crioulo, além de tornar-se auto-suficiente em termos de sementes para esse cultivo, e, também, diminuiria os seus custos de produção, o que, provavelmente, tornaria o sistema utilizando a semente crioula, mais eficiente.

Dentro dessa questão da incorporação pela população local, do discurso modernizante, tendo-o como meta, porém, sem praticá-lo. Ou de outra forma, os agricultores e pecuaristas familiares locais, pelo grau de dependência que apresentam em relação às lideranças políticas, foram e são até hoje, estimulados a verem nos processos modernizantes e privilegiadores de uma tecnologia inacessível a eles, a saída para seus problemas. Sendo esse processo histórico, uma fonte constante de fracassos, é perfeitamente compreensível que os mesmos tornem-se cada vez mais incrédulos e desestimulados, pois são incentivados a buscarem soluções que estão longe de ser viáveis para eles. É bastante comum, ouvir-se das lideranças municipais sobre esse assunto, o seguinte: - “eles não querem ouvir que

são diferentes por possuírem valores incomuns em um mundo em crise, eles querem que alguém traga um projeto para ganharem dinheiro”. No caso em questão estavam sendo debatidos dois projetos diferentes para o desenvolvimento do município, um propondo utilizar o potencial local para promover um tipo de desenvolvimento de inclusão e sustentável. E o outro propunha novamente a saída mágica através da adoção de um pacote tecnológico inadequado, tanto em virtude das características ambientais da região, como em razão do baixo acúmulo de capitais desse segmento para poder implementá-lo. Sendo que tem ainda outro fator, talvez o mais importante, sempre menosprezado pelos dirigentes locais, que é a cultura do povo, o que provavelmente tenha sido responsável pela frustração de tentativas iguais a essa ao longo dos 40 anos de existência do município.

A história da ocupação do território onde está situada a região deste estudo já foi objeto de análise em capítulo anterior, logo, seria desnecessário dizer que o paternalismo foi também um ingrediente da formação da população local. Porém, não é sem propósito salientar, que as grandes estâncias de então tinham nas relações paternalistas, uma das suas características preponderantes. O caudilho foi a forma correspondente do “coronel” do nordeste brasileiro, sendo o chefe, protetor, patrão, e, muitas vezes, idolatrado pela população que dele dependia. A Península Ibérica foi o berço do caudilhismo. O mandonismo, o autoritarismo e o personalismo foram sempre parte da história de Espanha e Portugal, o que evidentemente influenciou as suas colônias, sendo as Américas espanhola e portuguesa ricas nestes exemplos de lideranças em toda a sua história. O Rio Grande do Sul, por sua vez, também herdou tais relações de poder, sendo que o estado foi berço de várias lideranças com estas características, como Bento Gonçalves, Pinheiro Machado e Rafael Pinto Bandeira (LIMA, 2005).

Sabe-se que a região deste estudo possui as mesmas origens de ocupação do território e formação cultural daquelas citadas acima, portanto, é bastante provável que tais características tenham sido mantidas, ainda que não com a mesma intensidade de décadas atrás. As questões relativas ao poder político local, notadamente as de caráter partidário, assumem ainda, elevado grau de interferência na vida da população, sendo presente na maioria das ações e decisões a serem

cidadania dessas pessoas, o que trás por conseqüência, uma dificuldade enorme de decisão autônoma frente a seus problemas.

Quanto ao paternalismo do povo brasileiro em geral, o histórico parlamentarista gaúcho, Raul Pilla criticava, já por meados de 1950, o sociólogo Gilberto Freire pela defesa deste, à não adaptação do Brasil ao parlamentarismo devido ao caráter paternalista do seu povo. Nessa ocasião, Freire defendia que tal situação era mais ou menos inexorável, portanto, o sistema presidencialista era o que melhor adaptava-se às características brasileiras;

Nação em que o paternalismo seja uma tendência profunda, essencial e inelutável, não poderá ser nação verdadeiramente democrática, pois será sempre uma nação politicamente menor, uma nação sempre necessitada de tutela (PILLA, 1952, p. 45).

Vê-se então, que esse embate já é antigo, onde a preocupação com a autonomia do povo está fortemente relacionada com o caráter paternalista da política que o governa. Trazendo para Santana a situação exposta por aquele autor, percebe-se na população local forte dependência em relação aos seus líderes, fato que normalmente é alimentado por tais lideranças como forma de manter a dominação. O cenário político - partidário do município apresenta-se dividido em duas facções de mesma concepção ideológica, porém, chefiadas por lideranças cujas diferenças são mais pessoais do que de caráter doutrinário. Ainda assim, o antagonismo é muito forte, a ponto de barrar muitas das tentativas de projeto conjunto que reuna pessoas ligadas aos diferentes líderes partidários.

Essa é também uma característica herdada do Brasil colonial, onde a fidelidade ao partido político, ou melhor, ao chefe de determinada agremiação política, era de um rigor absoluto, fato de difícil compreensão a observadores estrangeiros, em razão das diferenças de concepção da política existente entre o Brasil e esses países mais influenciados pela revolução industrial. Holanda (1995) sustenta ser este espírito de facção, originário das mesmas pretensões aristocráticas do patriarcado rural. Nos seus domínios, os proprietários rurais não admitiam réplica, sendo todas as suas vontades atendidas, mesmo que arbitrarias e despóticas.

Comentando sobre o compromisso assumido pelos indivíduos em função das facções partidárias, ele diz o seguinte:

Segundo tal concepção, as facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias (HOLANDA, 1995, p.79).

Essas observações têm o intuito de situar o modo de ser dos habitantes da região de Santana, com aqueles dos povos formadores da sua cultura, e, também, como uma das suas etnias formadoras. Percebe-se então, que o comportamento das pessoas estudadas tem raízes profundas na história da formação do Brasil e do Rio Grande do Sul. No entanto mantêm esses traços de uma forma mais pronunciada que em outras regiões do estado e país. O personalismo dos chefes políticos locais gera uma dependência acentuada da população em relação a tais lideranças, o que pode ser responsável em parte, pela passividade dessas pessoas em relação ao seu destino, normalmente dependendo do “aval” dessas lideranças para tomarem as suas decisões.

As raízes da nossa cultura, pelo menos na porção correspondente à descendência portuguesa, têm na responsabilidade pessoal e no livre arbítrio, uma das suas características mais fortes. Esse comportamento tão diferente do espírito de organização espontânea dos povos de doutrina protestante, desfavorecem sobremaneira a organização social e o associativismo. Nessas nações ibéricas, esse princípio unificador foi sempre papel dos governos, ou seja, uma organização mantida artificialmente através de uma força externa, inclusive, tendo encontrado nas ditaduras militares uma dessas formas de organização política característica nos tempos modernos (HOLANDA, 1995).

No trabalho de Borba (2002) há referência a essa dependência da população local em relação aos partidos políticos. Enfatiza a forte polarização entre as principais agremiações partidárias do município, apesar delas não se

prática populista. O autor coloca que qualquer outra posição, para merecer crédito, necessita acenar para um dos lados hegemônicos, sob pena de não ser considerada.

Ésta situación conduce a una fuerte "partidarización" de toda y cualquier representatividad política local, lo que impide cualquier articulación de ideas que busquen ir más allá de las propuestas partidarias. Este carácter del poder local retira autonomía de las organizaciones sociales para proponer y ejecutar proyectos de desarrollo. Tal situación contribuye a la manutención de la pasividad entre la población (BORBA, 2002, p.141).

Durante a entrevista com um morador da Microbacia Arroio das Goiabas, ao ser questionado sobre a participação na Associação de Moradores da comunidade, o mesmo relatou que alguns anos atrás, foi procurado por uma das lideranças de Santana (prefeito municipal), com o objetivo de convencê-lo a candidatar-se ao cargo de presidente da Associação. Conta que, à princípio, relutou, porém, devido a grande insistência, acabou aceitando, até porque essa pessoa lhe prometeu todo o apoio naquilo que precisasse para a comunidade, afirmando que ele era a pessoa certa para ajudar na organização do lugar. Esse agricultor transformou-se então no presidente da associação e tudo transcorria normalmente, até o dia em que tal liderança soube que o agricultor havia participado de uma reunião política (de um partido diferente do dele) na comunidade. Isso foi suficiente para que nunca mais fosse recebido pelo prefeito, quando o procurava para tratar assuntos da comunidade. Tal episódio exemplifica bem as relações conflituosas existentes no município em razão da polarização político - partidária, e dá uma perfeita noção da dificuldade de implementação de projetos que dependam da cooperação entre as pessoas, a não ser que sejam do mesmo "lado".

"Era comum ouvirmos coisas do tipo: seja bobo, isso não vem luz coisa nenhuma, isso é política", disse um dos entrevistados ao falar sobre a rede elétrica solicitada através do RS-Rural. Durante as entrevistas com os beneficiários do programa, em dado momento, eram questionados sobre as razões da fraca participação. E foi aí que surgiram declarações como a desse agricultor:

(...) porque de primeiro até brigar, brigavam, os vizinhos ficavam de mal, depois, com o tempo iam se entrosando de novo. (...) isso diminuiu, mas ainda acontecem coisas erradas pelo motivo da política partidária. E tem

muito. Outros diziam assim: Isso aí vai pro papel e não sai nada. Teve gente que disse isso lá dentro da reunião, não sei nem pra que que ele ia na reunião. E como aconteceu de gente que quando falaram na reunião em política agrária, disse: Olha aí, Isso é política pura! Virou as costas e foi embora (L.C.L.S.).

Primeiramente, vê-se a confirmação daquilo que colocou-se anteriormente, ou seja, o descrédito das políticas públicas voltadas para esse seguimento da população rural. Até então, benefícios significativos em termos de desenvolvimento rural para a agricultura familiar, principalmente em se tratando de comunidades pobres, realmente não efetivavam-se, normalmente restringindo-se às promessas e discursos. Outro aspecto é a realidade local, onde algumas lideranças semeavam boatos contra os programas como o RS-Rural. Muitos moradores comentavam sobre situações semelhantes à descrita acima, diziam: “mas o fulano de tal passou aqui e disse que a gente devia ter cuidado com essas coisas que diziam que ia vir, pois depois nós ia terminar tendo que pagar”. Muitas lideranças do município participavam de algumas reuniões e solenidades junto às autoridades do RS-Rural, demonstrando-se solícitos quanto aos objetivos do Programa, porém, longe dali, trabalhavam para desacreditá-lo junto às comunidades em que tinham mais influência política. Quanto à participação de lideranças contrárias à administração municipal da época, nos programas e processos participativos referentes aos programas estaduais, pode-se dizer que foram muito mais em razão de oporem-se ao executivo municipal da ocasião, do que propriamente concordarem com tais processos. Pois como já foi salientado, certos interesses menores assumem valor maior do que a construção de um projeto viável e democrático para o município.

Em relação à informações mal intencionadas, a esposa do beneficiário A.A.G. disse o seguinte na ocasião em que eram entrevistados: “Uns pensavam que poderia vir alguma cobrança. E se depois a gente se inscreve para alguma coisa, e vem uma cobrança, aí eles ficavam com medo”. Ainda sobre o mesmo assunto, J.C.R., membro do Conselho do RS-Rural, colocou que várias vezes chegou gente no local em que trabalha no interior do município, buscando informações que esclarecessem a situação relativa às fontes que estavam sendo construídas através do RS-Rural Emergencial da Seca, o qual estava desenvolvendo-se também naquela época. Segundo relato desse entrevistado, as pessoas reclamavam que

reputando-os como politicagem, e que as pessoas que se inscrevessem teriam que pagar os benefícios que por ventura viessem a receber. Também o Sr. A.B.L. refere-se à questão do medo que algumas pessoas tiveram no tocante ao pseudo pagamento que poderia ser exigido das pessoas beneficiadas pelo Programa, ou seja, confirma o que outras pessoas relataram quanto às desinformações sobre o RS-Rural que estavam sendo espalhadas pelo interior do município. Fatos como este, dão a medida exata que assumem as questões político - partidárias na vida da comunidade santanense.

Aspecto ligado à questão da participação das pessoas na definição do tipo de investimento que seria realizado pelo estado na região, e, conseqüentemente, no município, através das discussões sobre o destino dos recursos públicos, também foi motivo de intenso boicote por parte da administração municipal, chegando ao ponto de, no primeiro ano que aconteceriam tais discussões, o prefeito municipal proibir os seus funcionários de tomarem parte no processo. Isso é importante para o estudo em questão na medida que o Conselho do RS-Rural era composto pelo Conselho de Política Agrária e Agrícola do Município, acrescido dos Delegados do Orçamento Participativo, esses, eleitos em sessões públicas abertas à toda população. E a inclusão desses representantes diretos das comunidades no Conselho do RS-Rural tinha o objetivo de democratizar tal órgão, uma vez que tais conselhos tinham forte dependência do prefeito municipal. Aliás, é bom frisar que a interferência dos prefeitos nas decisões do conselho agrícola do município, pode se dar de diversas maneiras; de forma explícita impondo abertamente a sua vontade sobre a maioria dos membros a ele ligados, ou de maneira mais dissimulada, encenando uma pseudo democratização, porém, deixando bem claras as suas idéias e como ele gostaria que as coisas caminhassem. Essa forma de agir, ao mesmo tempo que procura passar a idéia de estar dando total liberdade de escolha aos membros do conselho, por outro lado, praticamente define as decisões usando o poder de indução que possui sobre a maioria dos membros desses conselhos.

Essas questões relativas à centralização do poder, o seu caráter paternalista e personalista, acaba por solidificar o discurso do desenvolvido frente ao subdesenvolvido, reforçando neste último, a idéia da incapacidade de transformar a

de participação, e, talvez, novos líderes, foi constatado no estudo de Borba (2002) sobre Santana da Boa Vista:

Las características relativas al reparto del poder – constituidas en barreras históricas a un posible plan de desarrollo común – podrían, de alguna manera ser amenizadas por el establecimiento reciente de una serie de mecanismos facilitadores de la participación popular. A pesar de la participación ser meramente representativa, se podrían esperar que estos foros se constituyesen en espacios para una práctica responsable y democrática del debate sobre todos los intereses comunitarios, todavía las disputas político partidarias impiden el debate productivo (BORBA, 2002, p. 141).

As observações acima adquirem relevância maior quando se está investigando a possível ligação existente entre essa forma personalista e paternalista de fazer política, e a conseqüente passividade e inferioridade geradas nessa população, a ponto de não libertarem-se de tal dependência, e, por conseguinte, esperarem sempre que tais líderes resolvam os seus problemas, o que apesar de incômodo como gostam de deixar transparecer, a bem da verdade, os mantêm sempre no comando da situação. Ilustra bem esta situação, o depoimento de uma entrevistada, cuja posição de liderança e respeito na comunidade lhe conferem credibilidade: “Eles acham que não podem tomar uma decisão, não têm conhecimento, que têm que esperar que os outros que sabem, façam” (H.M.R.).

A dependência dos moradores em relação à prefeitura, e o desinteresse desta em realizar algumas obras do RS-Rural, as quais eram de sua responsabilidade, provavelmente por não concordar com a importância das mesmas, ou ainda por encontrarem-se em comunidades cujo domínio pertence ao outro “lado” político, são os responsáveis pelo atraso em algumas ações do programa que ainda não efetivaram-se. Esta situação pode ser observada através de alguns depoimentos colhidos durante a pesquisa.

(...) Eu ainda tava falando ontem sobre o secador daqui, as coisas veio, tava tudo aí, o pessoal também tavam pronto pra cada um fazer a sua parte, mas aí parou pela parte da prefeitura. Se eles tivessem vindo fazer, porque o pessoal aqui ficou tudo esperando, né! (J.V.L.).

Situação semelhante ocorre quanto à azenha, onde foram reformados os prédios, as engrenagens do moinho e a roda d’água, porém, a questão da água para acionar o moinho, está até hoje sem definição. As etapas executadas foram com

recursos do RS-Rural, mas as contrapartidas da prefeitura e dos moradores, continuam sem definição.

O depoimento de um agricultor lembra que um dos líderes políticos era grande defensor da idéia da azenha, o que provavelmente tenha sido o motivo do desinteresse do outro, ou vice-versa, apesar de que esta ordem não importa muito. O que realmente interessa, é que uma ação que poderia ser fator desencadeador de um projeto diferenciado de desenvolvimento para a região, completamente sintonizado com a cultura local, com o tipo de produção das comunidades ao redor, ou seja, um projeto de ecoturismo conectado com uma produção ecológica a ser ofertada aos turistas, sendo assim, um fator de inclusão social de dezenas de famílias que lá estão, talvez apenas na dependência de uma melhor organização desse processo, está ainda inviabilizada pela inércia da administração e também pela falta de pressão das pessoas a serem beneficiadas.

Um dos defensores que falou nessa possibilidade de virar um ponto turístico foi o político A, de repente é um presente que nós vamos ganhar. A questão do secador também, pode se resolver. Porque é muito mais fácil a gente conversar com o político A, que a gente conhece e tá sempre por aqui, do que chegar pra falar com o político B, que geralmente não se encontra na prefeitura. E a gente sabe o porquê, são motivos políticos, pois com o político A é mais fácil, eu posso até telefonar pra ele e dizer que quero falar e ir até na casa dele (L.C.L.S.).

Observa-se que não importa muito quem são os políticos A e B, pois que tais situações repetem-se pelo município afora, apenas trocando as posições dos dois, isto é, em regiões onde o B tem mais influência, a reclamação recai em cima do A, e naquelas onde o A possui o domínio, o B é retalhado. Situações semelhantes a essas, repetem-se continuamente na história do município, independentemente do grupo que estiver no comando.

Bastante pertinente é a declaração dessa moradora, ex-professora rural e líder comunitária, sobre a importância da participação da população nas atividades que lhe dizem respeito, assim como as de interesse do município em que vivem. Porém, ela deixa clara a necessidade dos conselhos representativos serem reformulados, no sentido de fugirem à tendência de serem formados em sua maioria,

de outra, acabam por serem influenciadas nas suas decisões pela vontade da administração do município.

Eu sempre comento o que o meu pai falava, que deve-se dar o queijo e a faca para o pessoal cortar, mas o povo não tem mais essa ação, e o que fazem então; a primeira coisa é criticar, é política, é isso, é aquilo, e não vão participar pra saber realmente o que está acontecendo. Através dos Conselhos, isso fica diminuído e até ajuda o prefeito à administrar, desde que seja corrigido os Conselhos, e não seja somente gente ligada às administrações (H.M.R.).

A mesma senhora, discorrendo sobre a importância da energia elétrica, o penoso e longo processo de espera quase sem esperança de um dia vir a ser beneficiada por ela, e as dificuldades decorrentes da falta de união da comunidade para a busca desses objetivos, diz o seguinte:

Hoje, parece mentira, estão ligando a nossa rede. A primeira vez (RS-Rural 2001), a decisão foi pelo Orçamento Participativo, então a gente sabia que onde beneficiasse mais gente é que a rede seria feita, mais famílias e com menor custo. Depois teve gente que falou que isso era política, mas não era não, porque todo mundo sabia que tinha sido decidido pelo Conselho do RS (H.M.R.).

Outro agricultor, morador na região abrangida pelo Projeto, observou durante a entrevista, sobre a discriminação sofrida em razão de ser adversário político do prefeito. Conta ele que, nos últimos tempos, por duas oportunidades não foram atendidas as suas solicitações à prefeitura municipal; a primeira em relação a uma máquina para aumentar um açude, e a segunda foi um transporte de materiais adquiridos na cidade e que deveriam trazer para o interior. O agricultor O.L.S., realmente está falando a verdade, mas a questão é que depoimentos iguais ao dele, existem vários e dos dois “lados” políticos.

Ocorrem muitos depoimentos que tratam da questão da transferência de responsabilidade, isto é, colocam sempre a responsabilidade das coisas não saírem como deveriam, em cima dos outros; ou da prefeitura, da emater, ou de algum líder comunitário, enfim, necessitam que façam por eles. Um agricultor comentando acerca dos equipamentos para fabricação de rapadura, os quais estão há quase três anos na comunidade, disse o seguinte:

Tem que se unirem e fazer, esperar só pelos outros não dá, não sai. Os troços da rapadura também tá tudo aí, tá faltando meter a mão. O Bílio, que era o gerente, pobre do diabo morreu, agora! Mas é só pegarem a fazer que aparece, o gerente tem que... tudo tem que ter o cabeça pra se virar, senão não adianta (A B.L.).

Exemplo interessante da passividade da população, possivelmente ampliada em decorrência da histórica política paternalista praticada na região, é o relato de outro entrevistado sobre a construção de um pequeno abrigo que serviria para abrigar o engenho para fabricação de rapaduras, cuja madeira já está pronta, faltando apenas os pregos e algumas telhas de fibrocimento.

(...) um dia desses, alguém falou que foi errado, que devia ter vindo a verba para fazer o galpão e tudo, daí eu disse: mas tchê! Vocês querem tudo dado, não querem forcejar, não querem gastar, querem que o governo dê tudo, não dão uma parcelinha de boa vontade (J.G.O.R.).

Outro entrevistado, com posição de liderança na comunidade, também aborda a questão da dependência dos agricultores em relação ao prefeito. Ele coloca que na época de preparar as terras para o plantio, “o pessoal fica esperando e reclamando que o prefeito não manda o trator pra lavrar as terras deles”, só que com isto, acabam por não plantarem na melhor época, comprometendo a sua futura colheita devido à ficarem na dependência dos tratores da prefeitura, além do que, na maioria das vezes, sua lavoura nem poderia ser mecanizada em função das limitações de topografia e solo. “É que ele já não puxa pra pegar o boi como era antes do trator, ele tem muito de esperar pelo prefeito pra fazer isso” (J.B.A.).

Situação que também é motivo de algumas observações importantes é a relativa à prática pouco construtiva de transportar os prováveis eleitores, principalmente em períodos eleitorais, porém, já incorporada pela população em qualquer época do ano, constituindo-se em exemplo típico de paternalismo da administração municipal. É o que constata-se no seguinte depoimento:

(...) inclusive eu, no passado, vim muitas vezes de Santana a pé, hoje em dia, ninguém mais faz isso. Se fica lá, vão lá na prefeitura procurar um carro, às vezes deixa o ônibus vir embora, fica zanzando lá, sem mais nem menos, pra depois ir lá na prefeitura pedir condução pra trazer em casa. Acontece com os meus vizinhos aqui. Lá de vez em quando, chega uma condução da prefeitura com uma pessoa só, são, que podia vir a pé e não vem, e o erro da prefeitura é justamente esse né! Trazerem (J.B.A.).

No mesmo sentido, há outro relato:

(...) agora mesmo na campanha política, o que a gente vê de coisas. As pessoas não pegam os ônibus, às vezes até de graça, pra depois pedirem que levem elas ou busquem. Acho que se isso continuar assim, não sei no que vai dar (H.M.R.).

O entrevistado J.B.A. discorrendo à respeito do assunto acima, onde as pessoas já não esforçam-se para resolver os seus problemas, faz uma longa explanação sobre aquilo que julga ser conseqüência do paternalismo das administrações municipais, e que segundo a sua opinião, vem agravando-se. Uma das razões que ele refere como ação inibidora da capacidade das pessoas “caminharem com as próprias pernas” é a construção de casas por parte da prefeitura, fazendo com que muitas pessoas percam o estímulo de tentar conquistar uma melhor condição de vida através do seu próprio esforço.

Então ficaram aqui tudo numa faceirice misteriosa, pegaram a fazer casa. O Sr. pensa que querem fazer a sua casa mais? Aquelas casinhas ruins que têm, tão deixando cair, pro prefeito mandar fazer outra. Fizeram um mundo de casa aí! Como é que antes não faziam isso aí, e o pessoal fazia casa pra morar. Quem não pode fazer o ranchinho pra morar, não pode agarrar mulher, vai viver solito, vai trabalhar até poder fazer. Não! A primeira coisa que querem é agarrar mulher, e depois, pedindo coisa pros outros. É casa, é água, é condução pra levar, é remédio, não é? Não fazem mais força pra fazer um fundinho pro dia que adoecer, ter recurso. Não! Vai lá na prefeitura. Têm que darem, vão ficando viciado não é? A pessoa vai ficando até uma coisa baseado mesmo, que não quer fazer nada mais (J.B.A.).

Em que pese a veracidade e coerência do discurso, ele tanto atesta as conseqüências nefastas do paternalismo, como também evidencia a questão partidária envolvida na situação, uma vez que o informante é reconhecidamente um entusiasmado correligionário de uma das lideranças mais importantes do município, evidentemente contrário ao atual prefeito, o que faz com que a realidade seja vista através de lentes de aumento no que concerne aos aspectos negativos. O que certamente seria amenizado se tais ações tivessem sido implementadas pelo prefeito do seu partido. Mas de qualquer forma, extrai-se delas aquilo que têm no seu cerne, ou seja, o paternalismo é um fato real na política santanense de qualquer dos dois lados políticos mais importantes.

Avaliação também relevante sobre o Programa e as possíveis causas das dificuldades em implementá-lo, aborda as características da população trabalhada, e usa para tanto, uma experiência de 20 anos de extensão rural no município. O técnico do Escritório Local da Emater, é pessoa extremamente respeitada no município devido a sua capacidade de trabalho em prol do desenvolvimento rural de Santana da Boa Vista. É em cima da experiência acumulada na observação das intrincadas relações de poder do município que ele faz as seguintes observações:

Eles são muito atrelados às lideranças políticas, muito dependentes, se chegar um técnico lá e der alguma recomendação ou idéia, e depois, chegar um político ou líder do lado partidário deles, eles preferem ouvir essa pessoa ao invés do técnico que possui experiência naquilo. Têm pessoas de um lado político e pessoas do outro lado, dentro das comunidades, e isso dificulta muito a convivência e a perfeita utilização desses recursos dos programas. A dependência política no sentido de crença por esse ou aquele lado ou pessoa, aí não tomam as decisões, têm dificuldade de tomar as decisões, tanto as coletivas como as individuais, sempre dependem de alguém da maior confiança deles para tomar decisões, mesmo as técnicas (J.L.B.).

As questões levantadas nos últimos parágrafos, referentes à características históricas de políticas paternalistas e suas prováveis conseqüências no aprofundamento da passividade e estagnação da população dessa região onde insere-se o município de Santana da Boa Vista, e, conseqüentemente, a Microbacia Arroio das Goiabas, foi também objeto de outros estudos. Um deles, realizado por Ribeiro (1996), analisa o Projeto Área Piloto, o qual buscava uma maneira mais participativa de desenvolver a região, através da mudança da sua matriz produtiva, porém, sem desconhecer o seu passado e a sua história. Apenas para situar o acima exposto, a área do projeto supra citado englobava os municípios de Pinheiro Machado, Lavras do Sul, Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista, os quais possuíam os piores indicadores sócio econômicos do estado, sendo portanto, pertinente a consideração daquilo que o autor coloca, para a compreensão desta realidade e como argumentação sobre os temas que esta dissertação se propõe a discutir:

A expectativa de soluções externas e verticais associadas a uma expectativa de retorno às situações de um passado glorioso e rico, de que finalmente haja uma "política de governo" que resolva os problemas, têm sido um entrave à mudança. Entretanto, no conflito dos interesses da sociedade local estes são os valores predominantes e devem ser tomados

Ainda que o termo “mudança” não seja o mais adequado para externar o que se propõe no estudo sobre Santana, o aspecto da estagnação ressaltada pelo autor vem ao encontro do que entende-se como passividade de uma população que tem na sua história, traços marcantes desta característica. Pois foi quase sempre pelo descontentamento dos pecuaristas em relação ao poder central, que sucederam-se inúmeros conflitos envolvendo esta parte do território gaúcho, isto é, a espera da oligarquia riograndense, representada pelos grandes pecuaristas, em termos de uma política redentora que os conduzisse novamente aos tempos de glória e riqueza de antigamente, ou em outras palavras, uma solução paternalista que resolvesse os seus problemas.

Entende-se como características culturais, aquelas formadas pelas peculiaridades da ocupação do território onde hoje está situada Santana da Boa Vista, as etnias formadoras do povo da região, e, conseqüentemente, o homem proveniente de tais interações. A importância da cultura é mais um dos objetivos que o presente trabalho pretende estudar, uma vez que pode haver uma estreita ligação entre as dificuldades encontradas na implementação de projetos como o analisado neste estudo, e as características culturais referidas acima.

Será importante para a análise pretendida, que se tenha algumas noções sobre o estudo da cultura, sendo ela aquilo que Geertz, concordando com Max Weber, chama análise da teia de significados que o homem mesmo construiu, sendo então uma ciência interpretativa, à procura de significados e explicações. Esse autor sustenta que a antropologia praticada normalmente nos estudos sociais é a etnografia, e que ao entender-se a prática etnográfica como sendo, entre outras coisas, o estabelecimento de relações, começa-se a compreender o que seja a análise antropológica como forma de conhecimento (GEERTZ, 1989).

Nesta etapa do trabalho, a cultura torna-se então, o objeto de análise. E sendo assim, embora não se tenha a pretensão de aprofundar questões antropológicas, não se pode deixar de fazer algumas considerações sobre esta que é hoje, uma das mais importantes tarefas da antropologia moderna, qual seja: a conceituação de cultura. A preocupação com a diversidade de costumes e

424 a.C.), o grande historiador grego já preocupava-se com isso, quando descreveu, demonstrando a singularidade do mesmo, o sistema social dos lícios. Ou quando Confúcio, quatro séculos antes de Cristo, enunciava que “A natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados” (LARAIA, 2004).

Seguindo a trajetória histórica, as teorias sobre os fatores determinantes da cultura, continuaram evoluindo. Tanto o determinismo biológico, como o geográfico, não foram suficientemente eficazes na tarefa de provarem serem determinantes das características culturais de um povo. Os antropólogos sustentam que as diferenças culturais não dependem do código genético:

Não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado (KEESING, apud LARAIA, 2004, p. 17).

Também as teorias desenvolvidas, principalmente por geógrafos, no final do século XIX e início do século XX ganharam alguma notoriedade, porém, não sustentaram-se e foram refutadas a partir de 1920, por antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber e outros, que demonstraram haver limitações a esse determinismo, além do que, é possível a existência de grande diversidade cultural no mesmo ambiente físico (LARAIA, 2004).

Em 1871, Edward Tylor sintetizou no vocábulo inglês Culture, originado do termo germânico Kultur (designava todos os aspectos espirituais das comunidades) e da palavra francesa Civilization (referia-se às realizações materiais do povo), que no seu amplo sentido etnográfico é um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Assim, ele definia em uma palavra apenas, todas as possibilidades da realização humana, valorizando o aprendizado e enfraquecendo a idéia da transmissão genética da cultura. Mais tarde, em 1950, Kroeber rompia definitivamente os laços entre o cultural e o biológico, através da valorização do primeiro em detrimento do segundo, em artigo, hoje clássico, “O Superorgânico”. Completava-se um processo para colocar o homem na ordem da

O que se pode perceber é a grande fragmentação ocorrida com o conceito de cultura, onde antropólogos de várias correntes ampliaram-no sobremaneira, e, com o passar do tempo, essa ampliação conceitual afastou-a de uma perspectiva antropológica. Logo, é tarefa primordial da antropologia moderna, realizar uma contração neste universo conceitual de forma a enquadrá-lo novamente no arcabouço da ciência antropológica. Para buscar tal objetivo, Laraia (2004) utiliza um esquema de classificação das tentativas modernas de conseguir uma precisão conceitual, de autoria de Roger Keesing. Este autor apresenta teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo, tendo os neo-evolucionistas como seus difusores. Depois refere-se às teorias idealistas de cultura, subdividida em três abordagens: a primeira considera a cultura como sistema cognitivo, a segunda considera como sistema estrutural, e a última, como sistema simbólico. Esta, foi desenvolvida nos Estados Unidos por David Schneider e Clifford Geertz.

Para Geertz, a cultura deve ser considerada como um conjunto de mecanismos de controle, regras, instruções, ou seja, como se fosse um programa de computador, para governar o comportamento.

(...) todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. E esta formulação – que consideramos uma nova maneira de encarar a unidade da espécie – permitiu a Geertz afirmar que “um dos mais significativos fatos sobre nós pode ser finalmente a constatação de que todos nascemos com um equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma só”. Em outras palavras, a criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente (GEERTZ, apud LARAIA, 2004, p. 62).

O estudo da cultura dá-se através de um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura, portanto, a antropologia busca sempre interpretações desses símbolos. Para tanto, a antropologia interpretativa conta sempre com as respostas que outros deram para responder às questões mais profundas (GEERTZ, 1989). Posição interessante sobre as metodologias que utilizam o diálogo mais aprofundado e sem rigidez de roteiro, permitindo uma maior liberdade de opinião dos entrevistados, é a de que ocorre uma sensação de que se poderia mergulhar ainda mais fundo naqueles mesmos assuntos (DEBERT, 1986). Porém, essa é uma sensação normal, à medida que trata-se com fenômenos do comportamento humano, portanto, complexos. Tal fato deixa, no entanto, o caminho preparado para

Os parágrafos acima têm o intuito de dar, ainda que de maneira modesta, uma noção da complexidade envolvida na questão cultural e suas interações com outros fatores sociais, na análise de uma possível influência destes aspectos na dificuldade para implementar ações que exijam participação e comprometimento da população de Santana da Boa Vista, ou mais especificamente, das comunidades que integram a chamada Microbacia Arroio das Goiabas. Acredita-se que muitas das características da população local, que podem entravar tais ações, são provenientes daquilo que Geertz (1989) chama de “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis”, ou seja, refletem os valores da cultura da região em que estão inseridos, ao mesmo tempo que por ela são responsáveis.

Dentro desse contexto é que se vai, a partir de agora, analisar as entrevistas dos participantes do programa RS-Rural 2001, no intuito de relacionar algumas atitudes, costumes, maneiras de ver o mundo, enfim, relacionar algumas dessas características culturais que explicitam-se através dos trechos selecionados, como uma das possíveis causas das dificuldades encontradas para a implantação de projetos de desenvolvimento na região.

Um dos aspectos bastante presente na população local e que merecerá análise neste estudo, é a deficiente organização comunitária, decorrente da dificuldade de participação e individualismo, traços marcantes dessa cultura. A herança do tipo de ocupação desse território, as constantes guerras e conflitos e todas as conseqüências daí advindas, além da história de opressão do elemento negro, são fatores que influenciaram muito este tipo de comportamento arredo, desconfiado e com extrema dificuldade de participação. São constatações que se faz quando reproduzimos os seguintes trechos das entrevistas:

A dificuldade maior do interior, e, principalmente nessa comunidade, é a participação das pessoas, eles acham difícil ir às reuniões e não acreditam no trabalho de uma associação. (...) Eu acho que essa dificuldade é em todas as comunidades, as pessoas não participam. Não ficam sabendo das coisas porque não querem participar, daí saem os trabalhos e quando começa a aparecer os resultados, eles se queixam. (...) Eu chego a sair de casa em casa avisando quando tem alguma reunião ou projeto para a comunidade, mas ainda tem algumas pessoas que dizem: “já vem a H.M.R. com as conversas dela” (H.M.R.).

Essa mesma pessoa, em outro trecho da entrevista diz sobre o mesmo assunto:

(...) se a gente pudesse mudar a cultura do povo, seria uma grande melhora. Mas uma das grandes ajudas seria trabalhar com as escolas. O trabalho nas escolas vai incentivando a criança, e tem muitos que levam para os pais, dizem: “nós tivemos visita e o pessoal disse tal coisa”. Eles vão mudando essa cultura. Eu acho que para mudar essa mentalidade, tem que começar nos pequenos(...) (H.M.R.).

Essa pessoa simples, parece que faz uma leitura correta do problema, inclusive sugerindo aquilo que, na visão dela, deveria ser feito para amenizá-lo. Alguém que foi professora rural, é líder comunitária, e cujo pai foi também um líder e incentivador da organização da comunidade, parece que possui experiência e credibilidade suficientes para diagnosticar o acerto de iniciar-se um trabalho realmente sério e efetivo, na rede de escolas do município, sobretudo as rurais. Mas de qualquer forma, as observações da entrevistada tocam na questão da dificuldade de participação e associação que as pessoas da comunidade estudada apresentam, evidenciando outro componente marcante das suas personalidades; o individualismo. Foi abordado em capítulo anterior, o processo histórico de ocupação da região onde está situado o município de Santana da Boa Vista, e tal processo é uma das causas do comportamento dessas pessoas. Contudo, talvez existam raízes um pouco mais profundas que contribuíram para a formação de tais características. Sabe-se que além do índio e do negro, há também o componente europeu na formação da raça do gaúcho da região, tanto o português, como o espanhol. E é justamente esta ascendência que pode ter contribuído para fixar caracteres como os salientados acima, pois como se sabe, os países ibéricos têm no culto ao personalismo, uma de suas marcas mais profundas.

Pode-se dizer, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste (HOLANDA, 1995, p. 32).

Como se vê, o individualismo que observa-se na população local, em parte deve-se à herança ibérica recebida por ela quando da sua formação. Quando diz-se

que os habitantes da região estudada, assim como de grande parte da região da campanha do Rio Grande do Sul, apesar de serem proprietários de áreas de terra nas quais não mais é possível sobreviver apenas pela exploração extrativa da pecuária como viveram seus antepassados, ainda mantêm tais características, ou seja, agem como se fazendeiros fossem, com o individualismo que sempre os caracterizou, na verdade está-se confirmando as características herdadas da parcela ibérica que essa população possui, onde o personalismo e o bastar-se a si mesmo eram traços marcantes. Há algumas colocações do autor supra citado, que pela maneira apropriada com que se assemelha ao fato deste estudo, não se pode deixar de registrar, como o seguinte:

(...) É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida (HOLANDA, 1995, p. 32).

Isso de certa forma, reforça a idéia sobre a qual versaram as entrevistas dos moradores da comunidade de Santana, onde prevalece os interesses individuais frente aos coletivos, e, também, da dificuldade dessas pessoas participarem de qualquer entidade associativa ou que extrapole os anseio de cada um. Pode parecer contraditório o fato deles, ao mesmo tempo que têm no individualismo e falta de espírito gregário, umas das suas características marcantes, também apresentem características de dependência extrema, principalmente em relação às suas lideranças locais. Contudo, são traços marcantes da cultura local, cuja complexidade é justamente uma das razões deste estudo, ou seja, lida-se com grupos de pessoas que conservam traços de comportamento personalista e individual, ao mesmo tempo que esperam sempre que alguém traga as soluções para os seus problemas. E nesse caso fica evidente o efeito nefasto, ainda que às vezes inconsciente, das intervenções históricas das lideranças políticas locais, e que inclusive mantêm-se ainda hoje, de reproduzirem o discurso do “moderno” e do “desenvolvido” como forma da região sair da sua condição de inércia. Os 40 anos de emancipação política nos quais tal discurso foi sempre hegemônico, e os pífios resultados daí advindos, não foram ainda suficientes para constatarem que eleger como modelos de desenvolvimento a ser seguido, sistemas sob todos os aspectos

estranhos à sua cultura, produzem cada vez mais um sentimento de inferioridade e baixa auto-estima na população local.

Segundo Ianni (1996), a cultura cria-se e recria-se nas tramas das relações sociais, fazendo com que seja, ao mesmo tempo criadora e criada por elas. Sendo que as diversidades, os antagonismos sociais, políticos e econômicos são também manifestações culturais. Pode-se ter uma idéia então, do efeito que produz na cultura local, a repetição de um discurso no qual são exaltadas virtudes e situações nas quais, essa população não pode se enquadrar. Não o faz por vários motivos, alguns dos quais já estudados no presente trabalho, tais como as condições sócio-econômicas da população, características ambientais da região, e a cultura da população local, com todas as suas implicações; as de ordem racial, histórica, hábitos e costumes, forma de ocupação do território em que situa-se o município, ou seja, dos componentes culturais que formaram o habitante do local deste estudo. Voltando à definição de Ianni, vê-se que a passividade, a indolência e outras características normalmente atribuídas à população local, podem estar sendo consolidadas ou aprofundadas em razão dessa incorporação pela população local, desse discurso “modernizador inatingível”, que faz com que se sintam cada vez mais frustrados em não atingirem aquele “progresso” idealizado.

Seguindo a análise das entrevistas, observar-se-á algumas manifestações em que são evidenciados o caráter individual e pouco associativo dos habitantes participantes do projeto. Em uma delas, discutindo sobre os equipamentos adquiridos por intermédio do RS-Rural, e sua conseqüente utilidade e eficácia para os beneficiados, o entrevistado ao mesmo tempo em que louvava o benefício conquistado, lamentava o fato dos mesmos terem sido destinados à grupos, o que, na sua visão, era o maior entrave ao pleno aproveitamento de tais equipamentos.

Arado veio pra uns, em súa (sociedade) com três, não dá certo, chove, nesse tempo vem uma chuva, eles quer lavrar, como é que uns vão ficar parado se não têm um aradinho, tem que ser da gente! Fica aí, se tiver de valde, chega um e – me empresta o teu arado. E assim vai, compreende? Os bois que eu trabalho foi o RS que comprou, “mas é meu”(A.B.L.).

Nessa mesma entrevista, o agricultor comenta a respeito do Programa RS-

programas para o segmento da agricultura familiar. Também toca na questão da falta de empenho do pessoal em trabalhar e na dificuldade de realizarem ações conjuntas.

(...) tô contente, tão dando as coisas pra gente, aí, a gente só falta se esmerar, trabalhar e cumprir como eles mandam; faz assim, faz assim! Pra usar o mesmo debulhador não dá, já puxam uns pra um lado, outros pra outro, sabe como é o povo, pra lidar com ele não é fácil. É muito melhor lidar com o gado, que o tio mete os cachorro e toca! Agora daqui pra frente, eu me agrado que o pessoal vão começar a se reunir. Sabe por quê? De primeiro falavam em coisa que ia vir, e nunca vinha nada, agora tá vindo e o pessoal tá acreditando (A.B.L.).

Outro agricultor entrevistado nessa ocasião, ao comentar sobre a dificuldade do pessoal participar, disse o seguinte:

(...) porque aqui, a associação nunca funcionou. Desde que eu cheguei aqui, ela não funciona direito. Pra falar a verdade, eu acho difícil pra se organizar, pra começar, teve aquela semente crioula que nós recebemos ali de Canguçú, pra achar vinte famílias, foi um sacrifício pra juntar. O pessoal pra se juntar é uma dificuldade, não participam! (R.C.).

Ainda na mesma comunidade, ao entrevistar o morador cogitado para assumir a reorganização da associação, ele demonstrava-se bastante preocupado com a difícil tarefa que o esperava. Dizia J.G.O.R. sobre os moradores locais e sua forma de encarar as questões da comunidade: “na minha visão, aqui na nossa região o pessoal é meio desinteressado com a coisa, parece que só querem tudo pronto”. A mesma opinião foi emitida por J.B.A., vizinho e ex-presidente da associação de moradores locais, ao ser entrevistado: “nós temos um defeito, nós semos muito desunidos, cada um puxa pra si”. Ele, como os demais, demonstra ter consciência das principais dificuldades impostas ao andamento das ações, provenientes em grande parte pela postura pouco solidária e associativa dos moradores locais. Ao comentar sobre o moinho de cana, em cujo grupo ele está incluído, admite que: “nós recebemos um engenho de esmagar cana, só que até agora não fizemos o galpão, então tá lá parado”. É perfeitamente compreensível as atitudes da população local quando leva-se em consideração a bagagem cultural adquirida dos colonizadores dessa terra, conforme observa-se na colocação a seguir:

Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles. Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranqüilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as idéias de solidariedade (HOLANDA, 1995, p. 39).

Em determinado momento da entrevista, questionado se não poderia ter havido falta de acompanhamento por parte dos técnicos da emater e prefeitura, de maneira que isso pudesse ter contribuído para o fraco desempenho de algumas dessas ações, ele colocou o seguinte:

Eu acho que quanto à assistência não tem problema, pois mesmo que não possa ou que não haja o acompanhamento adequado, a pessoa interessada também pode procurar o pessoal, né? Só o defeito maior que nós temos é a união que nós não temos, cada um tá sempre desconfiado uns com os outros, o fulano tá é puxando é pra ele. Quando inventam uma coisa de fazer assim em conjunto, ele pensa eu vou é fazer “pra mim”, ele que se vire pra lá (J.B.A.).

Tais depoimentos reforçam a idéia que o individualismo, a passividade, a desconfiança, a indolência, o comportamento arreadio, ou seja, os fortes componentes culturais decorrentes da formação do homem dessa região, são alguns dos prováveis fatores que dificultam as ações de desenvolvimento no local.

A entrevista agora analisada assume um papel importante, pelo caráter do distanciamento existente entre o depoente e as questões culturais do lugar, pois o entrevistado veio de outra região do estado e aqui trabalha há cerca de duas décadas. Também o aspecto do atrelamento político-partidário não encontra nele ressonância, sendo uma pessoa reconhecidamente sem opção partidária definida. O J.L.B. possui grande experiência trabalhando no município, tendo passado por inúmeras administrações municipais, o que lhe confere plenas condições de análise do contexto no qual dá-se este estudo. Segundo o depoente, nas comunidades onde há um grau de parentesco maior, como no Rincão dos Barbosas, nota-se um maior índice de trabalho conjunto, mais convívio e maior confiança nos vizinhos, até porque, nela existe maior densidade populacional, famílias mais jovens e com mais

externas às propriedades como modo de reprodução. Esse fenômeno encontra sustentação na comparação de espanhóis e portugueses com outros povos, na qual é colocado o seguinte:

(...) O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade (HOLANDA, 1995, p. 137).

Percebe-se então que as características da população descritas ao longo do trabalho, podem ser determinantes do grau de eficiência conseguido com os diversos programas de desenvolvimento, ou seja, tais traços de comportamento somente são suavizados quando há relações muito forte de parentesco entre essas pessoas. No Rincão dos Barbosas, devido ao fato da pluriatividade ser acentuada, há grande necessidade de confiarem nos parentes para tomarem conta das suas propriedades e das suas famílias quando saem para trabalhar fora do município. E verificando-se essa situação no município como um todo, conclui-se que onde não há parentesco acentuado, prevalece o individualismo e, principalmente, a desconfiança.

Acho que os Barbosas se destacam na participação e organização, comparando-se com outras comunidades, embora ainda seja bastante deficiente nestes aspectos. E se destacam pelo grau de parentesco entre as famílias ser elevado, fazendo com que diminua a desconfiança. Onde diminui o parentesco, aumenta a inimizade também. Se vão vender um produto em conjunto, cada qual acha que o seu produto é melhor e que poderia ganhar mais vendendo sozinho, ou desconfia que o outro está querendo levar alguma vantagem (J.L.B.).

Esse fenômeno pode encontrar explicação também nos argumentos usados por Holanda (1996), ao discorrer sobre as características de portugueses e espanhóis no que concerne à solidariedade e associativismo: “A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse, no recinto doméstico ou entre amigos”.

Outra questão importante do ponto de vista cultural, é a composição racial dos habitantes do lugar. Foram salientadas no capítulo da caracterização da região e na parte sobre a ocupação do território e formação da cultura local, algumas

características dos formadores da população da porção territorial onde hoje se encontra o município de Santana da Boa Vista. À princípio, as raízes étnicas dessa gente, são o português, o espanhol, o índio e o negro. Não é objetivo deste estudo, o aprofundamento das questões raciais, até porque existe grande número de teorias e estudos tentando estabelecer ligações entre a questão racial e o maior ou menor desenvolvimento de determinadas regiões. Também há estudos relacionando a questão do desenvolvimento com questões geográficas e ambientais. Seria pretensão, portanto, lançar alguma idéia conclusiva a este respeito, porém, não se pode desconhecer possíveis influências que as principais características de algumas dessas raças, possam ter exercido na formação desse indivíduo que hoje habita a região deste estudo.

Evidentemente as qualidades do povo riograndense e das pessoas que viveram e vivem nas regiões aqui mencionadas, são inúmeras e já amplamente exaltadas em várias ocasiões com este propósito. Entretanto, o objetivo do estudo em questão é justamente buscar os possíveis motivos que entravam o desenvolvimento da região, e sendo a cultura um desses prováveis, é normal que se esteja destacando apenas aspectos que de alguma forma, têm relação com aqueles condicionantes; tais como a passividade, o individualismo, a dificuldade de associação, a desconfiança, e em alguns casos até mesmo a indolência.

Quanto aos costumes do povo, vale o que deixamos dito de Caçapava. O amor ao trabalho se limita a um pequeno contingente. Muitos são indolentes e preguiçosos. A maior parte dos fazendeiros não se interessam pelo desenvolvimento econômico e social do lugar. Há muito egoísmo e pouco espírito social de solidariedade e mútua colaboração (RUBERT, 1956, p. 205).

Deve-se ter o cuidado de não assumir posicionamentos racistas, nem tampouco, qualquer determinismo, quer seja biológico, quer seja geográfico, pois que a complexidade das relações que produzem a cultura de um povo, ainda que leve em conta todos esses fatores, está longe de ser apenas consequência desse ou daquele componente, e sim, o resultado de inúmeras variáveis que forjam-se e modificam-se conforme as interações de todos eles, portanto, não podendo nunca ser atribuído à determinado(s) fator(es) isoladamente. É seguindo este tipo de orientação que cabe também a constatação de Borba (2002) sobre determinadas

características do povo santanense, profundamente analisada por ocasião de seu estudo no município:

A nuestro pueblo le faltan ganas para trabajar. Nos arriesgamos al decir que eso es probabelmente una derivación cultural de los primeros antepasados que vivían de lo que nos da la naturaleza sin grandes intervenciones em ella y sin invertir mucho tiempo y trabajo em la producción para la supervivencia (BORBA, 2002, p. 134)

De qualquer forma, não se pode desconhecer as influências que as diversas culturas formadoras do homem dessa região propiciaram ao seu caráter, logo, ainda que se guarde distância de interpretações pejorativas e desvalorizantes dessa ou daquela raça, têm-se que registrar alguns componentes da cultura local e relacioná-los às possíveis origens que possam ter. Tomando como base as informações históricas sobre a região do estudo, pode-se considerar as principais etnias formadoras dos habitantes de Santana, como sendo a portuguesa, a indígena, a negra e a espanhola. Fazendo uma análise superficial de tais culturas apenas no intuito de melhor visualizar as características do povo do lugar, pode-se dizer que o componente africano pode ter contribuído com o comportamento arreado e a baixa auto-estima, herdados do seu processo histórico de opressão, humilhação e desvalorização enquanto ser humano. Pois não é novidade para ninguém terem sido eles durante o período da escravidão, comparados a meros “animais de trabalho”. Somando-se a isto, o fato de existir na região deste estudo, núcleos remanescentes de quilombos, percebe-se que tal influência não pode ser descartada.

Quanto ao componente indígena, é também descrito na bibliografia que trata do assunto, o fato de existirem vários grupos nativos da região, entre eles a tribo Charrua. Baseado nisso, há a possibilidade de que o comportamento pouco afeito às tarefas de trabalho rotineiro e cansativo, tenha na herança silvícola, parte da sua explicação, pois como já foi abordado anteriormente, era costume daqueles nativos viver do extrativismo em certa sintonia com o ambiente natural.

Segundo os relatos sobre a formação do gaúcho desta região, há a informação de grande quantidade de indivíduos que vagueavam pelo pampa, sendo segundo os historiadores, mestiços indiáticos de sangue espanhol, provavelmente

Brasil e os vizinhos do Prata. Pois esses “gaudérios”, como eram chamados, terminaram por ser incorporados na vida campeira do Rio Grande e contribuíram também com as características que lhe eram peculiares; tal como o espírito belicoso e a desconfiança, entre outros.

Propositalmente deixou-se a etnia portuguesa para ser analisada no final, devido ao percentual dela na formação da população local ser bastante significativo, inclusive devendo ser um dos componentes preponderantes da formação da cultura do lugar. De qualquer forma, as raízes lusitanas herdadas dos colonizadores portugueses são evidenciadas em várias manifestações culturais da população dessa região do estado, sendo a comunidade de Santana da Boa Vista, um desses exemplos onde a religião e suas festas, o tipo de organização urbana e outros comportamentos demonstram uma forte ligação com aquela cultura. E como salientou-se anteriormente, é objetivo dessa pesquisa a análise de fatores limitantes à projetos de desenvolvimento, portanto, os caracteres que interessam aos objetivos propostos são, na sua maioria, indutores de comportamentos que estejam de alguma maneira relacionados com as dificuldades encontradas para promover projetos de desenvolvimento.

Não é objetivo recorrer-se às observações já banalizadas sobre o comportamento do chamado “pelo duro”, como é conhecido o habitante da região do estado onde insere-se o município de Santana, ou seja, aquele indivíduo que não tem alguma descendência européia não ibérica, notadamente, alemã ou italiana. Não se pode deixar de notar que já nesta designação de “pelo duro”, existe um componente, no mínimo preconceituoso. Daí vem a preocupação de não levar a discussão em termos de uma argumentação racista, ainda que não se possa deixar de constatar que certas características da população local, são provenientes das culturas que a formaram. E sendo assim, não é objetivo deste trabalho julgar se tal raça é melhor ou pior do que outra, mas sim constatar que alguns traços culturais herdados dos colonizadores portugueses, podem ter marcado profundamente a população do lugar, ao forjar-se aqui uma cultura com muitas das características dos povos ibéricos, sendo aquela uma região diferenciada da Europa, na qual estão localizados Portugal e Espanha, e cuja orientação cultural diverge fortemente em

relação a outras regiões daquele continente , principalmente aquelas marcadas pela ética protestante de cultura ao trabalho.

Dentro desta perspectiva é que examinar-se-á algumas observações que fez Sérgio Buarque de Holanda à respeito das raízes do comportamento da população brasileira, indo ele buscar na história dos colonizadores, algumas explicações para isso. Evidentemente esse autor faz um ensaio crítico de toda uma situação onde os processos sociais, econômicos e políticos são analisados sob o ponto de vista da cultura do povo. A obra em questão, não por acaso, tornou-se referência nas áreas historiográfica e das ciências sociais brasileiras. Para o estudo que se está realizando, interessa especialmente as vinculações que ele faz entre algumas características do povo brasileiro e características dos povos ibéricos. Existem relações muito estreitas em determinadas formas de agir e pensar daqueles povos e as pessoas que têm nos portugueses a sua principal descendência. De forma que tal fato assume grande importância quando se está procurando compreender algumas características da população de Santana da Boa Vista, bem como a influência que tal comportamento acaba exercendo na vida das pessoas e até mesmo na situação e desenvolvimento dessa região. Fica clara essa ligação histórica, na visão do autor acima referido, quando analisa-se trechos como este:

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos compatriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (HOLANDA, 1995, p. 40).

Na esteira desse tipo de argumentação, há ainda o que diz Holanda (1995) sobre as características das nações de origem ibérica: “Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho”. Pois como já foi salientado anteriormente, são muito marcantes determinadas características desses povos onde as qualidades individuais e o culto à personalidade, assumem valores incomuns, como bem coloca o mesmo autor:

que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”. Enquanto há a preconização do esforço manual e a exaltação das atividades que exigem trabalho rotineiro por parte dos povos protestantes, por outro lado, aos povos ibéricos seduz-lhes muito mais as conquistas, as aventuras, enfim, aquilo que valoriza os valores individuais e personalistas:

É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, a até mais nobilitante, a um português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (HOLANDA, 1995, p. 38).

Percebe-se que a cultura de um povo, entendida essa como “a teia de relações e significados que o homem mesmo constrói”, conforme afirma Geertz (1989), exerce significativa influência na maneira como determinada população encara a vida e determina o seu destino. Tal constatação possibilita que se impute às questões culturais, provável influência nas características da população local, as quais possivelmente têm alguma relação com a dificuldade de implementação de projetos de desenvolvimento na região.

CONCLUSÕES

A conclusão deste estudo não pretende encerrar a discussão acerca das prováveis razões da dificuldade em promover-se ações de desenvolvimento em Santana da Boa Vista. Conscientes de que este não é um fenômeno isolado do município em questão, mas sim uma característica mais ou menos pronunciada na região da Serra do Sudeste, e, talvez de toda a porção do estado denominada “metade sul”, percebe-se a dimensão que tal problema assume e o quanto torna-se importante encontrar maneiras adequadas de abordá-lo. Apenas o foco do trabalho em Santana é particularmente relevante, devido ao perfil um tanto quanto diferenciado do município, em termos das condições de “atraso” que o caracterizam, colocarem-no em posição privilegiada no sentido de buscar um caminho de desenvolvimento diverso daqueles seguidos por outras regiões. Principalmente porque, apesar daquelas regiões terem experimentado altos índices de crescimento, e, até mesmo de desenvolvimento, o preço pago para obtê-los certamente irá levá-los a situações de extrema dificuldade no futuro, sendo que em alguns locais, tais dificuldades já fizeram-se sentir principalmente em termos do comprometimento dos recursos naturais. Mas também, de problemas sociais de difícil solução, como a total falta de infra-estrutura para absorver o grande contingente de pessoas expulsas do meio rural, fruto também deste modelo.

Aliás, à questão do desenvolvimento não deve ser imputada a condição de solução para todos os males. Ter-se-ia que, primeiramente, definir que tipo de desenvolvimento realmente traz melhores condições de vida para as pessoas, sem que tal processo comprometa os recursos naturais de forma que impossibilite uma sustentabilidade, ou seja, que ele proporcione maior qualidade de vida ao mesmo tempo que vislumbre a possibilidade desta qualidade prolongar-se ao longo do tempo. Entretanto, já foi salientado não ser objetivo deste estudo, a análise ou discussão de conceitos de desenvolvimento, apenas a constatação de que modelo

Quanto ao que foi colocado acima à respeito do desenvolvimento da região de Santana, e aquele levado à cabo em outras regiões, poder-se-ia recorrer ao que sustenta Morin (2003) quando observa que a simples destruição das economias de subsistência baseadas nas trocas, através da introdução da moeda, pode ter produzido novas misérias sob o pretexto de lutar contra elas. Nestas situações, há a criação de subdesenvolvimento ao invés do desenvolvimento almejado. Evidentemente o autor refere-se à situações onde populações nativas foram, a pretexto de desenvolvê-las, destituídas das suas formas de relações sociais e econômicas, resultando daí uma desestruturação de sociedades que apesar do seu primitivismo, viviam em melhores condições das que lhes foram impostas. Porém, a analogia serve para a análise deste estudo, uma vez que são abundantes os exemplos de regiões onde houve a adesão completa ao modelo desenvolvimentista modernizante, e cujas conseqüências sociais, ambientais, e, conseqüentemente econômicas, foram desastrosas exigindo hoje intervenções de altíssimo custo no sentido de revertê-las.

Essa abordagem assume grande importância no que concerne à questão da reprodução do discurso do desenvolvimento modernizante por intermédio das lideranças e população locais, ser uma das prováveis causas do aprofundamento do sentimento de inferioridade e baixa auto – estima destas pessoas. Quando toma-se como meta, modelos de desenvolvimento inadequados para o local, essa impossibilidade de atingi-lo termina por agudizar essa sensação de incapacidade e inferioridade da população local. É baseado nesta concepção de desenvolvimento que apresentam as lideranças locais, que se torna adequada a seguinte expressão:

Enquanto formos mentalmente subdesenvolvidos, aumentaremos o subdesenvolvimento dos subdesenvolvidos. A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos nenhuma consciência (MORIN, 2003, p. 106).

Nessa colocação o autor refere-se aos países ditos desenvolvidos e suas ações sobre os subdesenvolvidos, mas é aplicável também àqueles que dirigem populações ditas marginalizadas, e que por falta de uma maior compreensão,

reproduzem o discurso do “desenvolvido” frente ao “subdesenvolvido”, o que no caso, cabe perfeitamente no exemplo de Santana da Boa Vista. Segundo Capra (1996), há necessidade de ocorrer uma mudança radical de percepção e de valores, como forma de reverter a crise civilizatória que assola a humanidade. Já há indícios de que essa mudança da maneira de ver o mundo começa a ocorrer, tanto na ciência como na sociedade, porém, ela ainda não despertou o interesse da maioria dos líderes políticos, nem nos líderes das corporações, nos administradores, e, nem tampouco, em muitas das grandes universidades.

Percebe-se que, apesar desses autores referirem-se à questões amplas e globais, e falarem em termos até mesmo de mudança paradigmática, ainda assim consegue-se trazer para o local tais preocupações, devido, principalmente, ao fato de que a maior mudança que precisa ocorrer, é a da consciência e da forma de encarar o mundo. Há urgência em deixar-se de considerar o homem como centro do universo, e, ainda, de procurar seguir receitas prontas de desenvolvimento sem considerar as peculiaridades e culturas locais. Há um histórico de tentativas frustradas de desenvolvimento de Santana da Boa Vista ao longo dos 40 anos de emancipação política da mesma, provavelmente, por haver a insistência de “desenvolvê-la” através de fórmulas prontas e mal avaliadas pelos agentes de desenvolvimento desse período. É possível que esse processo seja um dos responsáveis pela frustração da população local em não acompanhar tal desenvolvimento baseado na dita “modernidade”; permanecendo tal conceito apenas reproduzido no discurso da população, o que em grande parte se deve ao papel de indução que representam essas lideranças nos rumos das políticas de desenvolvimento adotadas na comunidade santanense, ou seja, ao incentivo por parte das lideranças, do fortalecimento desse discurso desfocado em termos da realidade local.

Julga-se que foi possível avaliar positivamente os objetivos estabelecidos como linhas a serem seguidas para a condução deste trabalho, não de uma forma absolutamente conclusiva, mas muito mais como direção na qual devem ser concentrados os esforços, no sentido de minimizar ou até mesmo eliminar as dificuldades impostas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população

risco de seguir-se caminhos deterministas, onde fica posto e determinado que tal fenômeno deve-se a tal fato, suscitando a adoção de receitas prontas para combatê-lo. Acredita-se que em estudos envolvendo questões culturais que dependam de análises e interpretações antropológicas, há que se ter a preocupação de não tentar dar um tratamento puramente lógico ou o cuidado de não buscar respostas irrefutáveis aos problemas da pesquisa, pois corre-se o risco de incorrer-se no que diz Geertz:

(...) Os sistemas culturais têm que ter um grau mínimo de coerência, do contrário não os chamaríamos sistemas, e através da observação vemos que normalmente eles têm mais do que isso. Mas não há nada tão coerente como a ilusão de um paranóico ou a estória de um trapaceiro. A força de nossas interpretações não pode repousar, como acontece hoje em dia com tanta freqüência, na rigidez com que elas se mantêm ou na segurança com que são argumentadas. Creio que nada contribui mais para desacreditar a análise cultural do que a construção de representações impecáveis de ordem formal, em cuja existência verdadeira praticamente ninguém pode acreditar (GEERTZ, 1989, p. 13).

A sustentação do autor vem ao encontro do que acredita-se em termos das constatações apreendidas da realidade empírica da comunidade estudada. Devido às diversas e complexas relações que ocorrem nas variadas dimensões da vida de uma população como a deste trabalho: políticas, econômicas, éticas, sociais e muitas outras que vão interagindo entre si tornando o processo cada vez mais dinâmico e de maior complexidade, torna-se difícil estabelecer conclusões definitivas e absolutas, mas sim, sugerir caminhos a percorrer através de novas pesquisas, aprofundando assuntos onde novas interpretações venham a enriquecer novas conclusões, ou mesmo, comprovar as já existentes.

Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas (GEERTZ, apud DEBERT, 1986, p. 145).

Baseado nisso, entende-se que tanto a questão do paternalismo como inibidor da iniciativa da população local, gerando uma passividade que lhes tira a capacidade de tomarem para si o protagonismo do seu desenvolvimento, como a questão cultural envolvendo aí a etnia, a formação do homem, a ocupação do território, enfim, todos aqueles componentes amplamente discutidos na seção a ela

entraves ao desenvolvimento local. Somado a isso, tem a questão da apropriação do discurso modernizante de desenvolvimento, com todas as implicações a ela atinentes e que já foi objeto de análise neste capítulo.

Ainda é importante frisar que a questão cultural, pela importância que assume em termos de influência no comportamento das pessoas, merece uma atenção especial. É de suma importância que se tenha em mente, que a cultura em si, não é boa ou ruim, ela é a expressão de uma teia de relações construídas segundo todos os componentes que a formaram, sendo portanto, ao mesmo tempo resultado e geradora dos comportamentos de um povo. Esse fato remete-nos a uma situação onde não deve-se enfrentá-la, confrontá-la para vencê-la ou subjugar-la, mas sim, aproveitar aquilo que de positivo ela tiver para a proposta de novos modelos de desenvolvimento em que tais características possam ser valorizadas. No caso de Santana da Boa Vista, aproveitar o grande potencial em termos de belezas naturais e da preservação ambiental, atributos que se mantêm também em virtude da pouca intervenção na natureza proveniente das características das pessoas do lugar. Isso comprova que determinadas características culturais julgadas negativas quando o projeto de desenvolvimento tem determinado sentido, tornam-se positivas ao mudar-se tal sentido, constituindo-se este procedimento, de maior viabilidade e racionalidade do que tentar mudar a cultura.

Conclui-se, portanto, que através das análises e avaliações das entrevistas dos beneficiários do Programa RS-Rural, as quais foram confrontadas e avaliadas à luz de bibliografia sobre aqueles temas, e também, com as constatações realizadas através das metodologias participativas no município, foi possível identificar algumas prováveis causas determinantes dos entraves à projetos de desenvolvimento em Santana da Boa Vista. Refere-se à questão cultural e todas as implicações dela decorrentes, tais como a ocupação do território, formação dos habitantes e etnias, como uma das razões das dificuldades mencionadas. A adoção parcial do processo modernizante, onde a comunidade e lideranças adotaram o discurso da modernização, porém, tal processo não efetivou-se por completo, foi outro possível motivo constatado. Sendo tal fato responsável por um sentimento de frustração e inferioridade em não acompanhar o “desenvolvimento” de regiões onde ele deu-se

exacerbação das questões da política partidária assume nas relações da comunidade, impedindo a construção de projetos que unam as diferentes facções políticas do município.

Faz parte do arcabouço de medidas inseridas na metodologia Estudo de Caso, a sugestão de alternativas no sentido de resolverem ou minimizarem o problema pesquisado, neste caso, as dificuldades impostas ao desenvolvimento local. Acredita-se que a mais importante seria o direcionamento das políticas públicas locais para um modelo que levasse em conta o potencial do lugar para atividades que valorizem a natureza preservada e as belezas naturais, sendo tal modelo perfeitamente compatível com a cultura local. Seria uma grande economia de esforços, recursos e frustrações buscar alternativas de desenvolvimento que não entrem em choque com os valores culturais da região.

Tal modelo poderia aproveitar a vocação natural da região, tanto do ponto de vista ambiental como cultural, para uma exploração diferenciada de ovinos e caprinos. Esta atividade poderia aproveitar as características pouco dependentes de insumos industriais, para ofertar um produto cujo valor agregado pela condição “ecológica” seria de grande valia na recuperação econômica desses produtores. Também o artesanato em lã, cuja atividade já encontra aceitação pela população do lugar poderia ser mais incentivada e aprimorada, como forma de viabilizar economicamente os criadores e suas famílias.

Seria o caso de buscar, através da consolidação das condições cada vez mais raras em termos de preservação ambiental, um reconhecimento do município como fornecedor de produtos com elevado valor qualitativo, tanto pela tecnologia utilizada para produzi-lo, como pelo contexto todo de que faz parte esta produção. O direcionamento do desenvolvimento para um projeto que conectasse o apelo ambiental, as belezas naturais, as formações geológicas de rara beleza, o histórico da região, enfim, uma série de características locais que não se chocam com os valores culturais, deveria ser o eixo norteador das políticas públicas no sentido de desenvolver a região, faltando para tanto, a conscientização da população e das lideranças do lugar, que é este o melhor projeto para Santana, e não a busca de

Para tornar possível a realização do projeto acima exposto, é fundamental manter as condições ambientais da forma preservada como estão hoje, o que requer um grande esforço em termos de conscientização da população local, sobre a importância que tal ação assume em termos de viabilizar a concretização deste processo. Nesse sentido, uma estratégia que unificasse toda a sociedade de Santana; civis, religiosas, políticas e qualquer outra entidade organizada, em torno de uma campanha que tivesse tal objetivo como “norte”, seria essencial e constituir-se-ia no primeiro passo em direção à construção dessa idéia. Uma linha fundamental dessa estratégia seria a inclusão imediata da Educação Ambiental no currículo das escolas do município. Seria desnecessário ressaltar a importância que assume a educação na formação das pessoas, porém, devido às características já salientadas da população local; de dependência, paternalismo e outras que lhes são inerentes, o processo educativo realmente se faz necessário, sobretudo para as crianças e jovens.

É neste contexto que a Educação Ambiental surge como forma de combater tais dificuldades, e, ao mesmo tempo, criar uma consciência ecológica nestes jovens e crianças, a qual possibilitará no futuro, a implementação de um projeto de desenvolvimento cuja ótica principal seja justamente a preservação dos recursos naturais. Tomando como base de análise as orientações pedagógicas da Educação Ambiental que interessam aos objetivos deste estudo; pode-se considerar duas filiações: Educação Ambiental Comportamental e Educação Ambiental Popular. A primeira busca uma mudança de comportamento das pessoas frente ao ambiente, ou seja, muda hábitos predatórios na intenção de criar uma consciência ecológica. Trabalha preferencialmente com crianças devido a estarem em fase de desenvolvimento cognitivo, o que facilita a criação da consciência ecológica em comparação aos adultos com hábitos cristalizados. A Educação Ambiental Popular compreende o processo educativo como ato político, formando cidadania e possibilitando que os sujeitos sejam capazes de agir de forma crítica na sociedade (CARVALHO, 2001). No caso de Santana da Boa Vista as duas concepções deveriam aparecer combinadas, tanto criando a consciência ecológica, como desenvolvendo a cidadania das pessoas envolvidas, de maneira que estas

Dentro dessa abordagem da participação como forma de exercitar a cidadania e combater a passividade e o paternalismo, uma eficaz ferramenta seria a criação de mecanismos pelo poder local, através dos quais a população pudesse participar ativa e diretamente nas decisões à respeito dos investimentos e políticas públicas, como bem coloca Marques (1996) em seu estudo sobre a Área Piloto, ao apontar a necessidade de rever os processos de decisão e de poder nos municípios participantes daquele projeto, dentre os quais está Santana da Boa Vista. Nele o autor sugere uma maior participação dos atores sociais na definição dos recursos públicos como forma de combater a exclusão das pessoas nos processos de desenvolvimento.

São inúmeras as intervenções que poderiam ser realizadas no sentido de caminhar na direção de um outro tipo de desenvolvimento para Santana, porém, é evidente que este estudo apenas sugere algumas ações, julgadas de extrema importância e que em alguns casos, até mesmo prementes, sob pena de ficarem comprometidas quaisquer ações nesse sentido mais tarde. Essa é a situação da preservação dos recursos naturais, uma vez que estes são hoje a sua maior riqueza, e na medida em que nada for feito para preservá-los, pode ficar comprometido um enorme potencial de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo sustentável e respeite a cultura local.

Uma ação da maior urgência é a reavaliação das chamadas “patrulhas agrícolas”. Sem desconsiderar os benefícios que a mecanização proporciona, não se pode fechar os olhos à calamidade que tal prática vem ocasionando no município em termos de degradação dos solos, erosão, assoreamento dos cursos d’água, e, conseqüentemente, do empobrecimento de grande número de famílias cujo solo perdeu-se de forma muitas vezes irreversível. Como salientou-se na caracterização do município, apenas cerca de 17% dos solos de Santana são aptos à culturas anuais, e, também, à mecanização. Não é difícil supor que os solos melhores e em condições de mecanização, não estão nas mãos das famílias que necessitam plantar milho e feijão para sobreviverem, logo, é de extrema necessidade a mudança do sistema de plantio dessas culturas, onde o cultivo convencional deve dar lugar à outros, como o plantio direto, que não inviabilizem a permanência e reprodução dessas famílias no lugar. Mas, paralelo à troca de sistema, mais urgente ainda é o

patrulhas agrícolas da prefeitura, pelo menos da maneira sem critério como se dá hoje.

É expressiva a utilização da tração animal no município de Santana, e, embora se saiba as vantagens que o uso do trator proporciona em termos de facilidade para os agricultores, isso tem lhes trazido prejuízos irreparáveis quanto à perdas de solo. É por tudo isso que uma das soluções viáveis seria financiar, através do Fundo Municipal da Agricultura ou outra fonte de recursos, juntas de boi e patrulhas agrícolas de tração animal como forma de minimizar tal problema. Principalmente quando se tem o conhecimento de que 75% das propriedades do município utilizam a tração animal nos trabalhos agrícolas, 22% usam serviços eventuais de tratores, e apenas 3% usam exclusivamente a tração mecanizada nos serviços da propriedades. Mas apesar desta situação, o número de propriedades que possuem animais de tração são apenas 20%, o que já justificaria o financiamento acima proposto.

A conclusão deste trabalho dá-se então com algumas sugestões em áreas julgadas críticas sob o ponto de vista das dificuldades encontradas para a implantação de algum plano de desenvolvimento para a localidade estudada. Evidentemente existem outras muitas ações para combater àqueles entraves, porém, o objetivo principal desta pesquisa não é a busca de soluções para os problemas propostos, mas sim uma tentativa de síntese das causas dos mesmos. Conclui-se que os objetivos foram satisfatoriamente alcançados, sendo portanto oportuno, novas pesquisas que aprofundem essas constatações ou que apontem novos rumos a serem seguidos na tentativa de compreensão dos motivos dos entraves ao desenvolvimento em regiões como a de Santana da Boa Vista. Entende-se que somente tendo claras as causas de tais dificuldades, poder-se-á planejar as melhores estratégias para abordá-las, aumentando portanto as chances de êxito das ações que visem ao desenvolvimento do lugar. Principalmente devido ao fato de até hoje, as ações neste sentido nunca terem tomado por base, por exemplo, a cultural dos habitantes da região em toda a sua amplitude.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Nicolau da S. **História do Município de Caçapava do Sul**. 3. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. 145 p.

ABRÃO, Nicolau da S. **História do Município de Caçapava do Sul**. 2. Ed. Santa Maria: Pallotti, 1980. 97p.

ALIER, J. M. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: FURB, 1998. 402 p.

ALVES, H. F. I. Turismo, Identidade e Valorização da Produção Local. In: **Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 6. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

AMADO, T. J. C. e ELTZ, F. L. F. Plantio Direto na Palha – rumo à sustentabilidade agrícola nos trópicos. In: **Ciência e Ambiente / Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, v. 1, n. 1, 1990.

ARBOITTE, E. **Santana da Boa Vista**. SBV. 1977. 55p.

ARBOITTE, E. **Santana da Boa Vista**. 2. Ed. S.B.V. 1990. 76 p.

BORBA, M. F. S. **La Marginalidad como Potencial para la Construcción de “outro” Desarrollo: el caso de Santana da Boa Vista** (tesis doctoral ISEC-ETSIAM, Universidade de Córdoba. España). Córdoba: 2002. 338 p.

BRANDÃO, C. R.(org.) **Repensando a pesquisa participante**. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUM, A. L. **Boletim CRIAEC- Agropecuária: O Processo de Modernização Conservadora**. Ijuí: FIDENE, v. 2, n. 20, 1983. 72 p.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 10 Ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 376 p.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre: v. 3, n. 3, 2002. 70-85 p.

CAPORAL, F. R. **Sustentabilidade e Cidadania. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Emater/Ascar-rs, 2002.

CAPORAL, F. R. **Una Aproximación Histórico-crítica a la Evolución y Enfoques Teóricos del Extensionismo Rural y Contribuciones para el paso del Paradigma Dominante**. (tesis doctoral ISEC-ETSIAM, Universidade de Córdoba. España). Córdoba: 1998. 516 p.

CAPRA, F. **A TEIA DA VIDA**. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

CHAYANOV, A .V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CRESPO, S. et al. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, ISER, 1998.

DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.

DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 141-156.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.** Porto Alegre: v. 2, n.3. 2001. p. 56-62.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas.** 4 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

EMATER. Rio Grande do Sul. **Fazendo o Desenvolvimento:** o projeto Área Piloto, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista. Porto Alegre, 1998. 32 p.

ESTEVA, G. **DESENVOLVIMENTO.** In: SACHS, W. (ed.); Diccionario del Desarrollo: una guía del conocimiento como poder. 2 Ed. Cochabamba-Bolívia: PRATEC, 1997.

FEDERAÇÃO DOS CLUBES DE INTEGRAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS. **As Pastagens Nativas Gaúchas** – XI Livro da Federacite. Porto Alegre, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.

FONTANA, J. **Introdução ao Estudo da História Geral.** Bauru: EDUSC, 2000

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 17 fev. 2006

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, J. C. C. **Pluralismo metodológico en la producción y circulación del conocimiento agrario. Fundamentación epistemológica y aproximación empírica a casos del sur de Brasil.** (tesis doctoral ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba. España). Córdoba: 1999. 379 p.

GOMES, J. C. C. & BORBA, M. F. S. **A Moderna Crise dos Alimentos: Oportunidade para a Agricultura Familiar? Agroecologia e Desenvolvimento**

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GONZAGA, S. **As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura**. In: DACANAL, J. H. (org.) e GONZAGA, S. (org.) *Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 168 p.

GOODLAND, R. **Medio ambiente y desarrollo sostenible: Más allá del Informe Brundtland**. Madrid: Trotta, 1997. 189 p.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, O. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. In: SACHS, W. (ed.) **DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 173-189.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LIMA, Jarbas. O Rio Grande de Sempre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 9 jan. 2005.

LUMMIS, C. D. **IGUALDADE**. In: SACHS, W. (ed.); *Diccionario del Desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. 2 Ed. Cochabamba-Bolívia: PRATEC, 1997.

MARQUES, A. F. **Episódios do ciclo do charque**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

MARTINS, S. R. **Estratégias para a construção do ideário da sustentabilidade agrícola. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre: v.1, n.2.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. teoria, método e criatividade.** 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORIN, E. **Terra – Pátria.** 4 Ed. Porto Alegre: Sulina, 20

NASCIMBENE, L. **Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul do Império do Brasil ou seja Reflexões históricas sobre a linha divisória oriental-brasileira.** Porto Alegre: CORAG/SEDAC, 2002.

PAIM, N. R. Pastagens Nativas da Região Sul do Brasil. In: FEDERACITE. **As Pastagens Nativas Gaúchas.** Porto Alegre: 2003. p. 23-38.

PILLA, R. Paternalismo e Parlamentarismo. **Província de São Pedro,** Porto alegre, v.7, n. 17, p. 44-46, 1952. Disponível em: < [http:// www. ipct. pucrs. br/ letras/ saopedro/ htm](http://www.ipct.pucrs.br/letras/saopedro/htm)>. Acesso em: 17 abr. 2005.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 4. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 142 p.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23 Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987

PROJETO ÁREA PILOTO: **Dez Anos de Ação Participativa na Construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. de **Variações sobre o uso do gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIBEIRO, C. M. **Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento** (dissertação de mestrado, UFLA-MG). Lavras: 1996. 141 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas.** 3 Ed. São Paulo: Atlas, 1959.

RS-RURAL – Manual Operativo. **Estrutura e Gerenciamento**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: v.1. 1999.

RS-RURAL – Manual Operativo. **Procedimentos para Elaboração de Projetos Integrados**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: v. 2. 1999.

RUBERT, A. **As Freguesias de Caçapava do Sul e de Santaninha**. Santa Maria: La Salle, 1956. 211 p.

SACCO dos ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SACHS, W. (ed.); **Diccionario del Desarrollo: una guia del conocimiento como poder**. 2. Ed. Cochabamba-Bolívia: PRATEC, 1997. 399 p.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2 Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. 496 p.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMa, 2003

SEVILLA GUZMÁN, E. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre: v.2, n.1. 2001. p. 35-45.

SILVA, A. W. L. da Melhoria do Campo Nativo. In: FEDERACITE. **As Pastagens Nativas Gaúchas**. Porto Alegre: 2003. p. 39-53.

STRECK, E. V. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Emater-RS / UFRGS, 2002.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95 p.

TOLEDO, V. M. **A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa**. **Agroecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ano II, n.2. 1994. 18-26 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5 Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria-ITEPA. Vinte e Cinco Anos de Agropecuária na Zona Sul-RS**. Pelotas: 2001. 606 p.

VICENTINO, C. **História - memória viva – Brasil, Período colonial e Independência**. 5 Ed. São Paulo: Scipione, 1996

VICENTINO, C. **História Integrada – da Pré-história à Idade Média**. 4 Ed. São Paulo: Scipione, 1996

VIDAL, J. W. B. **De Estado Servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos**. Brasília: Vozes, 1997. 259 p.

ANEXOS

ANEXO A – Matriz de Planejamento

AÇÃO	DATA	EXECUTORES
Reunião Conselho Municipal do RS-Rural-proposta da leitura da paisagem	27/03/2001	Conselho RS-Rural, emater regional, Marcos Borba,
Leitura da paisagem	10/04/2001	Emater, conselho RS, Ucpel, M. Borba, Prefeitura (Flávio e outros)
Elaboração do mapa das regiões homogêneas	11/04/2001	Emater, conselho RS, Ucpel, M. Borba, prefeitura (Flávio)
Escolha da região para aplicação do DRP	18/04/2001	Conselho do RS-Rural
Primeira reunião com a comunidade	27/04/2001	Emater, conselho RS , M. Borba, moradores da comunidade, prefeitura (Flávio e outros)
Elaboração do mapa da comunidade	11/05/2001	Representantes da comunidade
Entrevistas coletivas	11/05/2001	Representantes da comunidade
Leitura da paisagem da comunidade	14/05/2001	Emater, prefeitura (Flávio e outros), Borba, conselho RS, moradores da comunidade
Entrevistas individuais	15/05/2001 17/05/2001	a Emater, conselho RS, moradores da comunidade, M. Borba, prefeitura (Flávio e outros)
Sistematização das informações e preparo do material para devolução	21/05/2001 01/06/2001	a Emater, Marcos Borba, Flávio
Devolução do DRP para a comunidade	05/06/2001	Emater, conselho RS, Borba, representantes da comunidade, prefeitura (Flávio e outros),
Reunião de planejamento no Cerro da Picada	15/06/2001	Emater, Marcos Borba, prefeitura (Flávio)
Reunião de planejamento no Rincão dos Mouras	19/06/2001	Emater, Marcos Borba, prefeitura (Flávio)
Reunião de planejamento no Rincão dos Dutras	21/06/2001	Emater, Marcos Borba, prefeitura (Flávio)
Reunião de fechamento de planejamento	13/07/2001	Emater, prefeitura (Flávio), conselho RS, Borba, moradores da comunidade
Cadastramento das famílias do Rincão dos Dutras	18/07/2001	Emater, prefeitura (Flávio e outros), Borba
Cadastramento das famílias do Rincão dos Mouras	19/07/2001	Emater, prefeitura (Flávio e outros), Borba
Cadastramento das famílias do Cerro da Picada	20/07/2001	Emater, prefeitura (Flávio e outros), Borba
Elaboração do projeto e envio à SEP	07 a 12/2001	Emater
Reunião no Rincão dos Dutras para assinatura do termo de compromisso/validação do projeto	30/07/2001	Emater, prefeitura (Flávio e outros), Borba, moradores, conselho RS

XO B – Histórico da Comunidade

ORIGEM	DATA	FATOS ECOLÓGICOS	FATOS SÓCIO-CULTURAIS	FATOS ECONÔMICOS	CRISES	OBSERVAÇÕES
Laudelino Rosa vindo de Portugal	1800 a 1890	Campos e matos intocados	Baixa densidade demográfica, poucas famílias	Grandes propriedades (sesmarias), pecuária extensiva		Abrão (1980)
José Bernardo, Avô D. Luísa, Florisbello Batista, Fernando Moura	1880 a 1990	Início do desmatamento, presença animais silvestres	Origem do nome da localidade Rincão dos Mouras	Pequenas lavouras de trigo, milho e feijão		
Zorico Rosa, Florisbello Batista, Vitalino Alves, Serafim Dutra, Fernando Moura	1900 a 1920	Desmatamento uso rotação de culturas (milho e alpiste), roça-derruba-queima	Assentamento de ex-escravas e seus descendentes na localidade R. dos Dutras, incremento da densidade demográfica e presença de “bugres”	Diversificação da agricultura, milho, feijão, trigo, cevada voltados ao próprio consumo alpiste como poupança, comercialização de peles de animais silvestres e cabelos de animais domésticos		Abertura de roças novas para plantio, falta de equipamentos agrícolas e conseqüente produção apenas para consumo na propriedade
Cizino Moura, Inocêncio Abílio, Júlio Josino da Rosa, Vergílino Viriato da Rosa, José Pedro da Rosa, Favorino Garcia, Lourenço Alves	1920 a 1940	Intensificação do desmatamento (José Pedro da Rosa), rotação de culturas, roça-derruba-queima	Divisões campos abertura de estradas, organização da comunidade com escola, igreja, etc, presença do Dr. Jango Krusser	Doenças nos rebanhos construção do moinho Florisbello Batista (zenha “Recursos do Povo”) Início da comercialização de quitandas para Bagé e Pelotas (galinhas, abóboras, mandioca, etc)		Primeira variedade de trigo brasileiro(Fontana), muitos produtos locais eram adquiridos por comerciantes locais (trigo), produtos usados como moeda nos intercâmbios comerciais. Damasceno e Bidoca traziam seda

ORIGEM	DATA	FATOS ECOLÓGICOS	FATOS SÓCIO-CULTURAIS	FATOS ECONÔMICOS	CRISES	OBSERVAÇÕES
Luísa Dutra Oliveira, Salvador Santos da Silva, Pompeu Batista Lemos, D. Melinha	1940 a 1960	Desmatamento Degradação dos solos, roça-derrubaqueima	Início da migração para trabalhar nas lavouras de arroz em Cachoeira Surgimento da capela São José e N.Sra Aparecida, início do êxodo rural, educação domiciliar com professores leigos e fim das reuniões vizinhais (bailes)	Primeiro banheiro carrapaticida na propriedade de Donato Honório. Início do declínio da produção de cereais. Incremento da cultura do linho. Valorização do gado. Instalação do engenho de cana de Lourenço Alves. Início da cultura do arroz pelo Sr. Miguel na década de 1950.	Seca em 1943 e 1945. Gafanhoto em 1945 e 1948	Banheiro não funcionava pela dificuldade de conseguir carrapaticida. Trigos mais usados na região eram: Rio Negro, Bagé, Fontana, Pelado e Balbino. Gado vendido para Bagé e Piratini pelos compradores Flaubiano Dias e João Brião.
	1960 a 1980	Degradação do solo, início da diminuição da fauna silvestre (venenos), drenagem dos banhados para plantio de arroz, perda de variedades crioulas de milho, contaminação ambiental pelos insumos químicos, menor pouso	Maior êxodo rural (1970). Surge a mecanização e comunicações. Surgimento do transporte coletivo(ônibus), surgimento das escolas rurais. Muda o perfil dos safristas com diminuição da jornada (1970). Realização de "respigos" nas lavouras	Redução das lavouras de subsistência. Começo do uso de sementes híbridas e insumos industrializados. Fim das atividades dos moinhos. Surgimento da Cotrisul. Abandono da cultura do trigo (surge o carvão). Redução da produtividade, queda do preço, aumento da dependência externa pela compra de insumos industriais (sementes, adubos e venenos) e dificuldade de trilha.	Êxodo rural	Primeiros caminhões: de Mariozinho Jacobsem e Valdino Oliveira. Começam as atividades de safristas nos pomares.

ORIGEM	DATA	FATOS ECOLÓGICOS	FATOS SÓCIO-CULTURAIS	FATOS ECONÔMICOS	CRISES	OBSERVAÇÕES
		das áreas de lavoura . Abandono de áreas de cultivo que passam a transformarem-se em campos, ainda há desmatamento, redução de madeira de cerne	mecanizadas	Surgimento do crédito agrícola. Declínio e final da comercialização de galinhas (1960) para Bagé e Pelotas		Apesar de que muitos ainda praticam o comércio de galinhas até os dias de hoje. De 1965 a 1988, João Brasil vinha comprar quitandas no município.
	1980 a 2001	Redução do desmatamento, presença de erosão, restabeleceu-se parcialmente a fauna silvestre. Ambiente preservado. Escassez de madeira de lei e baixa dependência energética.	Formação de associações moradores, postos de saúde, eletrificação rural Redução de escolas rurais, redução do êxodo rural e retorno de famílias para o interior. Agentes de saúde. Pouca participação de jovens e mulheres nas comunidades. predomínio de casas sem luz e uso da mão-de-obra familiar.	Incremento do acesso ao crédito agrícola. Redução do sistema agrícola ao cultivo de milho para auto-consumo e feijão para o comércio. Plantio de abóbora, batata e mandioca para consumo. Acabam as quitandas de uma forma mais expressiva. Surge o programa troca-troca de sementes e calcário. Reduzido uso de insumos e produção de pequena escala. Surgimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o PRONAF E RS-Rural.	Acabam os subsídios para a agricultura em fins dos anos 1980. Muita gente vai à falência devido às dívidas. Começam a participar e a se organizar. Saúde	Organização sofre forte influência da política partidária. Posto de saúde do Sr. Neco. Existia a prática de mutirão e junção, porém, apenas entre parentes ou vizinhos muito próximos. Apesar da implantação de lavouras em áreas com declividade acentuada, não se observa a preocupação com a conservação dos solos.

